

1 **Ministério da Justiça**

2 **Segurança Pública**



3 **Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp**

4
5
6
7
8
9
10
11
12 **15ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
13 **CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**
14 **CONASP**

15
16
17
18 **28 e 29 de fevereiro de 2012**

19
20
21
22
23
24
25
26 **Local:**
27 **Ministério da Justiça**
28 **Sala de Treinamento “Ana Paula Galdino”**
29 **Shopping ID**
30 **Torre A, 2º andar**

31
32
33
34 **Brasília, DF**

35
36
37
38
39
40 **Transcrição feita por meio da**
41 **Estenotipia Computadorizada Presencial**

42 ***ipsis verbis***
43
44
45
46
47
48

49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

INDICE

28/02/2012 – manhãPag. 3

29/02/2012 – manhã:Pag. 36

29/02/2012 – tarde:Pag.77

101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152

15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho):

Eu consulto a todos para que comecemos. Infelizmente a ata depende de aprovação. A gente poderia então começar com os nossos informes. Eu já tenho um informe de imediato. Às 10 horas tomo posse na Abin, eu e o Marcello. Foi marcada a posse agora e vou ter que ir para lá, mas retorno. Uma das preocupações é exatamente a vice-presidência do Conselho que é por indicação do ministro. Eu conversei um pouco com ele e tenho uma sugestão de que até o final do ano na próxima eleição, a gente deixasse o Almir como vice-presidente. Eu gostaria que isso fosse discutido hoje aqui e no final do dia, por favor, Suelen, porque eu acho que para a sociedade civil seria muito bom ter um vice-presidente da sociedade civil. Tive as melhores recomendações sobre o Almir na condução aqui. E, se isso já sair hoje, eu já peço ao ministro que já faça, de imediato, a nomeação porque está tendo um equívoco de que deveria ser votada pelo Conasp. É indicação do ministro pelo atual regimento. Então, a minha sugestão é essa. Ainda não temos quórum, não é? Eu gostaria de saber se alguém quer falar alguma coisa?

O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – APCF):

Presidente, eu vou fazer um encaminhamento. Eu acho que, no momento, ainda não temos quórum, o único item que a gente pode começar a trabalhar é justamente a questão dos ajustes no parecer no conselho para quando chegar o momento da votação já estarmos com os ajustes realizados e ganhar tempo. Se a presidência acatar e demais conselheiros a gente pode começar a fazer uma apresentação de como está o parecer e já ouvir as sugestões de ajustes ao parecer.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho):

O problema é que o parecer tem que ser votado. E aí para fazer os ajustes ainda não temos quórum.

O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – APCF):

Mas a questão de redação, presidente, a gente adianta.

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho):

Eu não tenho qualquer problema com isso, se os conselheiros que aqui estão...

A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE):

153

154 Eu gostaria então que colocasse o parecer de novo ali para a gente ler item por item. E
155 aí a gente vai lendo e o que fosse polêmico a gente deixaria para quando o pessoal
156 chegar, mas nós repassaríamos. Depois de ontem, acho que seria bom uma releitura
157 desse documento.

158

159 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
160 **Pública – presidente do Conselho):**

161

162 O Agadeilton faz a leitura, quem vai fazendo a leitura? Acho que é melhor a Suelen.
163 Vamos lá.

164

165 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
166 **Criminais Federais – APCF):**

167

168 Eu tenho uma versão que já tem algumas sugestões de alteração como resultado da
169 última reunião ordinária, a 14ª. Eu não sei se querem trabalhar nessa versão ou nesta já
170 com algumas sugestões de alteração. Talvez com as sugestões de alteração aprimore o
171 processo. Eu vou substituir lá.

172

173 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
174 **Pública – presidente do Conselho):**

175

176 Agadeilton, o Eraldo chegando já teremos quórum. Vamos retomar, é melhor. Já deixa a
177 versão aí registrada. Bom, passamos então para a aprovação da ata da 14ª Reunião
178 Ordinária e a 4ª Extraordinária. Essas atas já foram apresentadas aos senhores, eu
179 gostaria de saber se algum dos conselheiros presentes tem alguma alteração a fazer?
180 Sim, Marcos Dias, pois não.

181

182 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
183 **Federais – Fenaprf):**

184

185 Eu gostaria de aproveitar para cumprimentar a todos e justificar minha ausência nas
186 últimas reuniões por estar participando da Operação Sentinela, na fronteira com a
187 Bolívia e a outra por motivo de férias. Eu li a ata da última reunião ordinária e uma
188 observação que eu queria fazer, se possível, fossem retirados alguns comentários feitos
189 com relação a pessoas. Quando a gente vê registrado ali com relação a senador Magno
190 Malta, uma citação: “que não é exemplo para ninguém”. E a outra com relação ao
191 deputado Bolsonaro onde é falado que é fascista. Todo conselheiro tem o direito de se
192 manifestar. Se esse é o entendimento dele, ele tem todo o direito de se manifestar. Mas
193 o registro disso é um documento do conselho. A gente está construindo a história do
194 conselho e isso vai ser lido por várias pessoas por muito tempo e acho que fica até
195 deselegante essas citações. E a retirada desse registro não prejudica o que foi
196 deliberado naquela reunião. Então, essa a minha solicitação.

197

198 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

199

200 Eu entendo o que o Marcos está colocando aqui, mas eu acho que são citações de
201 pessoas que foram registradas no momento da fala delas. E para serem retiradas, são
202 elas que têm que fazer essa manifestação. Não é a gente decidir, tolher a fala de
203 alguém. Acho que seria complicado da gente como conselheiro, como Pleno, decidir
204 isso. Você pode colocar isso como uma questão a ser discutida e a pessoa que falou se

205 manifestar porque ali é o registro de tudo que a gente fala aqui. E, às vezes, nos
206 exaltamos, falamos coisas que não deveríamos, mas acho que é a própria pessoa que
207 falou é que deveria se manifestar em relação à retirada ou não da ata. Porque a ata é o
208 registro, não são só as nossas decisões, os nossos acordos, é o que estamos falando
209 aqui. Na verdade, isso tem que ser colocado como um ponto a ser discutido aqui.

210

211 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
212 **Federais – Fenaprf):**

213

214 Sim, eu entendo que a ata é um registro, mas a gente sabe que a nossa ata é um pouco
215 diferenciada porque registra tudo que é falado. E o objetivo da ata não é registrar tudo
216 que é falado, mas as principais deliberações daquela reunião, o que é mais relevante. A
217 última ata de uma reunião extraordinária, acho que são 158 páginas. Eu parei a minha
218 leitura na página setenta e pouco. Não tem necessidade de se registrar tudo que é
219 falado numa ata. Então, não vejo prejuízo. Ontem, eu conversei com o Everardo, com o
220 Mariano, eu não consegui falar. Mas, o Everardo, infelizmente, não pôde estar aqui hoje
221 por estar participando de uma reunião lá no Palácio do Planalto. Mas, ele não vê
222 problema nenhum em retirar a fala. Só essa citação em relação ao Bolsonaro.

223

224 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
225 **Pública – presidente do Conselho):**

226

227 Eu tenho algumas ponderações a fazer. Desde que o Conasp foi criado, a forma de
228 registro das reuniões é a mesma. Então, se nós tivermos que mudar a forma de registro,
229 nós vamos pactuar isso em plenário também, porque nós pactuamos que seria na
230 realidade uma degravação. Que as nossas atas seriam degradadas. Tanto é que a
231 gente tem a estenotipia e temos aí a gravação de todas as reuniões. Isso vem sendo
232 feito a miúdo. Eu acho, Marcos, que isso é até didático porque a gente tem, sim, o
233 direito falar aquilo que a gente pensa e como direito nos cabe também o dever de
234 responder por aquilo que falamos. Eu não vou emitir juízo de valor sobre as duas
235 pessoas, nem faria. Mas, acho que quem o fez, fez num contexto também, não fez de
236 graça, e estaria apto da mesma forma que fez o comentário a defender o porquê fez.
237 Então, eu acho que retirar qualquer citação, isso nós já pactuamos anteriormente, e não
238 retiramos citações que foram feitas por conselheiros. Por quê? Porque está gravado. E
239 se não ficar escrito e alguém pedir para a gente a degravação, nós vamos entregar
240 porque tudo que a gente fala aqui é gravado, por bem ou por mal é gravado. Então, não
241 adianta somente retirar porque a gravação vai estar ali. Teria que alterar tudo. Então,
242 nesse contexto, eu estou mais com a Eliana porque é a transcrição daquilo que foi dito
243 aqui em plenário. E nós somos responsáveis, sim, pelo que nós emitidos de juízo.

244

245 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

246

247 Bom dia a todos e todas. Eu, primeiro, concordo plenamente que as atas sejam feitas
248 como já vêm sendo feitas. É importante que tenhamos aqui o registro do que é falado. É
249 claro que às vezes a gente exagera. Repete coisas e tal, mas é a vontade de cada
250 conselheiro. Agora, eu gostaria de uma observação nas atas: que ela fosse transcrita,
251 de fato, como foi falada e depois o resumo das deliberações. Porque, de fato, 150
252 páginas para você ler, nem sempre a gente consegue pela correria do dia a dia. Mas,
253 sabendo que, no final, tem lá as principais deliberações, aquilo que foi de fato
254 importante, talvez ajude a gente a não perder a memória das reuniões que fazemos
255 aqui.

256

257 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
258 **Pública – presidente do Conselho):**

259

260 Então, temos o seguinte: na realidade, temos que enfrentar dois problemas: o primeiro
261 deles é se deixamos ou não da forma como está e aí a sugestão é que nós tenhamos
262 um sumário das deliberações após todas as atas em que fizemos daqui para frente. A
263 meu ver, não vejo problema de termos esse sumário das deliberações. Agora, o que
264 está em tela é o seguinte: se a gente retira ou não o registro da reunião aquilo que foi
265 falado, sendo que as pessoas que falaram não estão presentes, nem para se
266 manifestar. Então, o que a gente pactuou aqui é que após cada tema de pauta será feito
267 na ata um sumário das deliberações daquele tema. Então, os senhores terão a
268 transcrição na íntegra e um sumário dos encaminhamentos. Então, vencemos isso.

269

270 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
271 **Municipais de Segurança Pública):**

272

273 Bom dia a todos. Eu gostaria de dizer da minha alegria de poder estar aqui de volta à
274 reunião do conselho. A minha última ausência foi em razão de eu não ter recebido
275 convite, por isso eu não fiquei sabendo da última reunião, por algum motivo qualquer
276 não chegou o aviso lá. Sobre esse assunto, doutora Regina, acho que é importante
277 enfatizar para todos aqui da responsabilidade no pronunciamento de cada um porque
278 isso pode ter consequências futuras, até mesmo um vazamento das informações e
279 chegar na pessoa lá que foi citada aqui, ela pode depois até mover um processo contra
280 quem falou. É importante que cada um tenha essa consciência, acho que merece
281 enfatizar isso para todos aqui.

282

283 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
284 **Pública – presidente do Conselho):**

285

286 Eu pergunto a todos se estamos aptos a votar as duas atas?

287

288 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
289 **Federais – Fenaprf):**

290

291 Quando nós aprovamos uma ata, nós aprovamos *ipsis litteris*, inclusive as referências
292 feitas às pessoas. Portanto, a minha sugestão é que a ata seja aprovada por todos com
293 exceção daquilo, por exemplo, no meu caso aprovo toda a ata, com exceção das
294 referências feitas a pessoas.

295

296 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
297 **Pública – presidente do Conselho):**

298

299 Sim, sem problema, é uma ressalva. Aqueles conselheiros que quiserem acompanhar a
300 ressalva que constem o nome, o Marcos Dias, sem problema nenhum. Podemos, então,
301 em regime de votação? Os conselheiros que concordarem com a ata e com a ressalva,
302 por favor, fiquem como estão. Vamos fazer o seguinte: quem quer registrar ressalva,
303 acompanhar o conselheiro Marcos Dias, por favor, levante a mão. Que sejam anotados
304 os nomes. Então, a proposta é do conselheiro Jacini de constar ressalva àquilo que for
305 pessoal que ele então põe uma ressalva na ata. Por favor, quem acompanha o
306 conselheiro Jacini? Por favor, anotem. Agora, as atas da 14ª Reunião Ordinária e da 4ª
307 Reunião Extraordinária. Aqueles que concordam com as duas atas, por favor,
308 permanecem como estão. Aqueles que discordam, por favor, levantem a mão. Alguma

309 abstenção? Aprovada. Eu vou pedir para o conselheiro Almir que assuma a presidência,
310 infelizmente, tenho que ir.

311

312 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

313

314 Obrigado, secretária. Bom dia a todas e a todos. Seguindo a pauta da manhã de hoje a
315 gente teria o Calendário das atividades de 2012 e, em seguida, a votação do parecer.
316 Dará para concluir o calendário nesta manhã? Então, eu passo a Suelen para projetar e
317 vencermos este tempo.

318

319 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
320 **Segurança Pública):**

321

322 Conselheiros, na verdade, é o nosso calendário de reuniões ordinárias para o ano. Nós
323 temos como regra que as reuniões do conselho seriam as primeiras quintas e sextas-
324 feiras do mês. Só que bateu com muitos feriados. Então, eu peço aos senhores
325 atenção, a gente fez mais ou menos uma ideia de como ficaria. O mês de abril, por
326 exemplo, tem um feriado no dia 6, então estamos fazendo a proposta de ser 2 e 3, e aí
327 por diante, durante cada mês, a gente fez uma proposta, se puderem dar uma
328 olhadinha.

329

330 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
331 **Sindapef):**

332

333 Nesta programação aqui, tem também o item da apresentação da programação e
334 aprovação da pauta. Ela não vai ser discutida pela manhã?

335

336 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

337

338 Já foi.

339

340 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
341 **Sindapef):**

342

343 Eu receio que não foi discutida.

344

345 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

346

347 A pauta não. Foram as atas anteriores. Podemos discutir depois do calendário.

348

349 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
350 **Segurança Pública):**

351

352 Abril – a proposta é que a reunião seja nos dias 2 e 3 por conta do feriado do dia 6 de
353 abril.

354

355 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais**
356 **– CONDEGE):**

357

358 Eu só queria fazer uma observação. Eu sei que as situações das câmaras são de
359 caráter individual, cada uma tem as suas demandas. Mas, haveria possibilidade de
360 criarmos, pelo menos uma expectativa, de ter aquilo que foi colocado na reunião

361 passada de que as câmaras técnicas pudessem, independentemente dessa experiência
362 que, para mim, não foi efetivamente, eu não achei positivo, tem muita gente que não
363 tem condições de vir três dias aqui. A gente definir datas, além da reunião ordinária,
364 para tratar das questões das câmaras técnicas, somente delas. Não sei se embolaria a
365 gente aprovar isso? Mas, eu gostaria que, pelo menos, ficasse definido e aprovado de
366 que essas reuniões pudessem ser, não juntas...

367

368 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
369 **Segurança Pública):**

370

371 Isso já foi passado. Isso já foi solicitado pelo conselho na reunião extraordinária. Todos
372 esses dados. A reunião extraordinária daqui até o meio do ano, nos meses em que não
373 tivessem reunião ordinária, foi solicitado que as reuniões de câmaras técnicas fossem
374 em dias diferentes das reuniões ordinárias e das reuniões extraordinárias e foi solicitado
375 audiência pública. Tudo isso que foi solicitado na reunião extraordinária nós juntamos,
376 fizemos um cálculo mais ou menos quanto daria e mandamos para o setor financeiro do
377 ministério, eles é que vão analisar porque todas essas demandas geram custos
378 maiores. Então, vamos ver se a gente consegue aprovar hoje as reuniões ordinárias
379 porque aí eu tenho certeza de que teremos recursos e tudo é de acordo com o corte
380 que vier. A idéia é de que a gente passe para vocês de quanto será o recurso do
381 Conasp, para o Conasp definir como ele será utilizado. Então, a nossa ideia é discutir
382 internamente.

383

384 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais**
385 **– CONDEGE):**

386

387 Então, podemos ainda, entre hoje e amanhã, definir se alguma câmara técnica tiver
388 necessidade, a possibilidade de ter essa união já. Você não tem posição por conta
389 dessa decisão?

390

391 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
392 **Segurança Pública):**

393

394 Na verdade, quem vai definir é o orçamento. O contingenciamento foi agora há duas
395 semanas. Estamos ainda aguardando se vai vir contingenciamento ou não.

396

397 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

398

399 Eu queria fazer uma sugestão em relação à reunião de abril no caso seria 5 e 6, mas
400 temos o feriado do dia 6, que ela passasse para a terceira semana ou para a quarta de
401 abril, não no início. As reuniões no início do mês são complicadas para sair. Então, se
402 vai tirar do dia 5 e 6 que não se antecipe, na verdade. Que possamos postergar para a
403 terceira ou a quarta semana de abril, quinta e sexta, aliás, são os melhores dias mesmo,
404 eu dou aulas, para não atrapalhar...

405

406 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
407 **Segurança Pública):**

408

409 26 e 27?

410

411 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

412

413 Ou então 19 e 20?

414

415 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
416 **Segurança Pública):**

417

418 Eu só quero fazer uma observação: viagem em véspera de feriado, a gente acaba
419 comprando bilhetes muito mais caros.

420

421 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

422

423 Comprando com antecedência, como agora? Mas, o feriado sábado não vai fazer a
424 menor diferença para nós.

425

426 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

427

428 Eu acho que tem uma discussão, a meu ver, que é anterior ao orçamento. Uma coisa é
429 o orçamento, outra coisa é a vontade política do conselho. Eu queria propor que,
430 independentemente do tamanho do corte que vai ter, é muito objetivo, vamos ter que
431 realizar as reuniões das câmaras técnicas e vamos ter que fazer as audiências públicas.
432 Isso é ponto pacífico. Se vamos fazer duas reuniões de câmara técnica, uma e meia, o
433 orçamento talvez diga. Mas vamos ter que fazer as reuniões. Vamos ter que realizar as
434 audiências públicas, se serão duas, três, quatro ou cinco, não sei. Vai depender do
435 orçamento, mas vamos ter que realizá-las. Então, eu acho que, independentemente da
436 questão do orçamento, nós já deveríamos prever neste calendário dos próximos meses
437 essas atividades. Se houver possibilidade de se fazer tudo aquilo que desejamos, ótimo,
438 senão a gente adapta à realidade orçamentária, mas já prevê hoje no calendário aquilo
439 que é vontade política do conselho.

440

441 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
442 **Segurança Pública):**

443

444 Sobre as câmaras técnicas, não se tem previsão aí. A solicitação do conselho foi para
445 que cada câmara técnica marque sua data de acordo com o entendimento deles. Então,
446 por isso que achei por bem não colocar porque as câmaras técnicas precisam se reunir.

447

448 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

449

450 Tudo bem, agora com relação às audiências públicas sim.

451

452 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
453 **Segurança Pública):**

454

455 As audiências públicas, ontem a gente chegou até a comentar, de repente usarmos
456 esse mecanismo, até porque economiza, isso que usamos agora, eu sei que três dias é
457 complicado, mas, por exemplo, se a gente marcar a próxima reunião ordinária 19 e 20,
458 não há problema de marcarmos uma audiência pública no dia 18. Não tem problema
459 porque vamos gastar, na verdade, um dia só de diária porque a passagens já terão sido
460 compradas para a reunião ordinária. Então, não tem prejuízo. Mas pode prever também,
461 como podemos prever 19 e 20 e deixar indicada uma data como o dia 18 para audiência
462 pública.

463

464 **O Sr. Héder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
465 **Militares Estaduais. ANASPRA**

466

467 Eu gostaria de propor que ficasse pactuado que um dia antes das reuniões ordinárias
468 ou um dia depois que haja as audiências públicas. Os temas, a plenária decide, ou seja,
469 pactua da possibilidade de existir a audiência um dia antes ou um dia depois porque aí
470 entra no calendário positivo do conselho e discute-se na plenária o tema que será
471 contemplado na audiência porque aí teremos condições de nos programar já, inclusive
472 acordar datas aqui e se ficará apertado ou não, para que não fique uma coisa
473 casuística. Depois o próprio pleno define os temas das audiências, mas nós já sabendo
474 que a data já está reservada para a audiência. Essa é a minha proposta.

475

476 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

477

478 Eu queria fazer uma proposta que é a seguinte: foi tirado aqui na última reunião de
479 terem 5 ou 6 audiências públicas por estado. Não sei se estou errada, em relação à
480 Conseg. Como eu sou da Câmara de Mobilização, eu queria ver se a gente, neste
481 calendário de planejamento, já definisse em quais estados e quais dias e meses nas
482 regiões, a gente colocaria no calendário porque isso requer uma preparação. E acho
483 também que se sairmos desta reunião, agora em março com esses calendários, já
484 poderíamos preparar, principalmente para nós da Câmara de Mobilização, essas
485 audiências públicas para a Conseg. Então, eu queria sugerir que a gente fosse também
486 vendo: abril - teria possibilidade de ter alguma? Não tem. Então, vamos para maio.
487 Olharmos mês a mês e também pensar na possibilidade de marcar isso, porque aí já
488 vamos nos articulando com os conselheiros que estariam naquela região.

489

490 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

491

492 Só queria sugerir, Eliana, que sejam feitas as audiências públicas nos meses que não
493 têm reunião ordinária. É menos um calendário.

494

495 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
496 **Municipais de Segurança Pública):**

497

498 Bom dia a todos. Também não quero privilegiar a questão pessoal, mas como a Eliana
499 falou de aulas, eu não tenho condições de vir em nenhuma quarta-feira para as nossas
500 reuniões. Então, essa proposta de vincular as audiências a um dia antes das ordinárias,
501 que a Suelen fez, estou dizendo, de antemão, não virei a nenhuma reunião marcada. E
502 com relação às audiências públicas da conferência, eu sugiro que a Comissão de
503 Mobilização traga uma proposta, até porque não vai mudar tudo até abril, traga uma
504 proposta para discutir porque se nós formos discutir aqui e cada um dar uma idéia vai
505 dar duas horas e ainda estamos no calendário. Então, que a Comissão de Mobilização
506 proponha talvez só as dadas e não os temas, e os temas nós aprovamos aqui. Mas traz
507 uma proposta de calendário. É perda de tempo ficarmos avaliando isso no plenário. E
508 queria fazer uma ressalva então se definir, por questão de custos, Zuelen, que as
509 reuniões, eventualmente, das audiências forem seguidas às ordinárias, eu proponho
510 então que seja no sábado, por que tem que ser quarta-feira? O calendário ali é quinta e
511 sexta. Estou propondo que seja sábado a audiência pública.

512

513 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC):**

514

515 Eu estou querendo advogar um pouquinho em causa própria, se não prejudicar, mas eu
516 queria propor que nós ficássemos em abril na segunda semana, até porque nestes dias
517 18, 19, 20, o MEC vai fazer uma programação no projeto que temos lá e eu não gostaria
518 de faltar, mas, tudo bem, mas eu sugeriria a segunda semana de abril, até porque fica
519 pouco esse intervalo de 2 em 2 meses.

520
521 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
522 **Segurança Pública):**

523

524 E 26 e 27?

525

526 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

527

528 26 e 27 parece que contempla a maioria das pessoas que têm as dificuldades neste
529 intervalo. Podemos fechar?

530

531 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

532

533 Olha só, se a maioria prefere 26 e 27, eu estou de acordo.

534

535 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

536

537 26 e 27, estão todos de acordo? Abril, vamos lá.

538

539 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
540 **Municipais de Segurança Pública):**

541

542 Dia 25, 26 e 27 de abril, nós temos a reunião do Conselho Nacional dos Comandantes-
543 Gerais em São Paulo por ocasião de uma grande feira, aliás, por sinal, todos estão
544 convidados e, muito provavelmente, a doutora Regina Miki tem o compromisso de estar
545 lá.

546

547 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

548

549 12 e 13 me parece que atende a todos.

550

551 **O Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini (Colégio Nacional dos Secretários de**
552 **Segurança Pública – Consesp):**

553

554 12 e 13 não atende ao Colégio de Secretários de Segurança Pública e neste dia tem a
555 reunião do Consesp.

556

557 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
558 **Segurança Pública):**

559

560 Que tal 16 e 17? Tem problema? É segunda e terça. E 19 e 20?

561

562 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
563 **Civis – COBRAPOL):**

564

565 Bom dia a todos. Só para colaborar, nós não podemos participar em nenhuma quinta-
566 feira e sexta-feira. Mas como temos dois substitutos, o que a maioria decidir, estamos

567 juntos. Estou usando a palavra para dizer que aqui todos têm os seus substitutos, se
568 não puderem vir, que encaminhe seu substituto que vai fluir acho da mesma forma.

569

570 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

571

572 Vamos fechar? 19 e 20? Atende a todos? Fechado. Vamos para junho.

573

574 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
575 **Civis – COBRAPOL):**

576

577 Em abril ainda, estou com uma proposta que fez o conselheiro Hélder sobre a questão
578 das audiências e precisamos fechar uma data em abril. Acho que ela tem que ser
579 fechada agora em abril porque se fluir, nós temos mais cinco reuniões ordinárias no ano
580 e nós teremos cinco audiências públicas. Eu penso que é tranquilo a gente já definir
581 uma audiência pública para abril, se é que a gente não consiga definir que as
582 audiências públicas aconteçam durante todo o ano, antecipando assim as reuniões
583 ordinárias. Em se tratando de abril, se a gente não for votar em abril, penso que é
584 importante que se garanta uma audiência pública em abril.

585

586 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

587

588 Depois que acabarem as reuniões ordinárias, a gente vai apresentar um calendário. A
589 proposta do Mariano a gente acatou. Só um mês que vai ser porque a proposta é fazer
590 as reuniões pelas regiões nos meses que não tem reunião ordinária. A gente vai
591 apresentar um calendário.

592

593 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
594 **Civis – COBRAPOL):**

595

596 Estou me referindo às audiências nos moldes que aconteceram antes, mas a minha
597 proposta é que se defina nesta reunião de hoje já o calendário para que a gente não
598 correr o risco de perder uma próxima já em abril.

599

600 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

601

602 Tem alguém que é contra a realização de uma audiência pública no dia 18 de abril?

603

604 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
605 **Segurança Pública):**

606

607 Eu só quero ponderar aqui a questão de sábado pela dificuldade que temos de justificar
608 junto ao TCU o pagamento de diárias e passagens para o dia de sábado, e é
609 questionado com frequência.

610

611 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

612

613 No dia 18 podemos ter uma audiência? Certo. Vamos para junho.

614

615 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
616 **Segurança Pública):**

617

618 No mês de junho, a data seria nos dias 7 e 8. Só que como mais uma vez é um feriado,
619 então a proposta é que seja 14 e 15, quinta e sexta. Fechado. Nós indicamos que
620 sempre poderá ter uma audiência pública um dia antes. Pode ser na quarta. Agosto. A
621 proposta obedece aos critérios que a gente determinou pelo Conasp, alguns anos atrás,
622 de ser na primeira quinta e sexta do mês, 2 e 3 de agosto. OK? Outubro. Outubro. Nós
623 temos uma questão em outubro. Eu sinalizei sendo 8 e 9 porque teremos eleições. As
624 eleições são no dia 7 de outubro. Então, não tem problema a nossa reunião ser na
625 quinta e sexta. Só que aí eu queria ver com os senhores a disponibilidade de se
626 retirarem de seus municípios na quinta e sexta-feira que antecedem as eleições.
627 Podemos passar também para os dias 18 e 19. O segundo turno é no dia 28, mas é 18
628 e 19. Então, será nos 18 e 19 de outubro. E no mês de dezembro, a proposta é no dia
629 6 e 7. A eleição será no dia 7 de outubro. A eleição do Conasp é um próximo ponto de
630 pauta. OK? Definimos o calendário de reuniões ordinárias.

631

632 **O Sr. Não Identificado:**

633

634 Eu queria justificar minha chegada atrasada porque eu estava no Fórum Interconselhos
635 e aí eu fiquei preocupado que não desse quórum aqui, já que o Marcão estava lá, o
636 Héder e o Eraldo.

637

638 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

639

640 Vamos para aprovação da pauta? Agora, é a aprovação da pauta. Bem-vindo ao João,
641 ao Marcos Costa que estão chegando. Vamos para a programação da pauta. Leitura da
642 programação: 9 horas, abertura da reunião, aprovação da ata da 14ª Reunião Ordinária
643 e da 4ª Extraordinária, esses dois pontos nós já passamos; apresentação da
644 programação; definição do calendário, também já passamos; votação do parecer sobre
645 autonomia das perícias; eleições do Conasp, isso é um ponto que a gente vai ter que
646 começar a discutir em todas as reuniões de agora em diante. No período da tarde, às 14
647 horas, reinício dos trabalhos com a apresentação do Plano do Crack. Dia 29/02, 9
648 horas, abertura dos trabalhos com apresentação do Sinesp; 14 horas, reinício dos
649 trabalhos, continuação do Sinesp; informes da secretaria-executiva, informes gerais dos
650 conselheiros, encaminhamentos e encerramento.

651

652 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais**
653 **(SINDAPEF):**

654

655 Eu encaminhei, dentro daquela dinâmica de encaminhar propostas, uma delas, inclusive
656 discutindo um tema específico nosso, que deveria ser discutido aqui e a possibilidade
657 de se realizar as audiências públicas. Então, eu entendo que se há de achar um espaço
658 aqui dentro para discutir o tema que a gente encaminhou e esta própria questão que
659 surgiu agora que vamos decidir quais temas discutiremos nas audiências públicas.
660 Então, eu entendo que podemos achar um espaço aqui. Na verdade, eu imaginei que
661 fossem estar citadas todas as propostas que vínhamos encaminhando. Se houve uma
662 sistematização, eu gostaria de uma explicação de mesa para colocar essa proposição.
663 E que se garanta aqui o espaço para debate e também sobre as audiências públicas.

664

665 **O Sr. Não Identificado:**

666

667 Como de praxe, a mesa diretora se reúne e provocado por cada segmento define a
668 pauta. Em face à reunião extraordinária, a mesa diretora não se reuniu. Então, nós
669 começamos, o próprio conselheiro Marcos Costa propôs, fazer a concertação de temas

670 que seriam postos à discussão. Em meio a essa discussão, eu me lembro de ter
671 proposto e não afastando nenhum tema a ser discutido, que a plenária aqui elaborasse
672 o calendário em razão de tantas e tamanhas demandas que foram apresentadas, e até
673 mesmo a própria mesa diretora não havia se reunido para definir a pauta deste mês. E
674 em diálogo com a Suelen, o que havia de registro da última reunião eram esses pontos
675 da reunião extraordinária. Então, isso já estava meio da própria reunião com o ministro
676 que ele havia deixado que o Conasp deve e tem por que participar da questão do
677 programa do Crack, da questão do Sinesp, e se vocês observarem, quando a própria
678 Suelen encaminha a todos os conselheiros a questão de pauta, por exemplo, há dois
679 itens que na reunião ordinária passada, a última, ficaram pendentes e sequer foram
680 incluídos nesta, exatamente porque era uma demanda que havia sido apresentada, por
681 exemplo, o fim da pena restritiva de liberdade não consta, a PEC 308 também não. A
682 questão dos papiloscopistas que é uma situação lá da Bahia e teria uma recomendação
683 da homofobia. Ou seja, a discussão que começou por e-mail extrapola a capacidade de
684 qualquer mesa definir qual tema temos que priorizar. Tanto é que nos diálogos nossos,
685 eu me posicionei, eu acho que esta manhã, para definir a pauta, tem que ser levado em
686 consideração todos os temas que foram propostos pelo conselheiro Marcos Costa e
687 outros conselheiros e que a plenária aqui decida realmente o que quer. E a mesa
688 diretora em momento algum retira ou acresce propostas sem aquiescência da plenária.
689 Até porque a reunião da mesa é uma simples formalidade, que chegando aqui o
690 plenário pode dizer que não quer e pronto. Então, não houve momento algum em uma
691 situação deliberativa ou de vontade própria de imiscuir sobre qualquer tema. O que eu
692 trago aqui é que seja acrescido os temas que foram propostos e que a plenária decida.
693 E aí a Secretaria-Executiva tinha que preparar para a reunião, se for para a
694 apresentação do crack tinha que estar com agendamento, se tiver que cancelar é mais
695 fácil cancelar do que fazer um agendamento, e a questão do Sinesp e que foi proposto
696 na reunião com o ministro: “Olha, debrucem porque isso é um programa em
697 andamento”. Então, a mesa diretora não se reuniu e não definiu pauta. Evidentemente,
698 que não poderia servir para uma reunião sem que houvesse ajustado minimamente uma
699 pauta. Acho que o que precisa aqui agora é ajustar isso, o que vamos trabalhar, o que
700 vamos fazer.

701

702 **O Sr. Marcos Antonio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
703 **CNMP):**

704

705 Talvez a título de encaminhamento, talvez até para a mesa diretora, a gente pudesse
706 doravante trabalhar com dois documentos: a pauta é uma longa lista de itens que foram
707 encaminhados e incluídos. Sempre vamos ter esse documento chamado pauta. E tem
708 uma proposta de priorização apresentada pela mesa. São coisas diferentes. A gente ter
709 um rol de tudo que está na pauta. Enquanto ninguém tirar de pauta continua ali,
710 enquanto não for debatido e tudo mais, enquanto a plenária não resolver aquele
711 assunto, consta da pauta o item tal. E há sempre outro documento chamado proposta
712 de priorização da mesa diretora. Não sei se a secretária-executiva tem agora um rol
713 com todos aqueles que foram sugeridos na pauta? Então, um rol dos itens que foram
714 sugeridos porque aí, sim, nós podemos fazer. Do ponto de vista da distribuição do
715 trabalho, por exemplo, o grosso do que nós teremos aqui, vão estar ocupados com
716 apresentações, é complicado. Quer dizer, duas apresentações à tarde, apresentação
717 inteira à tarde, inteira sobre o Plano do Crack, amanhã, pela manhã, a do Sinesp que
718 continua à tarde. Então, o aspecto deliberativo nosso fica muito restrito. Acho que não
719 seria o caso de não fazer as apresentações, mas diminuir o tamanho delas. É preciso
720 reduzir, quer dizer, uma apresentação de uma hora porque senão não vamos ter tempo
721 de deliberar outras coisas e tudo mais. Então, não é cancelar as apresentações.

722

723

O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública):

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

Acho que o conselheiro Marcos tem razão. Temos que definir na apresentação do crack o tempo. Uma hora de apresentação, uma hora para debate. Em 2 horas a gente define qual é o *time* porque de manhã das 9 até o meio dia são 4 horas de apresentação, talvez não precise tanto. Então, temos que definir qual é o tempo, acho que uma hora de apresentação e uma hora de debate é um bom tempo. Eu sugiro que nós iniciamos o debate sobre a votação do parecer das perícias, porque nós saímos de audiência pública ontem, não vamos empurrar isso para outra reunião, isso tem que ser definido agora de manhã. Definindo a de manhã, eu não sei se o pessoal está pronto para a apresentação do programa do crack, Suelen? Já estão para as 2 horas, então a gente pode incluir qual é a audiência pública que será a próxima, que já definiu que vai ter em abril, vai ao tema, termos algumas deliberações após a apresentação e votação do parecer das perícias que acho um erro não definirmos isso hoje. Então, iniciar já esse debate.

740

O Sr. Héder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra):

741

742

743

744

745

746

747

748

749

Eu concordo, Mariano e Marcos Costa, eu só penso que devemos ceder um pouquinho o tempo. Veja bem: nós somos conselheiros. Se cada conselheiro que, normalmente, faz uso da palavra por 3 minutos, se tem 90 minutos. Então, dá no mínimo uma hora e meia para debate. Eu concordo que uma manhã pode ser um tanto quanto extenso, mas também não podemos perder de vista que estará sendo nos apresentado um plano de governo.

750

O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional de Peritos Criminais Federais – APCF):

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

Esse é um texto novo, acho que não foi passado aos conselheiros. Talvez eu não tenha me explicitado bem. Na verdade, não é um texto novo, é um mesmo parecer com algumas sugestões de alteração que estão destacadas em vermelho. Então, vai ter no parecer o texto antigo, e vai ter a sugestão de alteração. Cada um vai ter que se manifestar se mantém o texto antigo ou se acata as sugestões de alterações. E, evidentemente, em algum ponto, eu vou passar muito brevemente em cada ponto, quem queira sugerir mais alguma alteração de redação ou até exclusão do ponto, lá, daquela citação, a gente vai deliberar sobre isso. Acho que essa é a lógica. O Kleber está pedindo a palavra.

763

O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL):

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

Antes do início do parecer, eu entrei na sala aqui agora e ouvi o conselheiro Agadeilton tecer alguns comentários sobre o seminário de ontem e o ambiente de respeito que permeou a maior parte do tempo nas exposições. Eu só queria deixar registrado diante desse conselho, e ontem eu não quis levar combustível para discussão porque houve um momento em que se instalou um clima de certa hostilidade da parte de alguns presentes, eu não quis acalorar mais o debate, mas eu queria deixar registrado aqui que nos causou espécie e nós lamentamos muito o viés corporativista que foi dado à exposição do perito criminal Irimar Paulino, que é perito criminal da Polícia Civil do

774 Distrito Federal, que disse para fundamentar, ideologicamente, sua pretensão de ver
775 conquistada a autonomia das perícias que a perícia criminal está sobrecarregada em
776 razão de pedidos de delegados de polícia, de laudos em ocorrências não criminais para
777 subsidiar ações de natureza cível. E disse que uma instituição que é dirigida por um
778 delegado de polícia, referindo-se à polícia civil, que se preocupa tão somente com
779 aquisição de viaturas e munição. Isso alguns conselheiros estavam presentes, eu só
780 queria registrar que isso nos causou espécie, revolta. Acho que esse tipo de atitude não
781 se coaduna com o que se espera de um ocupante de cargo efetivo de uma instituição
782 policial e muito menos de quem representa os peritos criminais do país. Aqueles que
783 estiveram nos representando foram muito respeitosos com os peritos, principalmente
784 aqui na Polícia Civil do Distrito Federal não existe um ambiente de cisão entre categoria.
785 Nos respeitamos, convivemos muito bem e não temos nenhuma escaramuça seja
786 interna ou externa. Então, só queria registrar este fato aqui perante os conselheiros que
787 é um fato que caracteriza inequívoco desrespeito à categoria dos delegados de polícia e
788 para com a nossa instituição Polícia Civil do Distrito Federal. É só isso que eu queria
789 dizer.

790

791 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
792 **Periciais do Brasil):**

793

794 Boa dia a todos. Eu queria apenas fazer uma correção, conselheiro. O que o
795 companheiro Irimar Paulino falou é que nos estados, e eu reafirmo o que foi dito por ele,
796 que quando a perícia, um dos estados onde nós estamos dentro da Polícia Civil, daí
797 estou reafirmando e confirmando o que ele disse, quando as verbas chegam à
798 secretaria, a prioridade sempre foi adquirir carro, coletes, viaturas, armamento,
799 algemas, e ele bem frisou que os delegados não estariam errados nessa sua avaliação,
800 mas que muito pouco, e eu já disse neste conselho que a perícia existe em dois
801 momentos, uma antes e outra depois da Senasp. É bem claro isso, basta fazer visita
802 aos estados que os institutos começaram a ser modernizados, equipados com o
803 advento da Senasp porque muito pouco ou quase nada se é investido na perícia nos
804 institutos onde estão subordinados a Polícia Civil. Isso é uma afirmativa verdadeira e
805 reafirmo o que foi dito pelo companheiro Irimar, a questão que ele falou dessas
806 solicitações, o que ocorre também nos estados. Eu queria deixar claro que o Irimar
807 quando falou foi como presidente da Associação Brasileira de Criminalística que
808 congrega todas as entidades estaduais. Em nenhum momento, ele falou como perito do
809 DF, ele falou como presidente das entidades estaduais. E nos estados ocorrem, sim,
810 muitas vezes há solicitação de perícia onde o perito se desloca até o local e depois
811 ofícios não chegam solicitando esses laudos. Ocorrem muitos em casos de danos
812 contra o patrimônio, acidentes envolvendo viaturas, onde realmente isso não vem. E na
813 Paraíba, por exemplo, isso não ocorre? Eu falo agora como perito do estado da Paraíba
814 onde todos os delegados solicitam por telefone, depois encaminham os ofícios sem
815 nenhum problema, mas acontece, sim, em alguns estados. Falo isso porque fui
816 presidente da Associação Brasileira, conheço a realidade de todos estados da
817 Federação. E o que o doutor Irimar colocou ali não foi, em nenhum momento, com
818 intenção de agredir a categoria, pelo contrário, deixou bem claro que obviamente os
819 delegados precisam, sim, se preocuparem com armamento porque não se pode um
820 delegado trabalhar sem arma, sem munição, sem colete, mas que não se é dada a
821 devida atenção aos investimentos à perícia oficial brasileira. Então, é uma afirmativa
822 real e eu fiz já em outros momentos neste conselho quando também defendi a
823 autonomia um desses objetivos, quando você tem a Polícia Civil e a perícia, ambos com
824 orçamentos distintos, obviamente, talvez se o perito fosse o perito criminal, o médico
825 legal, ou papiloscopista fosse o chefe da polícia obviamente que quando chegassem

826 aquelas verbas, provavelmente, ele iria observar para aquilo onde ele atua, ele iria ver
827 que seria importante investir na perícia e talvez comprasse microscópio, neve,
828 laboratório de *tastologia* e comprasse menos armamento, colete. Então, isso aí foi uma
829 afirmativa que ele fez, correta, e que na avaliação nossa a premissa é verdadeira. Mas,
830 se ele agrediu em algum momento, se você entendeu como agressão, eu peço em
831 nome do companheiro Irimar, eu peço desculpas, mas não foi essa a intenção. Como
832 estou dizendo, se fosse eu o chefe da polícia, eu investiria mais na ciência e é por isso
833 que nós defendemos, o que não seria errado no meu ponto de vista da minha análise,
834 por isso que nós defendemos a autonomia nesse sentido para que os investimentos
835 sejam feitos dentro de cada órgão. Mas, novamente, peço desculpas se você entendeu
836 como agressão, jamais seria nossa intenção.

837

838 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

839

840 Eu pediria, por gentileza, a todos, que esse tema, as informações que os conselheiros
841 receberam, eu acho que já foram mais do que suficientes para a gente entrar em novos
842 debates e novas confrontações, não tem necessidade disso. Eu acho que nós já
843 devemos partir porque tivemos audiência pública, um tempo suficiente, não tem nenhum
844 dos dois lados que vai convencer mais do que já está este conselho convencido.

845

846 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil**
847 **– ADEPOL):**

848

849 Conselheiro Humberto, eu aprecio sua manifestação, e acho que foi colocada em linhas
850 muito mais próprias do que aquelas ditas ontem. Porque quem estava presente sabe
851 que razão assiste a minha fala aqui, foi uma colocação muito dura e repito: se ele
852 tivesse perante uma plateia composta somente de peritos criminais talvez teria sido
853 própria aquela fala dele, mas não foi. Foi indevida, agressiva, que revelou, sim,
854 menosprezo à nossa categoria. Eu me recordo literalmente de uma expressão que ele
855 usou: “Você procura um delegado e pede um microscópio de um milhão e meio ele
856 pensa quantas viaturas ele pode comprar”. Então, a sua fala foi muito aveludada, polida
857 e adequada. Mas, eu me recordo bem o que ele disse ontem. E o meu objetivo não é
858 trazer a espada para este conselho hoje. Só queria registrar o fato e dizer que isso nos
859 causou espécie e que acho que foram colocações que não se coadunam, novamente eu
860 digo, com o cargo que ele ocupa e o posto de representantes dos peritos criminais do
861 Brasil, é uma questão de postura, cada um entende como quiser, mas eu queria deixar
862 isso registrado. E de nossa parte, a gente fica absolutamente tranquilo que o trato foi
863 muito mais polido. É só isso, eu não quero trazer discussão para o conselho.

864

865 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

866

867 Aqui não deve ser a continuidade da audiência pública. Acho que devemos ir para o
868 parecer.

869

870 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
871 **Municipais de Segurança Pública):**

872

873 Com todo respeito aos conselheiros, as colocações que, eventualmente, as mais
874 agressivas, eu estive na audiência, é de ordem política, do debate político. Eu posso
875 concordar com a avaliação ou não. Então, o meu apelo aqui é que o companheiro
876 apresente o parecer e nos pautamos aqui para discutir eventuais emendas ao parecer

877 porque o que foi debatido no ponto de vista político deveria ficar registrado lá no debate.
878 Eu já vi debates mais agressivos e acalorados do que o de ontem, muito mais.

879

880 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

881

882 Vamos para a apresentação do parecer e a gente dá sequência.

883

884 **O Sr. Não Identificado:**

885

886 Questão de ordem. Essa minha posição o Agadeilton já conhece e também o conselho.
887 Um parecer desse tamanho, enorme, com muita informação amplifica a divergência
888 exponencialmente. Um parecer ao ser aprovado significa que tudo mundo concordou
889 com tudo que está ali. Então, eu sinto dificuldade. Se for para seguir o parecer, então a
890 gente vai passar parágrafo por parágrafo, assim: todo mundo concorda com esse
891 parágrafo? Concorda, então segue. Isso é que vai dar um parecer enorme como esse.
892 Acho que aqui tem coisas, estatísticas. O objetivo não é esse. O objetivo é uma decisão
893 política do Conasp sobre a questão da autonomia. Esse é o principal objetivo. Se for
894 para manter o tamanho do parecer, a minha sugestão é que vamos passar parágrafo
895 por parágrafo. Ou então uma coisa mais reduzida.

896

897 **O Sr. Agadeiton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos
898 Criminais Federais – APCF):**

899

900 Se as opções são essas, na minha interpretação, não tenho autoridade para alterar o
901 parecer que foi produzido por um grupo de trabalho do conselho. Mas, para alterar
902 temos que ver o que está escrito e dizer se concorda ou não, se reduz ou se não reduz.
903 Não tem outra forma. Eu não tenho autoridade para alterar. Essa sugestão já veio da
904 outra reunião. Para fazer isso, tinha que se recompor o grupo, as pessoas voltarem a
905 trabalhar e reduzir o parecer, mas eu não tenho autoridade para fazer isso. As
906 sugestões que foram encaminhadas daquela reunião, eu já incorporei, estão aí
907 destacadas. Agora, a gente pode ir, parágrafo por parágrafo, se essa for a sistemática
908 que vocês julgarem mais adequada, a gente vai e delibera cada parágrafo. Infelizmente,
909 não tem alternativa.

910

911 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –
912 CNMP):**

913

914 Ontem, na presença da audiência, eu vi que houve pontos muito importantes que não
915 se encontram no parecer, como a questão de nomeação de peritos *ad hoc*, eventuais
916 abusos e outras situações que não constam no parecer. Conversei com alguns colegas
917 quando estavam na audiência, independentemente da aprovação ou não do parecer
918 fomos pegar pontos dele e transformá-lo numa resolução, com diretrizes mais amplas,
919 não somente relacionado à autonomia, mas outros pontos relevantes que foram
920 abordados ontem na perícia. Então, independentemente da aprovação ou não do
921 parecer, teria uma possibilidade de pegarmos, ou tomaríamos de base esse parecer e
922 nós poderíamos fazer uma resolução mais ampla e não somente relacionadas à
923 autonomia, já que ontem outras questões importantes foram trazidas à baila.

924

925 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários
926 Federais – Fenaprf):**

927

928 Eu concordo com o Marcos Costa e acho que também isso deve orientar os nossos
929 trabalhos. Como é o primeiro parecer, o segundo que é feito dessa forma.

930

931 **O Sr. Agadeiton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
932 **Criminais Federais – APCF):**

933

934 Não, já teve um parecer dos municípios que inclusive é maior do que este aqui. E foi
935 aprovado por esta plenária. Inclusive, o grupo se pautou, porque parecer realmente é
936 um documento extenso. É um documento que tem que fazer pesquisa, tem que
937 apresentar dados, tem que situar o tema no contexto do que existe no país e no mundo.
938 Esse parecer está, inclusive, carente de várias informações que não tivemos jeito de
939 conseguir. Então, é um parecer. Agora, se o conselho não queria um parecer, queria só
940 uma moção, uma resolução, é uma questão do que escolheu como ferramenta. Mas,
941 hoje, o que existe, produzido pelo grupo é um parecer.

942

943 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

944

945 De verdade, o espírito é aprovar ou não esse parecer. Se para que este conselho esteja
946 convencido, se tenha que ler parágrafo por parágrafo que se leia; até porque eu acho
947 que já se passaram duas reuniões com expectativa. E me lembro que houve uma onde
948 se fez uma apresentação, não sei se poderia chamar de prévia, onde ocorriam citações
949 e, inclusive essas citações foram colocadas para que se revisse, não sei se isso foi feito
950 e agora vamos construir o espírito da aprovação. E que se coloque isso, até para
951 posição deliberativa deste conselho como prioridade. Acho desgastante demais, por
952 tudo que já foi feito e por esse mal estar de não se colocar que este conselho com uma
953 preocupação de buscar o entendimento corporativo. Acho que este conselho tem a
954 percepção, todos aqui sabem das entidades que representam e de saber o que vai ser
955 decidido aqui. Então, problemas à parte de suas entidades, é um problema que a gente
956 não vai se envolver e que se vença aqui o bom senso.

957

958 **O Sr. Agadeiton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
959 **Criminais Federais – APCF):**

960

961 Eu posso encaminhar uma metodologia, presidente? Eu vou ler cada parágrafo e ao
962 final quem quiser fazer alguma alteração de redação, levanta a mão e sugere. Quem
963 não quiser fica quieto e eu passo à frente.

964

965 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
966 **Civis – COBRAPOL):**

967

968 Só um esclarecimento, você está propondo ler um parágrafo e depois a gente faz o
969 destaque deste parágrafo?

970

971 **O Sr. Agadeiton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
972 **Criminais Federais – APCF):**

973

974 Repetindo o encaminhamento: lê o parágrafo, quem quiser fazer sugestão de alteração
975 já pede a palavra e marca que vai fazer alteração daquele parágrafo.

976

977 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
978 **Civis – COBRAPOL):**

979

980 A sugestão que eu tenho é que seja lido o texto e todos vão fazendo as emendas de
981 destaques. E aí a mesa vai sistematizando os destaques de cada um. Seria mais
982 rápido.

983

984 **O Sr. Agadeiton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
985 **Criminais Federais – APCF):**

986

987 A manifestação no momento é só para a gente saber depois onde voltar. Só manifesta:
988 eu tenho, aí já começa a sugerir. A gente marca o parágrafo em vermelho, a mesa se
989 encarrega de fazer isso para depois a gente saber quais os parágrafos que vamos
990 voltar. Eu prometo ler correndo para que não consuma muito tempo.

991

992 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

993

994 Perdoe-me, mas essa dinâmica já foi feita. Nós já lemos esse documento, você já fez as
995 emendas, já colocou tudo que foi levantado aqui pelo plenário, já corrigiu inclusive o que
996 foi levantado aqui pelo plenário na vez anterior, então, o apelo é que as pessoas fiquem
997 presas ao espírito do trabalho e não à vírgula, porque senão não vamos sair daqui de
998 novo. Tivemos uma audiência pública ontem que trouxe novos elementos que serão
999 incorporados aqui. Isso que é importante. Agora, a vírgula, o detalhe, a palavra e tal, a
1000 gente sabe muito bem como funciona isso, cada um acha que tem a sua a verdade. O
1001 apelo é que as pessoas não se prendam a esse tipo de coisa e fiquem no conteúdo que
1002 é o mais importante.

1003

1004 **O Sr. Agadeiton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
1005 **Criminais Federais – APCF):**

1006

1007 Conselheiro Tião, sua proposta é bem didática, mas no momento até para que tudo
1008 mundo saiba quem assistiu a audiência se o parecer está sintonizado com ela, é
1009 importante que a gente faça a leitura. Embora tenha sido feito antes.

1010

1011 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1012

1013 É missão deste Conasp número um: a gente aprovar este parecer ou não. A gente não
1014 vai poder fazer nada porque foi decisão do plenário fazer isso, se vai demorar muito, o
1015 problema vai ser nosso.

1016

1017 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
1018 **Criminais Federais – APCF):**

1019

1020 Podemos começar, presidência? Bem, senhores conselheiros e senhoras conselheiras,
1021 atendendo deliberação da 5ª Sessão Plenária Ordinária deste Conselho, este grupo de
1022 trabalho apresenta na forma seguinte seu parecer sobre autonomia da perícia oficial de
1023 natureza criminal. Item 1 – Introdução. Parágrafo 1 – O tema abordado pelo grupo de
1024 trabalho apresenta-se como uma das mais relevantes questões relacionadas a um novo
1025 paradigma para o sistema de persecução penal no Estado brasileiro conforme se
1026 observa em manifestações da sociedade e dos órgãos governamentais de nível
1027 nacional e internacional. Passando para o dois – Nesse mesmo sentido, diversos
1028 setores da sociedade comprometidos com ética, humanismo, a justiça e a cidadania e
1029 a dignidade humana reivindicam uma correção de rumo da perícia criminal no Brasil
1030 ainda pendente desde a transição entre o período de exceção e a democracia vigente,
1031 restabelecida em nosso país há pouco mais de vinte anos. Marcos, parágrafo 2, por

1032 favor. Parágrafo 3 - As manifestações em favor da autonomia da perícia criminal no
1033 Brasil surgem desde organismos internacionais... (Conselheiro Éder, quem pediu sabe,
1034 quem pediu o 1? João Francisco, marque o 1 também) ...como relatórios oficiais da
1035 Organização das Nações Unidas – ONU – e Anistia Internacional, até entidades como a
1036 Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público, bem como diversas autoridades
1037 dos três poderes da União e outras organizações da sociedade civil (Parágrafo 3º –
1038 cons. João). Parágrafo 4º – O tema, inclusive, foi abordado na explanação do Plano
1039 Nacional de Segurança Pública, projeto do então candidato a Presidente da República
1040 Luís Inácio Lula da Silva em 2002, cuja coordenação executiva ficou a cargo do
1041 Deputado Federal Antônio Carlos Biscaia, nos seguintes termos (Parágrafo 4º: Cons.
1042 Marcos Costa). Essas citações, vocês querem que eu leia as citações de leis? Não
1043 precisa. Parágrafo 5 - Apesar de não ter sido mencionado pelo Deputado Federal
1044 Antônio Biscaia, os Institutos de Identificação devem estar inclusos em todo e qualquer
1045 projeto objetivando a autonomia da Perícia Oficial Criminal porque além de compor as
1046 Polícias Científicas em todos os Estados onde estas foram instituídas, juntamente com
1047 os Institutos de Criminalística e de Medicina Legal, nos Institutos de Identificação de
1048 muitos estados da Federação está concentrada parte considerável e importante da
1049 perícia criminal. Parágrafo 5º: (Cons.Marcos Costa). Parágrafo 6 - O Ministério da
1050 Justiça, com objetivo de definir princípios e diretrizes orientadoras do Plano Nacional de
1051 Segurança Pública, a ser implementado nos anos subsequentes, realizou a 1ª
1052 Conferência Nacional de Segurança Pública – 1ª CONSEG, fruto de um amplo processo
1053 de discussões (audiências públicas, conferências livres, seminários, etc.) promovidas
1054 com a participação de entidades da sociedade civil, dos trabalhadores e dos gestores
1055 em Segurança Pública, que orientados pelo objetivo maior de tornar efetiva a segurança
1056 como direito fundamental, elegeram dez (10) princípios e quarenta (40) diretrizes, sendo
1057 que a autonomia dos órgãos periciais do Brasil foi a 2ª Diretriz mais votada, com um
1058 total de 1.094 votos, com o seguinte texto. Citação de texto também não precisa?
1059 Alguma manifestação? Parágrafo 7º - A recém aprovada lei 12.030/09 foi uma
1060 importante sinalização do Parlamento brasileiro, ratificada pelo Chefe Maior da nossa
1061 Nação, podendo ser considerada como um marco legislativo para a perícia oficial no
1062 Brasil em termos de ver tornar-se realidade a tão almejada autonomia dos órgãos e
1063 profissionais da perícia criminal brasileira. Após 12 anos de tramitação no Congresso
1064 Nacional, o então projeto de lei de autoria do Deputado Federal Arlindo Chinaglia foi
1065 aprovado em última etapa no Senado Federal na mesma semana da aclamação popular
1066 advinda do já mencionado resultado da 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública.
1067 (Parágrafo 7º: conselheiros Simone, Marcos Costa, João Francisco e Kleber); Parágrafo
1068 8º - Em seguida, mais precisamente no dia 21 de dezembro do marcante ano de 2009
1069 para a perícia - esse termo aí, não saiu na redação não sei o porquê, mas já foi
1070 corrigido **esse marcante ano de 2009 para a perícia criminal**, marque em vermelho,
1071 por favor, só o termo **marcante ano de 2009**, já tinha sido acordado para ser retirado) o
1072 Presidente da República, assina o Decreto nº 7.037 que aprova o Plano Nacional de
1073 Direitos Humanos PNDH-3, o qual também é enfático em relação à necessidade de ver-
1074 se como realidade a autonomia dos órgãos Periciais Criminais no Brasil, senão
1075 vejamos: citação do PNDH-3: (Parágrafo 8º - cons. João Francisco e Kléber). Parágrafo
1076 9º - Com todos esses acontecimentos, alguém menos atento à realidade de perícia
1077 oficial de natureza criminal no Brasil pode concluir que as coisas estão avançando e
1078 que, muito em breve, teremos efetivamente alcançado a sonhada autonomia e,
1079 conseqüente, qualidade e eficiência da prova técnica, elementos fundamentais no
1080 Estado democrático de direito. Parágrafo 10º - Porém, a realidade observada através de
1081 estudos e pesquisas, como uma recentemente realizada num mestrado em gestão da
1082 criminalística executado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, em parceria com a
1083 Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, demonstra um quadro de

1084 completo abandono às necessidades dos Órgãos de Perícia Oficial de Natureza
1085 Criminal no Brasil, conforme reportagem amplamente divulgada em diversas mídias de
1086 autoria do jornal O Estado de São Paulo. (Parágrafo 10º: cons. João Francisco e cons.
1087 Nóbrega). Parágrafo 11 - Então, apesar dessas vitórias, a perícia ainda necessita de um
1088 passo importante, que é a sua constitucionalização. Há dez anos, a Proposta de
1089 Emenda à Constituição nº 89/99, de autoria do Senador Geraldo Althoff, visava
1090 acrescentar Seção ao Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal, inserindo a
1091 perícia de natureza criminal como Função Essencial à Justiça. O relator desta PEC foi
1092 ninguém menos (esse termo **ninguém menos** tinha sido acordado para retirar, marque
1093 de vermelho) do que o Senador Bernardo Cabral, ilustre (também o termo **ilustre**)
1094 relator da Constituinte de 1988. Seu voto pela aprovação desta PEC foi incisivo, do qual
1095 podemos destacar o trecho...Eu vou ler este trecho porque está no bojo da
1096 manifestação dele: Entendemos, também, desnecessário enfatizar a importância da
1097 isenção, na produção da prova técnica, sem interferência do condutor das
1098 investigações. Isso foi o trecho da redação do relator. (Cons. Marcos Costa, Nóbrega e
1099 João Francisco). Parágrafo 12 - Apesar do reconhecimento do relator da Constituição
1100 de que esta obra democrática deveria ser corrigida ao inserir a perícia oficial como
1101 função essencial à Justiça, o Congresso Nacional ainda não conseguiu avançar para
1102 tornar realidade essa alteração legislativa... (Passa um pouquinho à esquerda aí, havia
1103 um texto, esse foi um dos parágrafos alterados como resultado da reunião do final de
1104 novembro. Vocês querem ver o texto que tinha antes? É porque têm várias citações aí,
1105 as razões por que a proposta não avançou. Havia citações a entidades de classe,
1106 sindicatos, isso foi acordado que deveria ser retirado. É o que está ao lado, quem quiser
1107 ver) (Parágrafo 12: cons. Marcos Costa). Parágrafo 13 - Sobre este tema, o eminente
1108 (também a palavra **eminente** deve ser retirada, marque em vermelho, por favor) jurista
1109 Dr. Ives Gandra relatou em Parecer sobre a Autonomia e Independência da função da
1110 perícia criminal (É uma citação ao parecer também, vamos passar). (Parágrafo 13:
1111 cons. Marcos Costa). Parágrafo 14 - Em 1996, o então Presidente do Supremo Tribunal
1112 Federal, Ministro Sepúlveda Pertence, assim se manifestou (citação também, é a
1113 manifestação de Sepúlveda Pertence sobre o tema autonomia) (Parágrafo 14: cons.
1114 João Francisco e Nóbrega). Parágrafo 15 - De fato, a não desvinculação da perícia das
1115 instituições policiais civis e federal é uma mera questão administrativa (esse termo **mera**
1116 **questão** também, marca aí **mera**, deixa só questão administrativa, é uma questão sem
1117 a expressão mera) que, de forma nenhuma, incompatibiliza a autonomia funcional dos
1118 peritos criminais federais, (no caso aí seria dos peritos criminais, marca a palavra
1119 **federais** também) no exercício de suas atividades, desde que respeitados os
1120 pressupostos inerentes à autonomia da atividade pericial, especialmente no que tange à
1121 gestão e à elaboração dos trabalhos periciais, como bem proposto e justificado na
1122 Proposta de Emenda Constitucional nº 184/2007, apresentada por sete delegados de
1123 polícia (ficou também acordado que se retiraria esses termos **sete delegados de**
1124 **polícia que exercem mandatos de Deputado Federal**, marque aí, sublinhado?)

1125

1126 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1127

1128 Conselheiro Agadeilton, o conselheiro Tião gostaria de fazer um encaminhamento.

1129

1130 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1131

1132 Bom, eu queria um encaminhamento ao plenário que é o seguinte. Eu concordo com o
1133 companheiro Almir que temos que esgotar todas as possibilidades, todas as questões
1134 que estão sendo aqui colocadas. Mas, se nós continuarmos nesse ritmo, não vamos
1135 conseguir vencer esta pauta hoje. Então, eu queria propor o seguinte: primeiro, quem

1136 tiver sugestão de texto, de modificação de texto, encaminha ao companheiro Agadeilton
1137 para a comissão que fez o parecer. E a gente se detém apenas à Resolução final. A
1138 gente faz a discussão da Resolução final, faz uma discussão das conclusões do parecer
1139 e volta à conclusão do parecer. Agora, discutir introdução, mudanças de texto de
1140 introdução, pelo amor de Deus, eu acho que quem quiser fazer algum tipo sugestão de
1141 texto diferenciado faça por escrito e encaminha à comissão. A comissão vai ver a
1142 adequação disso ou não. Agora, o mais importante para este conselho é a Resolução.
1143 Então, eu proponho que a gente adote essa medida.

1144

1145 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
1146 **CNMP):**

1147

1148 Tião, é isso que tenho insistido. E aí eu já falei com o Agadeilton, de público aqui mais
1149 de mil vezes que a opção por um parecer desta magnitude, desta extensão está
1150 dificultando a substância que é isso que você está querendo. É isso que tenho insistido.
1151 A comissão, veja bem, prepara os subsídios para a plenária, mas a comissão está aqui,
1152 o pessoal da perícia está aqui. Vocês podem conversar: “olha, vamos fazer uma
1153 redução disto aqui?”. A gente está perdendo o foco. O objetivo é o final. Essas outras
1154 aqui tudo é perfumaria. Agora, isso tenho insistido, Tião. O segmento pericial, que aqui
1155 temos várias representações dele, poderiam se levantar, conversar lá: “Vamos cortar
1156 aqui e ver se a gente apresenta uma coisa”. Isso já foi feito várias vezes aqui.

1157

1158 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1159

1160 Eu acho que estamos sentindo, parece-me que são 27 páginas. Chegamos à quinta, dá
1161 uma aflição muito grande e precisamos encontrar um modo que possamos ser
1162 acolhidos. A aflição do conselheiro Tião é que nós estamos tentando modificar texto que
1163 pode ser feito de forma apropriada e a decisão política do nosso conselho está...

1164

1165 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

1166

1167 Então, me permita, se deliberasse que cada levasse esse parecer para sua casa, se
1168 fizesse uma proposição naquela reunião para dizer e cada um aqui vai trazer hoje as
1169 suas proposições. Caso contrário, eu acho que tem que ser lido mesmo.

1170

1171 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
1172 **Criminais Federais – APCF):**

1173

1174 Gente, estamos antecipando o debate, vamos tentar terminar pelo menos a leitura e
1175 estamos perdendo mais tempo.

1176

1177 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1178

1179 Como a gente cedeu a palavra, tem o João Francisco, tem o Márcio, tem o Nóbrega e
1180 tem o Humberto. Vamos ouvir nossos companheiros.

1181

1182 **O Sr. João Francisco da Mata Junior (Secretaria-Geral da Presidência da**
1183 **República):**

1184

1185 Só uma colocação para a plenária que o parecer em si é uma peça extensa, eu
1186 concordo com o conselheiro Marcos Costa que ele traz uma série de referência de
1187 dados. Na hora que você aprova um bloco, você fica com aquilo como se fosse uma

1188 verdade absoluta. Então, seria importante constar, pelo menos, a minha preocupação
1189 aqui, essas referências e o desdobramento dessas referências. Parece-me que é uma
1190 situação peculiar, como se isso fosse uma consolidação em bloco do Conasp. A minha
1191 preocupação agora é de caráter metodológico. Ontem, eu manifestei aqui que a Polícia
1192 Federal apoia a autonomia técnica científica da perícia, só que a autonomia tem vários
1193 desdobramentos. E o parecer aborda várias questões de várias facetas diferentes dessa
1194 questão e coloca vários dados com relação aos dados do Legislativo, dados do
1195 Judiciário. E são dados assim: uma parte de um voto, uma emenda constitucional que
1196 está citada aqui, eu estava consultando aqui nesse meio tempo, que estava arquivada e
1197 que não é citada como referência. Então, é importante que se analise o parecer porque
1198 se aprova um bloco, esse bloco passa a ser verdade absoluta. Eu tinha conversado
1199 ontem com o Agadeilton e reafirmo que seria bem mais interessante a aprovação de
1200 assertivas ao invés do parecer. Qual o interesse da perícia nós conversamos ao término
1201 aqui. Mas já que se encaminhou pela aprovação do parecer e ele mesmo me
1202 convenceu que em razão do Regimento é necessário que se aprove o parecer em si
1203 como um bloco, a gente tem que discutir o teor e a íntegra do parecer.

1204

1205 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1206

1207 Como nós estamos apenas deliberando algumas palavras com relação ao
1208 encaminhamento, nós vamos decidir o encaminhamento para dar continuidade.

1209

1210 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC):**

1211

1212 Hoje eu estou como suplente do Agadeilton, então não tenho direito a voto, mas esta é
1213 a minha sugestão. E acatando a proposta do nosso colega, a minha opinião, Agadeilton,
1214 é uma proposta do colega Tião que, realmente, a gente faça de análise de
1215 recomendação, ou na conclusão na parte final. Porque se a gente for ater a cada
1216 questão aqui, esse assunto já foi debatido o suficiente, as ideias estão formadas, mas a
1217 questão fica às vezes por questão de redação, de vírgula e tal, a gente vai ficar aqui
1218 hoje e amanhã e vai voltar para a próxima reunião com esse mesmo tema. E outra
1219 coisa, com relação à Comissão Temática que trabalhou, muito bem feito, parabéns,
1220 realmente é um documento importante que estamos até usando no nosso dia a dia, mas
1221 a plenária é soberana para decidir qual é o encaminhamento melhor. Então, a proposta
1222 que eu apresento é que seja feita essa recomendação em cima da autonomia, e não
1223 incluindo outros itens.

1224

1225 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
1226 **Criminais Federais – APCF):**

1227

1228 Me permite um aparte, conselheiro. Eu vou tentar apresentar uma proposta de solução
1229 e aí eu precisava que todos os integrantes do grupo de trabalho que eles sinalizassem
1230 favorável ao contrário à proposta que eu vou fazer. A plenária é soberana realmente
1231 como foi soberana para indicar o grupo, indicar o tipo de trabalho que seria o parecer,
1232 também aqui ela é soberana diante do impasse gerado para decidir se quer hoje
1233 aprovar uma resolução ou qualquer outro documento que é típico do conselho. Em vez
1234 de votar um parecer, que é um documento extenso, não dá para falar em parecer de
1235 três páginas. Eu não subscrevo um parecer de três páginas. Não tem como fazer
1236 parecer de três páginas. A não ser parecer de oftalmologista, de dentista que é gerado
1237 por uma máquina. Então, se a plenária quer mudar o tipo de manifestação, em vez de
1238 um parecer para uma resolução, para uma recomendação ou qualquer outro documento
1239 do conselho, ela é soberana e pode decidir e para isso, o que se assemelha a isso é a

1240 conclusão. A conclusão tem 5 itens. Tinha quatro, tem o quinto porque eu incorporei a
1241 partir do que foi definido ontem lá na audiência pública em relação ao perito *ad hoc*.
1242 Então, se vocês querem assim e concordar nesta proposta minha como coordenador, a
1243 gente parte, não tem problema nenhum.

1244

1245 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1246

1247 Bom, vamos tentar já decidir sobre o encaminhamento para poder andar. Dá para você
1248 falar sobre o encaminhamento?

1249

1250 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1251

1252 Bom, nesse caso a proposta do Agadeilton precede a minha porque se, por acaso, a
1253 plenária aceitar a proposta dele, ou seja, transformar numa outra coisa e não um
1254 parecer, muda toda a dinâmica de discussão aqui. Então, primeiro discutir isso, a
1255 proposta do Agadeilton. Se continuar parecer, aí sim, a minha proposta tem que ser
1256 apresentada.

1257

1258 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1259

1260 Então, não tem alternativa senão colocar para votação se a gente muda para uma
1261 resolução, devido a todas as dificuldades apresentadas...

1262

1263 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1264

1265 Agadeilton, suspende um pouquinho, 5 minutos, a comissão se levanta, conversa,
1266 vocês entram num acordo. O pessoal da área de perícia conversa, entra num consenso.

1267

1268 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da
1269 República):**

1270

1271 Presidente, eu só queria justificar o seguinte, quando o Tião falou que a metodologia
1272 escolhida por essa plenária era uma questão, eu queria me justificar porque as
1273 pontuações que eu fiz não são questões meramente redacionais que poderiam, Tião,
1274 levar, são questões relacionadas a mérito que se encontram no relatório do parecer e
1275 são questões que estão sem fontes, não são atualizadas, então não se trata apenas
1276 redacional, mas sim de esclarecimento.

1277

1278 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1279 Então, 5 minutos para consenso. Convido os conselheiros a assumir seus lugares.

1280

1281 **O Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini (Colégio Nacional dos Secretários de
1282 Segurança Pública – Consesp):**

1283

1284 Bem, senhores, antes de passarmos às deliberações, eu gostaria de fazer uma
1285 colocação aqui. É o seguinte: qual a força desse parecer? O que ele representa em
1286 termos de legalidade? O que ele vai mudar em termos de perícia? Gostaria que a gente
1287 fizesse essa análise porque eu acho que estamos perdendo tempo aqui. Para mim,
1288 esse parecer não vai mudar nada do que já existe. Eu acho que a autonomia da perícia,
1289 a meu ver, precisa de uma PEC, essa PEC tem que passar pela Câmara e pelo
1290 Senado. Eu gostaria de saber qual é o valor desse parecer? Porque a gente pode
1291 simplesmente aprovar, eu mesmo voto pela aprovação. Eu sou a favor. Acho que

1292 deveríamos discutir isso para não ficar perdendo tempo. A outra questão, nós já
1293 havíamos decidido lá atrás que seria analisado ponto por ponto. No entanto, na metade
1294 dos trabalhos a gente volta à estaca zero, então a gente dá um passo a frente e três
1295 para trás.

1296

1297 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1298

1299 Mas, às vezes a gente consegue dar um passo para trás e vinte para frente. Vamos
1300 passar para o Agadeilton que ele tem um comunicado já dos consensos que foram
1301 feitos para darmos continuidade à nossa reunião.

1302

1303 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
1304 **Criminais Federais – APCF):**

1305

1306 Bem, só para tentar ajudar na dúvida do conselheiro Vicente, o parecer assim como
1307 qualquer outra manifestação do conselho é um documento do conselho. O grupo reuniu-
1308 se ali, teve até o apoio de outros colegas, o conselheiro Marcos Costa consensuou de
1309 propor à plenária em transformar todo esse trabalho em uma resolução do conselho. É
1310 um documento político também, um documento técnico, não tem a mesma tecnicidade
1311 de um parecer, mas é uma manifestação também política do conselho. Então, a
1312 proposta é esta: uma resolução não precisa de toda essa introdução, é enxuta, são só
1313 os considerandos. Toda essa história aí que está contada no parecer, ela vai ser
1314 resumida em quatro ou cinco considerandos e aí vai apresentar o posicionamento
1315 político do conselho sobre o tema através da resolução. Essa é a proposta de
1316 encaminhamento.

1317

1318 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1319

1320 Então, esta é a proposta que foi consensuada e a gente submete ao plenário se está de
1321 acordo com ela. Temos que votar o encaminhamento. Então, estamos encaminhando a
1322 votação que a gente faça a paralisação, volte com todas essas assertivas que farão
1323 parte de uma resolução no segundo expediente e damos continuidade à pauta.

1324

1325 **O Sr. Não Identificado:**

1326

1327 Presidente, já que a proposta foi acolhida para transformar o parecer em uma
1328 resolução, mas antes da votação, seria possível também a possibilidade de votar se há
1329 uma resolução somente quanto a autonomia ou se será ...

1330

1331 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1332

1333 Então, está submetida à votação da plenária sobre a proposta. Quem aprova faça o
1334 sinal de costume. Se aprovam, fiquem do jeito que estão.

1335

1336 **O Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini (Colégio Nacional dos Secretários de**
1337 **Segurança Pública – Consesp):**

1338

1339 Eu gostaria de fazer uma observação: eu aprovo a proposta dessa resolução, mas que
1340 também durante a resolução que seja analisado o princípio da legalidade.

1341

1342 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1343

1344 Eu acho que tudo deverá estar dentro do princípio da legalidade, então está
1345 contemplado. Pessoal, foi aprovada a proposta para voltar às duas horas com a
1346 resolução, com as assertivas, foi aprovada, inclusive com a ressalva do nosso
1347 conselheiro.

1348

1349 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
1350 **Criminais Federais – APCF):**

1351

1352 Eu queria fazer duas observações. A primeira é um pedido, na verdade. Que, embora já
1353 tenhamos deliberado em transformar o documento em uma resolução, que o documento
1354 apresentado pelo grupo seja registrado na ata, inclusive o teor do documento que foi
1355 apresentado pelo grupo de trabalho e que, por deliberação, foi transformado em uma
1356 resolução.

1357

1358 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1359

1360 Sem dúvida. O registro não será perdido para não se perder do ponto de vista histórico
1361 que foi elaborado pelo grupo.

1362

1363 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
1364 **Criminais Federais – APCF):**

1365

1366 E, finalmente, conforme a colocação do conselheiro Wantuir Jacini, quem tiver disposto
1367 a colaborar com a redação da resolução, se coloque à disposição que a gente pode
1368 marcar um local depois do almoço, ou a gente pode vir para cá para quem tiver essas
1369 preocupações de legalidade. Tudo que eu vou fazer como servidor público eu sempre
1370 tenho essa preocupação de respeitar o princípio da legalidade, afinal de contas, sendo
1371 servidor ou não a gente está sujeito a ele sempre. Então, para garantir mais ainda quem
1372 quiser vir a ajudar a produzir a redação da resolução está aberto e será de bom grado
1373 da nossa parte.

1374

1375 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal):**

1376

1377 Agadeilton, eu acho interessante já marcar o horário aqui a uma e quarenta, vinte
1378 minutos antes aqui para começar a trabalhar essa proposta de resolução. A gente tem
1379 que ter um tempo antes, prévio. Acho que o principal foco dessa proposta tem que ser o
1380 foco da objetividade e o foco do consenso. Uma hora eu acho que não dá tempo de
1381 almoçar.

1382

1383 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1384

1385 Eu faço outro apelo: não vão embora, alcem aqui bem pertinho e voltem mais rápido
1386 que dá tudo certo.

1387

1388 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal):**

1389

1390 Eu entendo, Almir, sua angústia sobre o tema, mas acho que com pessoal interessado,
1391 acho que em meia hora a gente consegue construir isso.

1392

1393 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1394

1395 A plenária concorda às duas e dez iniciarmos os trabalhos? Uma e meia para poder
1396 facilitar. Então, vamos colocar em tela a pauta. Eu gostaria que o Marcos Costa nos
1397 ajudasse lá.

1398

1399 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
1400 **CNMP):**

1401

1402 Eu acho que dos itens que incorporei, que eu me lembro, essa que é uma sistemática
1403 importante nós decidirmos qual é a sistemática em relação às provocações de o
1404 Ministro da Justiça, quer dizer, como é que vamos lidar com cada uma daquelas, como
1405 é que será a nossa sistemática interna. E aí têm outras coisas que são interessantes,
1406 por exemplo, outro item que acho importante deliberar é que a presidência apresente
1407 em 72 horas um sumário do que ficou decidido em cada uma das sessões plenárias que
1408 temos. Porque às vezes a gente fica sem saber, ou que não esteve presente aqui, então
1409 teria 72 horas para encaminhar um sumário executivo. Teve a questão das agendas, as
1410 câmaras já foram objeto de manhã, já teve uma definição.

1411

1412 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1413 **Segurança Pública):**

1414

1415 Sobre o sumário executivo, a gente conversou também de manhã sobre isso e o que foi
1416 aprovado foi o seguinte: a gente decide a pauta. Por exemplo, a questão da autonomia
1417 das perícias, quando termina a gente aqui mesmo do plenário já diz quais são os
1418 encaminhamentos? Tais e tais, para ficar claro. Aí quando terminar a reunião mesmo, a
1419 gente já terá todos os encaminhamentos, até para colocar à disposição de quem veio só
1420 no segundo dia.

1421

1422 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
1423 **CNMP):**

1424

1425 Então, já foi vencido isso? Acho que além das questões internas tem, por exemplo,
1426 conselhos estaduais e municipais de Segurança Pública, é uma proposta que a gente
1427 assumisse isso com prioridade e estabelecesse uma ação específica em relação a isso.
1428 Era criar o banco de dados sobre os conselhos regionais e municipais de Segurança
1429 Pública e a partir dessa criação nós provocaríamos os estados, os municípios, nas
1430 capitais, e aí nós já teríamos alguma coisa para ficar: “Olha, já temos aqui um registro
1431 de todos os conselhos já estabelecidos e tal”. As outras questões são mais internas.
1432 Tem a questão da mesa diretora e talvez pudesse ser hoje, mas também pode ficar
1433 para depois que é o caso de talvez ampliar um pouco a mesa diretora. Ampliar para
1434 colocar dois de cada segmento. De prioritário, é a questão da sistemática. O sumário
1435 executivo também que já foi decidido. A intranet, rede social, a criação era importante
1436 porque dentro de Ministério de Justiça, acho que a Suelen depois pode apresentar, você
1437 tem uma área de tecnologia da informação. Eles têm já trabalhado com educação a
1438 distância, redes, então acho que nós poderíamos definir criar essa rede social e a parte
1439 executiva ficaria ao encargo da presidência e da secretaria-executiva. Quer dizer,
1440 melhorar os mecanismos de intervenção eletrônica. Basicamente, é isso mesmo.

1441

1442 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

1443

1444 É só em relação à questão dos conselhos estaduais de segurança. A universidade que
1445 eu trabalho no Rio de Janeiro, a UFRJ, está fazendo, a pedido da própria Senasp, um
1446 levantamento de todos os conselhos municipais e estaduais de Segurança Pública e

1447 Direitos Humanos. Não somente um levantamento de identificar a existência ou não
1448 deles, por estados, mas também qual é a condição histórica desse processo naquele
1449 estado. Então, essa pesquisa provavelmente até junho vai estar pronta, acabei me
1450 envolvendo com ela pelo meu interesse aqui pelo Conasp. Então, eu acho que a gente
1451 não precisa perder esse tempo. E eu já posso buscar essas informações que já existem
1452 porque essa pesquisa começou em novembro do ano passado. Então, vamos ter
1453 realmente um material e insumos importantes, tanto de Segurança Pública quanto de
1454 Direitos Humanos. Para não perdermos tempo, já estamos sistematizando isso.

1455

1456 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1457

1458 A gente poderia aproveitar a fala da Eliana e ir ponto por ponto. Vamos fazendo o
1459 encaminhamento.

1460

1461 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
1462 **CNMP):**

1463

1464 Como mesa diretora é um tema polêmico, ela seria a última se desse tempo. Não
1465 precisaria nem ser hoje. A primeira é o eixo, que é a sistemática. Sumário executivo já
1466 foi decidido então? Está vencido, então tira fora. Conselhos estaduais seria o segundo
1467 tema. E aí ficaria na sequencia a questão da intranet, da rede social. Essa agenda das
1468 Câmaras já está vencida. Os conselhos estaduais estavam em segundo lugar. Então,
1469 primeiro, sistemática, segundo, conselhos de segurança, terceiro, intranet. E a questão
1470 dos procedimentos internos é o seguinte: talvez Suelen possa explicar como funciona
1471 isso. Então isso, mesa fica em último, intranet e procedimentos internos.

1472

1473 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
1474 **Militares Estaduais. ANASPRA**

1475

1476 A gente precisa resgatar um pouco que das outras reuniões ou das reuniões anteriores,
1477 havia sido pactuado que aquela matéria que não fosse objeto de apreciação naquela
1478 reunião, ela constaria como primeiro ponto daquela reunião seguinte. E aí eu tenho,
1479 com muita tranquilidade, desde abril do ano passado na terra do meu amigo Almir
1480 Laureano na Paraíba, insistentemente solicitado inclusão em pauta daquela resolução
1481 sobre a pena restritiva de liberdade. E, sistematicamente, ela tem sido retirada de pauta
1482 ou não discutida. Com muita tranquilidade, o que eu gostaria é que os conselheiros
1483 digam que não vão discutir isso, aí eu nem volto com essa pauta mais.

1484

1485 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
1486 **CNMP):**

1487

1488 Como é um tema relevante, talvez seria melhor encaminhar por escrito a proposta de
1489 novo ou então para amanhã. Amanhã de manhã tem as apresentações, ficaria como
1490 primeiro item da tarde de amanhã.

1491

1492 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
1493 **Militares Estaduais. ANASPRA**

1494

1495 Eu vou fazer uma síntese: tem uma norma federal, Decreto R-200 ou 667. Ou seja, as
1496 polícias dos estados são regidas por estatutos próprios. Hoje o único estado da
1497 Federação que aboliu a pena restritiva de liberdade para infrações administrativas é o
1498 estado de Minas Gerais. Existem alguns estados, a maioria deles, os seus

1499 regulamentos são cópias fieis do RDE – Regulamento Disciplinar do Exército. E existe
1500 uma discussão da não adequação desses regulamentos à Constituição Federal de 88.
1501 Tem coisas que não se aplicam: permissão para casar, ausentar, uma série de
1502 questões. Então, a proposta é de que faça uma alteração no Decreto 667, facultando os
1503 estados porque lá é que estabelece, o artigo 18 do Decreto 667 isso, seus regulamentos
1504 à semelhança do Exército.

1505

1506 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
1507 **Municipais de Segurança Pública):**

1508

1509 Agora eu entendi qual é a proposta. Que pena restritiva de liberdade pode ser para
1510 qualquer cidadão. O que o companheiro está colocando é específico em relação às
1511 polícias militares. Acho que não dá para construir uma proposta dessa para votar
1512 amanhã. A sugestão, acho que esse tema tem que ser mais bem trabalhado. Eu
1513 conheço bem a proposta, o R-200, a sugestão, e eu acho importante o tema de ter
1514 deliberação desse Conasp sobre a pena de restrição de liberdade, que eu sou a favor
1515 porque não tem em lugar nenhum porque se fosse avaliar mais concretamente é
1516 inconstitucional. Quer dizer, não pode um decreto estabelecer pena de liberdade para
1517 infração disciplinar ou uma transgressão disciplinar. O que eu acho é que temos de
1518 preparar melhor isso para fazer um debate mais claro. A minha sugestão é que o
1519 companheiro faça uma minuta dessa resolução e nós aprovamos e debatemos em abril,
1520 na próxima reunião ordinária. Esse não é um tema para chegar, faz e volta porque,
1521 primeiro, parte aqui não tem conhecimento disso e outra acho que merece um debate
1522 mais amplo para deliberação e a gente pode construir uma proposta de resolução. Eu
1523 sou a favor de que o Conasp se posicione sobre pena restritiva de liberdade para
1524 policiais militares. Só estou colocando o tempo de preparar correndo sem fazer uma
1525 devida avaliação. Se o companheiro preparar uma demanda e mandar por e-mail aos
1526 conselheiros, na próxima reunião nós já chegaremos minimamente para aqueles que
1527 não têm, eu tenho razoável conhecimento disso, que até cito isso no livro que fiz, mas
1528 eu acho que a maioria daqui do plenário não tem e é uma questão muito específica que
1529 merece uma discussão qualificada do que preparar hoje e volta amanhã antes do
1530 plenário. Não acho que é um tema para fazer uma votação corrida.

1531

1532 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
1533 **Militares Estaduais. ANASPR**

1534

1535 Conselheiro, é exatamente aí que reside. Porque esse tema está preparado desde abril
1536 do ano passado lá na Paraíba. Ele está pronto. Foi encaminhado para a Câmara
1537 Técnica. Então, tem um ano que o tema está na Câmara Técnica, porque se é um tema
1538 polêmico que gera discussão, ele não está sendo apreciado. É isso que eu quero dizer.
1539 Vamos pactuar novamente porque é isso que eu chamo a atenção. Na Paraíba, ele
1540 deixou de ser apreciado, seria no Rio de Janeiro, depois foi sendo, foi sendo, é isso que
1541 eu queria da plenária. Se disserem, nós não vamos apreciar, acabou, mas esse
1542 documento encontra-se na Câmara Técnica com registro na Secretaria-Executiva e ele
1543 não é discutido em plenária. Então, eu só preciso isso, mais nada. Ele já está pronto,
1544 vou mandar para todo mundo e fica para a próxima reunião. É consenso de, pelo
1545 menos, discutir o documento? Eu retiro desta discussão agora e encaminho hoje
1546 mesmo para todos os conselheiros e na próxima reunião ele entra como ponto de pauta.

1547

1548 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
1549 **Civis – COBRAPOL):**

1550

1551 Já foi encaminhado isso para a Câmara Técnica, a Câmara Técnica já aprovou, falta a
1552 secretaria disponibilizar o dia para ser aprovado. O encaminhamento não pode ser pelo
1553 conselheiro Héder. Tem que ser pela Câmara Técnica competente. É ela que tem que
1554 vir aqui defender a pauta como o Agadeilton está fazendo. O que está faltando, eu creio,
1555 amigos, é que a gente vá priorizando, daqui a pouco vão surgindo novos temas que
1556 também não são menos importantes, mas estamos tendo que se adequar ao tema da
1557 moda. Qual é o próximo tema de moda que vamos ter aqui? É crack, tudo bem, crack já
1558 passou por cima de tudo. E a valorização dos policiais que está aqui há mais de 4
1559 anos? Inclusive que até o ministro reconheceu que o governo não tem nada sobre a
1560 valorização do policial civil, militar, bombeiro etc. É preciso que a gente não fique
1561 atropelando as pessoas. Por exemplo, o conselheiro Mariano se sentiu já contemplado.
1562 A pauta dele foi apreciada, foi votada, nós votamos tudo aqui, e votamos o parecer com
1563 várias laudas porque foi feito um trabalho político pelo outro que o antecedeu e que,
1564 politicamente, convenceu a todos nós. E nós imediatamente aprovamos. Agora, se a
1565 gente tiver que fazer *looby* com todos os conselheiros, vamos fazer para que a gente
1566 trate da questão que eu acho principal desta Conasp tratar sobre o Plano Nacional de
1567 Segurança Pública. Não sobre programas tão somente. Nós temos que dizer: nós
1568 queremos tratar de um Plano Nacional de Segurança Pública, nós vamos apresentar
1569 esse plano ao governo, nós temos ideia de como poderá ser plano? Porque o governo
1570 já disse que não tem plano nenhum de segurança pública. Há quinhentos anos que o
1571 Brasil foi descoberto e não tem Plano Nacional de Segurança Pública e a gente vai ficar
1572 aqui perdendo nosso tempo. Eu acho que não. Aqui todos têm compromisso. Eu estou
1573 aqui porque somos obrigados, fomos eleitos enquanto entidade, eu não estou aqui por
1574 pessoa física, estou aqui representando uma pessoa jurídica, mas estou preocupado
1575 também com a sociedade brasileira. A sociedade precisa saber. Será se a União vai se
1576 debruçar sobre o problema da insegurança pública que reina no nosso país. Sobre os
1577 problemas das greves. Será que os senhores não estão preocupados com as greves?

1578

1579 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1580

1581 Conselheiro, a gente concorda com tudo, é por causa do tempo. Daria para fechar?

1582

1583 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
1584 **Civis – COBRAPOL):**

1585

1586 Eu posso fechar, mas muitos aqui já falaram o tempo que quiseram. Vamos então
1587 colocar os pingos nos is. Vamos colocar tempo para cada conselheiro porque nenhum é
1588 melhor do que eu, que tenho também o mesmo *status quo* de conselheiro. Vários me
1589 antecederam e falaram o que quiseram falar, e quantas vezes foram inscritos. Então,
1590 vamos fazer isso, eu falo muito, acho justo, não sou prolixo, não sou muito didático.
1591 Então, é necessário que se conte tempo e vamos utilizar o regimento. E não vamos ficar
1592 fazendo como estou, perdendo tempo de todos nós.

1593

1594 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1595

1596 Sem mais palavras. Simone.

1597

1598 **A Sra. Simone de Jesus (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
1599 **Identificação – Fenappi):**

1600

1601 É só um esclarecimento. Conversando ontem com o Héder, observamos a importância
1602 de enfrentar alguns assuntos e um deles seria a desmilitarização, o que seria abordado

1603 numa audiência pública. Eu gostaria de perguntar ao Héder se isso cabe dentro dessa
1604 audiência pública a questão da pena restritiva. E aí a sugestão é que já seja a próxima
1605 audiência pública.

1606

1607 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1608

1609 O companheiro Héder tem razão. Quando da nossa reunião na Paraíba, eu pedi para
1610 que ele retirasse da pauta a proposta e encaminhasse para a Câmara Técnica. Esta já
1611 fez uma avaliação, já aprovou o documento e, por várias vezes, tentamos colocar em
1612 pauta sem muito sucesso. Então, a proposta que já foi consensuada com ele já está
1613 aprovada pela Câmara Técnica é que a gente faça a discussão na próxima reunião.
1614 Primeiro ponto de pauta da reunião de abril será a aprovação desse documento,
1615 encaminhado pela Câmara Técnica e não pelo companheiro Héder.

1616

1617 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

1618

1619 Gente, eu realmente não acompanhei a discussão da pauta, eu cheguei e fiquei
1620 preocupada com o tema do álcool e outras drogas que estava pautado para hoje à tarde
1621 para o qual eu me organizei o máximo possível para estar aqui e fui informada de que
1622 foi adiado para amanhã pela manhã quando eu não poderei estar aqui. Eu me organizei
1623 a partir da pauta que me foi enviada por e-mail oficial. E só para pontuar uma questão,
1624 primeiro, duas motivações para essa discussão: uma delas, não sei se a mais forte, mas
1625 é a mais recente, foi a própria apresentação do ministro no seu programa de segurança
1626 pública onde isso apareceu. Então, eu vejo que é uma pauta emergente, não é algo que
1627 foi criado. Com a preocupação de Gandra das coisas que vêm acontecendo, é verdade.
1628 Há coisas que são paciências históricas, há coisas que o tempo emerge porque
1629 sabemos que são muito as pessoas que estão sendo comprometidas da sua segurança,
1630 comprometidas de seus direitos por conta de uma má compreensão ou de umas
1631 lacunas que o plano apresenta. Isso é notório, é sabido só que a mídia passa e revela
1632 aquilo que interessa e que recorta. Então, é um tema emergente porque pessoas
1633 também estão tendo seus direitos violados. Então, eu não fiquei satisfeita com a
1634 alteração porque realmente trabalho com a pauta organizada. Na próxima plenária
1635 possivelmente inclusive não serei mais a titular, não estarei mais reclamando de pauta,
1636 será outra pessoa, mas ela não pôde vir hoje, então eu estou aqui pedindo para manter
1637 esse tema para a tarde porque amanhã de manhã vai ser impossível. E me parece que
1638 a próxima reunião é só em abril.

1639

1640 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1641

1642 Infelizmente, ficou inviável fazer isso e lamentamos profundamente porque não
1643 sabíamos que você tinha feito essa programação.

1644

1645 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

1646

1647 Desculpa-me, mas não é a minha programação, eu entendi sua fala. Mas, é só para
1648 dizer que foi a programação da pauta, não é a Cynthia, nem é o CFP.

1649

1650 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1651

1652 Mas a pauta é aprovada aqui.

1653

1654 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

1655
1656
1657
1658
1659
1660
1661
1662
1663
1664
1665
1666
1667
1668
1669
1670
1671
1672
1673
1674
1675
1676
1677
1678
1679
1680
1681
1682
1683
1684
1685
1686
1687
1688
1689
1690
1691
1692
1693
1694
1695
1696
1697
1698
1699
1700
1701
1702
1703
1704
1705
1706

Tudo bem. Mas você há de convir que a gente organiza a partir disso. Eu continuo insistindo e queria entender por que essa pauta de hoje foi alterada para amanhã de manhã. Eu ainda não compreendi.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):

Porque a principal decisão daqui é que a gente saia hoje com a decisão sobre a perícia. O tempo não foi suficiente para permanecer com a apresentação da questão do crack para hoje à tarde.

A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):

Desculpa eu rebater, mas só para ficar esclarecido. E por que essa discussão então, não vai para amanhã de manhã quando foi colocada a questão do plano crack e hoje à tarde se mantém a discussão. A questão da perícia iria para amanhã de manhã e como estava já previamente organizado e hoje discutíamos o plano crack?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):

Mas hoje foi decidido que a missão deste plenário aqui para qualquer outra atividade só depois da decisão da perícia. Já vinha há dois anos com essa postergação.

O Sr. Não Identificado:

Como, infelizmente, a nossa colega está nos deixando, talvez tenha a possibilidade, Suelen, poderia verificar, embora ela não esteja mais como conselheira, nada impede que ela possa vir aqui como convidada e a apresentação dela seria importante.

A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):

Obrigada, mas só para esclarecer que, na verdade, eu não faria a apresentação hoje que eu entendi que eu propus a apresentação, mas o governo propôs a dele depois. A primeira coisa que eu fiz foi propor a nossa apresentação enquanto CFP, enquanto uma área técnica específica que está discutindo essa política. Essa foi a minha proposição pelo e-mail. Aí eu recebo a pauta dizendo que o governo ia apresentar o plano crack, que foi uma inversão da minha proposta, mas, tudo bem. Só para dizer que, na verdade, não há uma apresentação a ser feita hoje. Haveria, sim, um diálogo, um debate a partir da proposta que foi dada. Outra coisa, eu até me autoconvidaria para vir na próxima plenária, viria aqui cercando igual urubu para tentar em algum momento falar. A questão não é essa, a minha preocupação é a mudança desta pauta, e já que a questão está vencida, não vou insistir, embora deixe claro os meus protestos de alteração, mesmo eu estando ausente para isso, mas eu me organizei, então que essa pauta incluía não amanhã, mas que ela seja colocada então na próxima plenária. E aí eu gostaria então da avaliação de vocês no sentido de que nós pudéssemos trazer essa apresentação ao invés do contrário. A gente apresenta e pontua ou então as duas possibilidades numa manhã de conversa porque estou pedindo essa pauta. Eu já queria ouvir de vocês porque eu mobilizei o CFP, ele está vindo com um monte de material, nós organizamos pessoas, eu vim para o debate, isso gera custos.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):

1707 A resolução de hoje é que foi mudada para amanhã, foi aprovado, e toda a equipe que
1708 ia fazer a apresentação também modificou seus horários. Não tem como mais fazer
1709 apresentação hoje à tarde. É inviável.

1710

1711 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais**
1712 **– CONDEGE)**

1713

1714

1715 Veja bem, será que com a mudança de um parecer para resolução, a gente,
1716 necessariamente, não quero de forma nenhuma inibir o debate, com certeza vai gastar
1717 a tarde toda?

1718

1719 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1720

1721 Gente, só essa pauta para decidir a gente não saiu nem da pauta. Já se passou quase
1722 meia hora e ainda não decidimos.

1723

1724 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

1725

1726 A minha proposta é a retirada do ponto...

1727

1728 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1729

1730 Que você apresentou?

1731

1732 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

1733

1734 Na verdade, não foi isso que eu tinha apresentado. Volto a dizer que o que apresentei,
1735 eu pedi um ponto de pauta para o CFP falar da política. A pauta chegou que o governo
1736 apresentaria o plano crack. O que estou pedindo então é a retirada desse ponto de
1737 pauta da apresentação do governo, que seja, para a próxima plenária, mas também
1738 estou solicitando a inclusão de uma apresentação, ou que seja um debate, não sei o
1739 formato que isso aconteceria, do CFP trazer um contraponto ou um diálogo com a
1740 política do governo.

1741

1742 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1743

1744 Antes de qualquer coisa, mesa, antes de qualquer outra pauta que entre já com
1745 proposta de discussão, vamos fechar primeiro a questão do documento do Héder e
1746 depois discutiremos os outros.

1747

1748 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

1749

1750 Cynthia, pode ter certeza que vamos acolher sua solicitação, vamos ao
1751 encaminhamento do nosso conselheiro Tião com relação a penas restritivas que o
1752 Héder pediu para ser o primeiro ponto da próxima reunião, se isso está consensuado?

1753

1754 **A Sra. Eliana Sousa Lima (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

1755

1756 Eu queria fazer uma sugestão, Cynthia, tentando mediar a questão, eu acho que para o
1757 Conasp é uma perda, já que houve essa posição e a organização do governo de estar
1758 apresentando o plano sobre o crack, que a gente assista à apresentação e que alguém

1759 do conselho, já que você não vai poder estar amanhã, pudesse vir para cá, e na
1760 próxima reunião a gente garantir a apresentação de vocês porque é um tema, eu tenho
1761 um interesse específico sobre esse tema pelo trabalho lá do Rio e eu que quanto mais
1762 rápido deixar para dois meses a gente saber o que o governo vai estar fazendo lá nos
1763 municípios é uma coisa complicada. Então, eu acho que ninguém perde ouvindo a
1764 apresentação do plano e garantirmos que na próxima reunião vocês façam uma
1765 apresentação porque, certamente, a apresentação de vocês vai qualificar esse debate,
1766 contribuir para que os conselheiros que não trabalham com essa temática estejam mais
1767 instrumentalizados, uma coisa não inviabiliza a outra. Agora, a gente perder a
1768 apresentação é perder um pouco o sentido do por que estamos aqui, porque me
1769 preocupa que estejamos muito tempo em pautas que são importantes, mas são
1770 interesses corporativos. Um tema que está além, que trata da questão da política
1771 pública tem também de ser priorizado, independentemente, desses meandros todos que
1772 estamos vendo aqui. Então, se está programado uma apresentação, eu acho que não
1773 podemos perder mão disso porque é um ganho para a gente já conhecer agora em
1774 março isso. Em maio que é quando teremos a reunião, a gente qualificar mais esse
1775 tema, esse tema permanecer como ponto de pauta porque não vamos esgotar hoje. E
1776 acho que, de fato, o CFP tem uma contribuição no sentido de qualificar o debate. Então,
1777 vou colocar como proposta a gente não tirar esse tema da pauta. É uma questão de
1778 política pública e tem aquela coisa do pressuposto por que estamos aqui.

1779

1780 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

1781

1782 Mas não foi aprovado ainda, mas já está aqui na pauta, a dinâmica que será feita para
1783 discussão destes temas que é: apresenta-se o tema, o plenário discute, cria-se a
1784 câmara técnica ampliada por pessoas interessadas, faz um trabalho mais aprofundado
1785 e a resolução é apresentada na plenária seguinte. Isso está mais ou menos
1786 consensuado. Então, para esse tema especificamente de amanhã, eu queria propor
1787 exatamente essa mesma dinâmica, ou seja, que se apresente o tema, o pessoal lá da
1788 Cynthia vem fazer o debate, se houve interesse por parte da entidade, pode-se
1789 incorporar ao grupo de trabalho e ajudar no aprofundamento da resolução. Não precisa
1790 ter duas apresentações. Apresenta amanhã, faz o debate, vai para a câmara técnica
1791 com o apoio e a participação da entidade que quer ajudar nisso.

1792

1793 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC):**

1794

1795 A minha posição vai mais ou menos como o Tião está falando. Nós vamos ter a
1796 apresentação do plano do governo porque a gente achou, inclusive o conselho que tem
1797 mais conhecimento a respeito disso, acho insuficiente a proposta, precisando melhorar.
1798 Então é apresentado e em cima disso se faz os ajustes. Isso, certamente, serão alguns
1799 pontos, que não é plano inteirinho, porque não vai substituir o plano do governo, vai
1800 acrescentar ao plano do governo. Então, acho que isso é perfeitamente conciliável.

1801

1802 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais
1803 – CONDEGE):**

1804

1805 Vou passar para a Cynthia, ela vai chegar num ponto consensual, mas eu acho que as
1806 duas coisas se completam. Eu vi um pólo do caráter que é o Conselho Nacional de
1807 Psicologia para mim é fundamental nessa seara.

1808

1809 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

1810

1811 É que, na verdade, só tem eu e eu mesma. Veja, eu vou cancelar um compromisso que
1812 também tem a sua importância e virei, mas estarei aqui às dez horas. Eu gostaria só de
1813 pedir pelo amor de Deus que não comece às nove. Estou pedindo esse arrazoamento
1814 porque, vejam, como a pauta que eu pedi, a gente teve a modificação hoje, colocaram a
1815 perícia como prioritária, aí vem o grito dizendo que isso ou aquilo também é prioritário,
1816 mas já viu que não é prioritário, é um segundo prioritário. Então, se é um segundo
1817 prioritário, estou pedindo encarecidamente que comece a partir das dez horas por ser
1818 inviável eu estar aqui antes. E eu quero estar na apresentação do governo, não estou
1819 com a intenção de ficar apresentando. Eu quero, na verdade, ouvir para poder qualificar
1820 o debate e ter o diálogo. Eu gostaria só de considerar esse horário.

1821

1822 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1823 **Segurança Pública):**

1824

1825 Eu quero só levantar uma questão antes do almoço. Foi tirado que será feita uma
1826 resolução de autonomia das perícias. E nosso regimento interno diz resolução são atos
1827 de caráter normativos. Então, é isso. Eu não vejo como o conselho normatizar que a
1828 perícia dos estados deve ser autônoma. Tem a moção e a recomendação que não tem
1829 caráter normativo. Olha só: recomendação – são atos sem caráter normativo, contendo
1830 encaminhamentos endereçados a órgão, entidade, organização ou rede integrante ou
1831 não da estrutura do Ministério da Justiça. Moções – são instrumentos de manifestação
1832 imediata do plenário do Conasp, cujo texto é composto por, no mínimo, três
1833 conselheiros e defendido por um dos proponentes. Pelo que eu entendi, temos esses
1834 dois instrumentos que podemos utilizar.

1835

1836 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

1837

1838 Recomendação. Podemos ir para o almoço? Duas horas recomeçaremos e uma e meia
1839 aquele grupo.

1840

1841

TARDE
28 / 02 / 2012

1842

1843

Sem áudio

1844

1845

29/02/2012

1846

1847

MANHÃ

1848

1849 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1850 **Pública – presidente do Conselho):**

1851

1852 Vamos lá. Simone, você que vai fazer a apresentação da recomendação ou moção?
1853 Inversão de pauta?

1854

1855 **O Sr. Everardo de Aguiar Lopes (Rede Desarma Brasil):**

1856

1857 Geralmente, é o último ponto de pauta, mas nós ontem tivemos uma reunião da
1858 comissão que trata da Lei Geral da Copa e que foi aprovado, eu queria agradecer ao
1859 conselho porque terei que voltar para lá, em nome da Rede, são dois minutos, eu queria
1860 saber se é possível?

1861

1862 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1863 **Pública – presidente do Conselho):**

1864

1865 Eu consulto a todos os conselheiros.

1866

1867 **O Sr. Everardo de Aguiar Lopes (Rede Desarma Brasil):**

1868

1869 Bom dia a todos. Em nome da Rede Desarma Brasil eu queria fazer um agradecimento
1870 público do apoio que o conselho deu à posição do ministro do Ministério da Justiça na
1871 reunião passada no que diz respeito ao capítulo da campanhas sociais, que tratou do
1872 capítulo da cidadania na Lei Geral da Copa. E claro que o lema decidido e apoiado pelo
1873 ministro da Justiça que foi **por um mundo sem armas, sem drogas e sem violência** e
1874 ontem foi acrescentando a questão do racismo, que é uma coisa importantíssima, foi
1875 uma reivindicação da Seppir, ontem a comissão aprovou esse lema. Claro que a nossa
1876 posição não alterou a opinião nem o voto dos parlamentares, mas com certeza
1877 absoluta, a medida que nós aprovamos aqui com uma recomendação a esse lema e
1878 protocolamos na comissão, isso dá um efeito, mostra que o conselho está atento com o
1879 que está acontecendo no Brasil no que diz respeito a temas tão caros para todos nós,
1880 especialmente, com a posição do ministro da Justiça que foi enfático em defender e
1881 estimular que tivesse esse capítulo da cidadania na Lei Geral da Copa. Então, eu quero
1882 em nome da Rede Desarma Brasil e como conselheiro agradecer a todos e mais uma
1883 vez dizer que a posição do ministro foi importantíssima para que nós tivéssemos esse
1884 lema como lema que vai internacionalizar cada vez mais a questão das armas. E, por
1885 último, como a participação do Conselho de Segurança no Fórum Interconselho que
1886 está discutindo a questão dos homicídios na juventude negra foi importantíssimo que
1887 nós também assimilássemos a ideia de acrescentar contra o racismo. Então, estamos
1888 de parabéns, eu quero agradecer aqui, a Rede, em nome do Tião, Almir que também
1889 faz parte da Rede e dizer que estamos profundamente orgulhosos de participar desse
1890 fórum e mais do que isso um sentimento de energia positiva para que a Copa também,
1891 além do esporte trata de questões fundamentais. Muito obrigado.

1892

1893 **A Sra. Simone de Jesus (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
1894 **Identificação – Fenappi):**

1895

1896 Bom dia a todos e a todos. Na verdade, essa recomendação deveria ter sido construída
1897 junto com aquela outra recomendação para Alagoas lá no Rio de Janeiro. Como eu não
1898 pude estar presente nessa reunião, a gente já tem quase três reuniões tentado colocar
1899 essa recomendação em pauta. Eu fui provocada, o Marcos Rezende da Bahia, o
1900 Grandra como representante da Cobrapol, e a recomendação é muito simples. Existe,
1901 nos Estados, a estrutura da polícia técnica científica que é formada pelo
1902 superintendente, o diretor-geral de polícia técnica, que, normalmente, essa
1903 recomendação no Rio de Janeiro veio para poder fortalecer para que seja um
1904 representante da nossa área que dirige esse instituto, mas abaixo do diretor-geral, a
1905 polícia técnica é formada por três institutos: o Instituto de Criminalística, de Identificação
1906 e o Médico Legal. Então, o que essa recomendação pede? É uma recomendação que
1907 veio de uma provocação dos papiloscopistas que na Bahia tem o nome de perito técnico
1908 que sejam eles o gestor do Instituto de Identificação e essa recomendação também
1909 recomenda a outros estados onde isso não acontece, onde o papiloscopista ou
1910 profissional equivalente não administra essa instituição, a recomendação é isso e ela é
1911 bastante simples. Eu não sei quem vai fazer a leitura da recomendação. Será eu?
1912 Vamos lá: “O Conselho Nacional de Segurança Pública nos dias 3 e 5 de outubro de
1913 2011 (esta data está errada porque ele já vem sendo apresentado desde outubro, então

1914 tem que corrigir isso) no uso de sua competência tendo tomado conhecimento de que o
1915 governo do estado da Bahia mantém o cargo de diretor do Instituto de Identificação,
1916 Pedro Melo, profissional que não pertence ao quadro da papiloscopia e considerando
1917 que: nas unidades da Federação, em regra, existem três órgãos da Polícia Técnica
1918 Científica, autônomas entre si, que é o Instituto Médico Legal, Instituto de Criminalística
1919 e o Instituto de Identificação considerando que o papiloscopista é o técnico e o
1920 responsável legal pela atividade técnica do Instituto de Identificação, assim como o
1921 perito criminal é do Instituto de Criminalística e o médico legista é do Instituto Médico
1922 Legal e considerando que a sociedade brasileira, por intermédio da Primeira
1923 Conferência Nacional de Segurança, tanto em nível municipal, quanto estadual e
1924 nacional reconhecendo a necessidade de autonomia dos órgãos periciais onde as
1925 diretrizes sobre a autonomia das atividades da perícia foi o segundo mais votado, e
1926 considerando que o trabalho em papiloscopia deve-se pautar pela competência técnica
1927 e científica requerendo também gestores com a necessária formação técnica na área da
1928 papiloscopia para levar ao bom termo a gestão do Instituto de Identificação e
1929 considerando que é dever do Estado promover as perícias criminais em todas as suas
1930 vertentes, inclusive a papiloscopia como forma alavancar os meios necessários à
1931 investigação e esclarecimento dos crimes a partir de provas técnicas científica capazes
1932 inibir desrespeitos às garantias individuais do cidadão e oferecer respostas imediatas ao
1933 reclamo da sociedade, resolve: ao excelentíssimo senhor secretário de Segurança do
1934 estado da Bahia, na condição de gestor maior da segurança pública a reconsiderar sua
1935 decisão e manter na direção do Instituto de Identificação, Pedro Melo, um profissional
1936 que não pertence ao quadro de profissionais da papiloscopia e identificação do estado
1937 da Bahia. E ao Excelentíssimo Governador do Estado da Bahia que nomeia pra o
1938 referido cargo um perito técnico da Polícia Civil que preencha os requisitos necessários
1939 ao bom desempenho desse importante trabalho por se tratar de absoluto cumprimento
1940 dos princípios constitucionais que norteiam a ações de gestores públicos, além de estar
1941 em consonância com o já deliberado pela sociedade brasileira através da Primeira
1942 Conferência. Aos governadores dos estados da Federação que possuem institutos de
1943 identificação e este não é dirigido por profissional em papiloscopia que reconsiderem
1944 seus atos nomeando para os respectivos cargos profissionais papiloscopistas ou
1945 nomenclaturas equivalentes (porque temos diferentes nomes nos estados) de carreira
1946 que cumpram os requisitos necessários a este ofício. Pleno do Conselho. Não sei se
1947 alguém tem alguma dúvida ou se ficou claro?

1948

1949 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
1950 **Militares Estaduais. ANASPRA**

1951

1952 Boa dia a todos e a todas. Simone, eu penso e defendo que não devêssemos nominar
1953 pessoas ali. Eu tiraria o nome porque o que está em discussão é o cargo e não a
1954 pessoa, por acaso eu sou Pedro Melo, mas eu defendo que se tire o nome da pessoa. É
1955 o nome do instituto? Mas está parecendo que é da pessoa. A leitura dá interpretação de
1956 que é a pessoa. Nós não podemos aprovar com essa dúvida interpretação.

1957

1958 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1959 **Pública – presidente do Conselho):**

1960

1961 Eu tenho uma observação. Eu não sou contra o conteúdo, eu só acho que quando a
1962 gente pede a um gestor que reconsidere, acho que se pode fazer diferente. Eu estou
1963 me colocando no lugar deste secretário que recebe isso e gostaria que todos os demais
1964 se colocassem também. A gente sabe que não existe critério fixado em lei para essa
1965 nomeação. É um cargo em comissão. É de livre nomeação. Eu acho que a gente não

1966 deveria pedir, nem ao secretário e nem ao governador que reconsiderasse, mas que
1967 levasse em consideração nas próximas nomeações, até mesmo nesta, dar uma
1968 conotação um pouco diferente, uma suavizada. Falar a mesma coisa, mas de uma
1969 forma diferente, porque eu recebendo, enquanto secretário, como o cargo é em
1970 comissão e é de livre nomeação nossa, parece que o conselho quer ingerir na gestão
1971 do estado e nosso papel não é esse. Então, é recomendar, eu só mudaria essa
1972 redação.

1973

1974 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
1975 **Militares Estaduais. ANASPRA**

1976

1977 O Conasp se enfraquece se ele disser não.

1978

1979 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1980 **Periciais do Brasil):**

1981

1982 Bom dia a todos. Eu, Simone, até concordo com aquele primeiro parágrafo. Mas o
1983 segundo que tem a ver com as particularidades de cada estado, por exemplo, na
1984 Paraíba, os papiloscopistas são cargos de nível médio e não poderiam assumir o cargo
1985 de coordenação. Eu acho que deveríamos manter o primeiro, eu concordo plenamente
1986 no caso da Bahia, então a recomendação primeira tudo bem, eu concordo plenamente,
1987 mas eu discordo do segundo em função das particularidades de alguns estados.

1988

1989 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
1990 **Federais – FENAPRF):**

1991

1992 Eu tenho a preocupação também dependendo dessa deliberação se ela não é acatada
1993 enfraquece nosso conselho. Então, temos de saber até onde vai o nosso poder de
1994 influenciar uma decisão lá no estado. Outro cuidado que temos que ter é que a gente
1995 não sabe o momento, a relação que tem desse gestor com seus administrados. Então,
1996 chega aqui essa demanda e nós estamos fazendo uma recomendação claramente em
1997 favor dos administrados, em alguns casos a gente sabe, um exemplo aqui o Ministério
1998 da Saúde. Foi dirigido por não médicos durante um bom tempo, Justiça por
1999 engenheiros, então não é pertencer ao quadro ou não, precisamos compreender isso
2000 que vai qualificar aquela gestão. Outro cuidado é verificar se não estamos apoiando um
2001 grupo de administrados que quer retirar a gestão daquela pessoa especificamente que
2002 está ocupando naquele momento o cargo. Então, precisamos construir um texto,
2003 apoiando até a fala da Regina que seja uma consideração em novas decisões. Essa é a
2004 minha fala.

2005

2006 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes Gerais**
2007 **das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-PM/CBM):**

2008

2009 Eu acho que a forma como está colocada está fundamentada, está muito bem
2010 justificada. Só que eu entendo que daí poderia ser feito de forma genérica. Sem
2011 especificar o estado da Bahia. Uma forma de recomendação generalizada para todos os
2012 estados.

2013

2014 **O Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini (Colégio Nacional dos Secretários de**
2015 **Segurança Pública – Consesp):**

2016

2017 Seria eu, mas o Mariano já disse parte do que eu iria dizer. Para todos os estados está
2018 dentro da autonomia técnica científica dos peritos papiloscopistas e da perícia em geral.
2019 Por isso, que o cargo de diretor técnico tem que ser um técnico, não pode ser outro que
2020 não seja técnico em perícia papiloscopista.

2021

2022 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
2023 **Criminais Federais – APCF):**

2024

2025 Bom dia a todos e todas. Primeiro dizer que na qualidade de profissional da perícia, eu
2026 apoio plenamente o pleito dessa representação. Eu sei que é um pleito dos
2027 papiloscopistas, mas temos que partir de uma vez por todas, o conselho tem que se
2028 posicionar sempre sobre isso para a profissionalização do serviço público. É diferente,
2029 em respeito à opinião dos outros, mas de um cargo de ministro de Estado, secretário de
2030 governo, cargos que são de natureza política e não de natureza técnica, embora tenha
2031 também decisões técnicas, mas é para isso que o ministro tem um assessoramento
2032 enorme para lhe auxiliar nas questões técnicas que não são do seu conhecimento,
2033 assim como um secretário de estado, são situações bem diferentes. É diferente de um
2034 dirigente de uma área técnica de um serviço público. Aí, sim, esse dirigente tem que
2035 conhecer aquilo que ele está dirigindo, afinal de contas muitas questões que são
2036 definidas e questões que envolvem a atividade, em última instância, é decidido por ele.
2037 E se não tiver o conhecimento vai decidir, muitas vezes, contrariando o interesse
2038 público, contrariando o bom andamento do serviço público. Então, independentemente
2039 de questões, como o colega Humberto colocou, que a gente tem que respeitar as
2040 peculiaridades de cada estado de alguns cargos e alguns profissionais ser de nível
2041 médio, mas acho que, mesmo sendo assim, se você tem profissional de nível superior
2042 de formação superior nos quadros de um cargo de nível médio, com qualificação e
2043 requisito para exercer um cargo de direção, não há nenhuma contrariedade, a não ser
2044 que tenha uma lei no estado e lei se ela está em desarmonia com os princípios
2045 constitucionais tem que ser alterada. Então, acho que temos de apoiar realmente. Já
2046 tem uma recomendação deste conselho em relação à situação do estado da Alagoas
2047 onde um profissional que não pertence aos quadros da perícia foi indicado para ser
2048 diretor da perícia no estado de Alagoas, e essa recomendação inclusive direcionava-se
2049 a todos estados da Federação, nada aconteceu, mas acho que isso não enfraquece o
2050 conselho, o conselho tem é que tomar outras medidas como aquela que sugeriu ontem
2051 aqui de ter uma resolução que vincule os estados à condição de só realizar convênios
2052 com o Ministério da Justiça se seguir as recomendações e resoluções do Conselho
2053 Nacional de Segurança Pública. É isso que vai fortalecer esse conselho. Se a gente não
2054 partir para esse tipo de política a gente vai, de fato, tomar decisões aqui que não vai ter
2055 nenhum respaldo lá nos estados.

2056

2057 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

2058

2059 Bom dia a todos e todas. Primeiro, acho que seria mais delicado a gente reconhecer
2060 como uma frase que o gestor tem o direito de escolher, isso não impede que a gente
2061 faça recomendação. Concordo que temos que ir do específico para o geral. Ou seja, se
2062 existem casos que têm que ser corrigidos, que seja feita então recomendação para
2063 esses casos. Mas que também seja feita para o geral. Nesse caso de Pernambuco, por
2064 exemplo, eu não sei o que diz a lei lá, mas se a lei permite que uma pessoa que tenha
2065 segundo grau apenas, ensino médio, possa exercer cargo de indicação política, por que
2066 não? Agora se a lei impedir, aí tudo bem, vale o que lei determinar no estado. Mas, eu
2067 concordo que a gente faça essa coisa do específico para o geral, reconhecendo que o
2068 gestor tem direito de nomear quem quiser. Com relação se enfraquece ou não o

2069 conselho, qualquer decisão nossa na direção de uma política que seja de fato coerente,
2070 só fortalece o conselho mesmo que a quem se dirija a recomendação não seja acatada.
2071 Se a gente pensar assim, nunca vamos fazer recomendação nenhuma. Eu acho que a
2072 forma, já dei aqui uma sugestão de que o gestor tem direito, mas temos que fazer
2073 recomendações políticas nessa direção da maior gestão pública.

2074

2075 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2076 **Pública – presidente do Conselho):**

2077

2078 Veja bem, nunca qualquer recomendação é vinculante. Jamais poderíamos deixar aqui,
2079 por exemplo, um dito que um estado não pode conveniar-se se não seguir as
2080 recomendações do conselho. Isso não existe em hipótese alguma. Temos aqui vários
2081 juristas e sabem que isso é até ilegal, nós não podemos deixar isso, não existe. Agora,
2082 o que o conselheiro Jacini disse, é o seguinte: uma recomendação genérica não
2083 enfraquece o conselho. Uma recomendação dirigida a tirar tal pessoa e ninguém é
2084 contra a forma nem que seja o técnico e que seja recomendado mesmo que seja visto
2085 as especificidades de cada local, é isso, cada local precisa especificamente de uma
2086 pessoa que entenda e, principalmente, numa área técnica dessa. Agora, o conselho
2087 dizer: o senhor reveja e tire tal pessoa, eu acho complicado e, nesse caso, se for
2088 direcionado a tal pessoa, eu, embora aceitando o conteúdo, eu sou contra a
2089 recomendação desde que ela ponha nesse sentido. Porque o nosso papel enquanto
2090 conselho é recomendar mesmo. Nós temos que fazer essas recomendações. Já foi uma
2091 para o estado, que vá genericamente para todos os estados e tem que ir para que as
2092 pessoas observem que nós estamos atentos a essa modificação toda que está sendo
2093 feita. E, por certo, quem for nomear daqui para frente, vai observar que tem que ter um
2094 técnico lá na ponta. Agora, eu concordo com o conselheiro Jacini que enfraquece na
2095 medida em que a gente coloca o nome de alguém. É muito direcionado e muito ruim
2096 também. Então, eu acho que poderemos refazer no genérico essa recomendação,
2097 Simone, se para todos os estados da Federação e que observem realmente e não só o
2098 Instituto de Identificação, mas aos demais que seja observado o critério para a direção.
2099 Ninguém é contra que uma pessoa comissionada seja de livre escolha, mas dentre
2100 aquelas técnicas. Não tem nada demais isso. Ele tem um corpo técnico que escolha
2101 dentre aqueles técnicos alguém para dirigir. Nesse sentido, eu acho que é perfeito.

2102

2103 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**
2104 **Brasil – Amebrasil):**

2105

2106 Bom dia a todos. Eu quero crer que temos uma pequena divergência, a impressão que
2107 me dá é que estamos 99% de acordo que se faça alguma coisa nesse fato porque todos
2108 nós nos identificamos com essa situação e todos nós queremos que os profissionais
2109 qualificados de cada carreira é que desempenhem as funções de direção nas suas
2110 respectivas instituições. Isso me parece uma coisa absolutamente natural. O problema
2111 está na minha percepção aqui no fato de que em personalizando de alguma maneira, as
2112 recomendações do nosso conselho ganham certa conotação meio de agressividade,
2113 como se a gente quisesse dizer a fulano e a beltrano, vestidos na função pública,
2114 como eles deveriam fazer as coisas. É isso que está pegando. Dá impressão que
2115 estamos querendo aqui dizer ao secretário de Segurança Pública da Bahia que ele não
2116 sabe administrar direito, em vez de fazer isso, fez outra. Então, ao invés da nossa
2117 recomendação pretender dizer a ele o que fazer, por que nós não fazemos
2118 recomendação dizendo a ele o que nós gostaríamos que se fizesse, em qualquer lugar.
2119 Não só lá, mas em qualquer lugar. E o que nós gostaríamos em último caso, é só achar
2120 agora a forma adequada de recomendação, o que não é difícil, que na realidade em

2121 todos os lugares, inclusive lá na Bahia onde aconteceu isso, haja o cuidado de se dar a
2122 direção desses órgãos se faça com base em dois critérios fundamentais que nós
2123 deliberamos, inclusive na própria Conseg: primeiro, usando aquela diretriz da
2124 valorização profissional dos quadros, isso nós podemos pedir para todo mundo. Que
2125 forma fazer a valorização? Com base na meritocracia. Como a meritocracia? Com base
2126 na qualificação técnica profissional, pronto. Se nós dissermos assim, mas não
2127 imperativamente dizendo que o conselho sugere ou recomenda que em todas as
2128 unidades da Federação, se faça dessa forma. Que se busque a valorização dos
2129 profissionais do respectivo quadro com fundamentação na meritocracia e fundada na
2130 qualificação profissional pelo respectivo órgão que nos preocupa e que neste momento
2131 é essa área que envolve esse instituto lá da Bahia. Essa é sugestão que eu faria, só
2132 para ajustarmos a redação como esse tipo de enfoque e não parecer que estamos
2133 querendo ensinar o governador da Bahia a governador o estado dele ou o secretário de
2134 lá a cumprir as suas atividades na pasta.

2135

2136 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2137 **Pública – presidente do Conselho):**

2138

2139 Acho que podemos encaminhar isso.

2140

2141 **A Sra. Simone de Jesus (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
2142 **Identificação – FENAPPI):**

2143

2144 Eu só gostaria de lembrar que, na verdade, os colegas da Bahia quando fizeram essa
2145 provocação, eles só copiaram a forma do mesmo documento, da mesma resolução que
2146 foi feita para Alagoas. Em alagoas vocês usaram e o conselho aprovou lá no Rio de
2147 Janeiro a palavra reconsiderar e foi direcionado ao governador, sim, de alagoas e para
2148 o secretário de Segurança Pública de alagoas. Então, teve tudo isso, até foi muito bom
2149 o Marcos chegar porque fomos provocados pelos peritos técnicos da Bahia. Eu não
2150 tenho problema nenhum da gente reconstruir esse texto agora, eu saio aqui por 5
2151 minutos, refaço isso levando essas considerações. Eu só gostaria de pedir para retornar
2152 com um texto novo e a gente apresentar para ser aprovado considerando tudo isso que
2153 vocês colocaram.

2154

2155 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2156 **Pública – presidente do Conselho):**

2157

2158 Acho que o melhor encaminhamento é esse. Porque não existe problema no conceito,
2159 existe problema na forma. Então, resguardando essa forma que seja já refeita rapidinho,
2160 Simone, e a gente já coloca em pauta. Bom, temos agora o debate sobre o crack.

2161

2162 **O Sr. José Roberto das Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
2163 **Sindapef):**

2164

2165 Tínhamos ontem no final do expediente acordado com a mesa que a gente discutiria a
2166 questão da audiência pública, que foi aprovada ontem e que discutiríamos hoje quais
2167 temas seriam colocados para essas audiências públicas. E havia sido acordado de que
2168 faríamos isso aí antes da apresentação do crack.

2169

2170 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2171 **Pública – presidente do Conselho):**

2172

2173 Eu fiquei sabendo que foi pedido aqui que o crack fosse apresentado às dez horas e
2174 tudo. Estou com os técnicos aqui, nós temos reunião na Casa Civil na parte da tarde,
2175 vamos fazendo porque senão der tempo de apresentar o crack, nós vamos ter que nos
2176 retirar. Que isso fique bem claro aqui. Nós tínhamos uma pauta aprovada ontem, ela foi
2177 totalmente refeita, essa pauta foi aprovada de manhã, então, não há problema. O pleno
2178 do conselho pode refazer a pauta quantas vezes quiser, ele só tem que arcar com as
2179 consequências de isso ser feito. Não há problema algum. Nós vamos embora, não
2180 falamos sobre o crack, decide quantas audiências públicas quiser, eu não tenho
2181 problema com isso, só estou alertando para o seguinte, horário é horário, nós temos
2182 que cumprir horário, nós somos determinados a cumprir horário, às 9 horas eu estava
2183 aqui, nós começamos, eu nunca chego atrasada os senhores sabem muito bem disso
2184 que eu primo por horário. Eu estou aqui e nós vamos seguir a pauta. Agora se não der
2185 tempo a gente suspende e apresenta o crack na outra reunião.

2186

2187 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

2188

2189 Em que pese a importância da escolha dos nomes dos temas importantíssimos para ser
2190 tratado nas futuras audiências públicas, eu acredito que seja de bom senso que a gente
2191 possa fazer no início da tarde, às 14 horas, e aproveitar agora já o tema tão importante
2192 e caro para todos nós, que é questão do crack. E aí teríamos, sem ter a perda, Neves,
2193 pedindo a você a compreensão que a gente pode colocar essa pauta no início da tarde.

2194

2195 **O Sr. José Roberto das Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
2196 **Sindapef):**

2197

2198

2199 De acordo que essa pauta se inicie logo após o intervalo do almoço.

2200

2201 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2202 **Pública – presidente do Conselho):**

2203

2204 Ótimo. Então, plenário de acordo, podemos passar para a apresentação do crack
2205 então?

2206

2207 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
2208 **Criminais Federais – APCF):**

2209

2210 Eu só queria trazer, é pouco tempo, uma observação sobre a recomendação feita ontem
2211 da questão da autonomia das perícias que no início da discussão havíamos aprovado
2212 os textos dos considerandos da recomendação. E depois no formato final ficou o que
2213 estava explanado aqui, sem nenhum considerando. Então, eu acho que para ajuste final
2214 da redação da recomendação sobre autonomia das perícias tem que ser incorporados
2215 todos os considerandos que estava na primeira versão da recomendação. É só uma
2216 observação porque ontem para mim não ficou muito claro, depois revendo esse tema
2217 continuou na minha cabeça ainda, revendo o formato final me pareceu que ficou dúbio.
2218 É só para esclarecer que todos os considerandos da primeira versão da resolução
2219 haviam já sido aprovados pelo pleno. E depois o conteúdo do resolve foi modificado.

2220

2221 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2222 **Pública – presidente do Conselho):**

2223

2224 Podemos então passar para a apresentação? Primeiro de tudo, eu gostaria que os
2225 senhores tivessem em mente que esse plano é, na realidade, um programa, ele tem as
2226 linhas gerais traçadas e ele está sendo discutido em cada capital e assimilando as
2227 peculiaridades de cada local. Ele tem uma proposta inicial que é esse termo cuidado vir
2228 à frente de qualquer outro termo. Então, o principal objetivo deste plano é encarar o
2229 usuário como uma pessoa necessitada de cuidados pela saúde pública, esse é foco
2230 desse plano. Sem perder de vista que temos que ter o eixo autoridade, e aí todos nós
2231 sabemos quando a gente fala do eixo autoridade a gente lida com o tráfico de drogas e
2232 que isso não pode ser em momento algum esquecido, e a prevenção que é muito
2233 importante, e que se ela tivesse sido bem feita, nós não estaríamos com o problema do
2234 crack como estamos hoje. Se ao final desta reunião e desta apresentação tivermos
2235 recomendações a serem feitas ao plano do crack não há qualquer problema. Essas
2236 recomendações, e quando eu disse que temos reuniões na Casa Civil hoje isso tem
2237 sala de situação, acompanhamento pelos ministros e pelos secretários nacionais a cada
2238 15 dias, feito com a ministra Gleisi Hoffmann. Então, essa é a importância que está se
2239 dando a isso. Neste acompanhamento sempre é agregado algo de novo. Quando a
2240 gente vai num estado e percebe que algo está sendo feito no estado e que aquilo está
2241 trazendo resultado, a gente tenta trazer isso para outros estados. Sem perder de vista a
2242 peculiaridade do estado. Cada estado tem uma estrutura. Eu só digo aos senhores uma
2243 coisa: nós estamos encontrando a maior dificuldade dentro dos estados e a Cátia tem
2244 me acompanhado nessas reuniões, o estado não fala com o município. Seja na área
2245 peculiar a ele e eu achei que isso era só na Segurança Pública e quando eu vi é pior
2246 porque é na área da saúde, é na área da assistência, e a assistência e a saúde não se
2247 falam nem no mesmo nível de governo. É complicadíssimo, é um plano ousado na
2248 medida em que envolve três entes federados, e dentre estes envolvem várias áreas da
2249 administração. Quando a gente fala do cuidado, nós estamos falando em assistência
2250 social, nós estamos falando na saúde. Quando falamos da prevenção, estamos falando
2251 na educação, nós estamos falando nas secretarias que, habitualmente, trabalham com
2252 drogas dentro dos estados. E quando a gente fala do eixo de autoridade aí a gente está
2253 falando das polícias, estamos falando aqui também da Polícia Rodoviária Federal e da
2254 Polícia Federal que têm agido não só no plano de fronteiras com vistas ao grande
2255 tráfico, mas também têm agido nas próprias capitais auxiliando as polícias do Estado.
2256 Aquilo que os estados, por vezes, não pode fazer por problemas que encontramos
2257 dentro do próprio estado. Então, é esse o espírito que eu gostaria que os senhores
2258 ouvissem. Um programa em construção. Nada acabado. Mesmo porque até mesmo o
2259 que a gente tem como cenas de uso e crackolândia, elas são completamente diferentes
2260 de um lado e de outro. Quem tem um pouco de noção, entende que crackolândia não é
2261 aquilo que tem em São Paulo, que é uma aglomeração de quase duas mil pessoas. No
2262 Rio Grande do Sul, às vezes a gente tem cenas de uso com duas ou três pessoas. A
2263 gente encara até esse problema quando a gente vai tratar de cena de uso. Elas mudam,
2264 é claro, que elas migram, começam a atuar em um lugar, a tendência das pessoas é se
2265 espalharem. Então, tem todo esse viés que eu gostaria que fosse levado em
2266 consideração na nossa apresentação. Eu vou falar um pouco então do eixo cuidado que
2267 não é nosso, e aí eu peço desculpas se eu por um acaso der um deslize, se eu trazer
2268 algum deslize aqui peço desculpas, não é minha área, se surgir aqui qualquer
2269 indagação sobre este ponto, eu posso levar aos colegas e se acaso necessitar a gente
2270 pode pedir para alguém ainda da saúde vir aqui fazer um esclarecimento melhor. Bom,
2271 o que tem sido falado pelo próprio ministro da Saúde, ministro Padilha. Situações
2272 diferentes têm que ter tratamentos diferentes. Então, a rede de saúde tem que estar
2273 apta a receber as mais diversas situações. Nós não entraremos em estado nenhum se
2274 não tivermos a certeza que teremos a rede proteção da saúde, da assistência para
2275 encaminhar o usuário. Esse é o nosso principal foco. Não adianta a gente entrar com a

2276 polícia, nós já percebemos isso. Então, qual é a primeira coisa que a gente chega à
2277 capital, estamos fazendo nas capitais, e aqui eu já digo as capitais que já fizemos, pelo
2278 menos o primeiro contato: Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Sul,
2279 foram os 4 locais onde nós tivemos contato. E também a escolha foi feita por conta do
2280 mapa da Fiocruz que nos dava as maiores manchas de crack. A primeira coisa que a
2281 gente faz é verificar o que tem de oferta de serviços nesses lugares. E garanto aos
2282 senhores que é lastimável, em todos os lugares que nós fomos até agora a rede é
2283 lastimável para o recebimento dessa demanda. A rede não está preparada para receber
2284 essa demanda. Depois disso, nós temos uma reunião com o estado e com o município
2285 para verificar qual a intenção de ampliação dessa rede porque mesmo tendo recurso
2286 para ampliação há resistência por parte do estado e do município. E já digo o porquê,
2287 porque os servidores são deles. É assim: a reunião é junta. Os ministros fazem um
2288 contato primeiro com o estado, com os governadores e com os prefeitos. A gente marca
2289 uma reunião de gestão realmente com os secretários da área, tanto o estadual, quanto
2290 o municipal, daqui vão os secretários nacionais, do MDS, da Saúde, do Ministério da
2291 Justiça, da Segurança, a Senad, a Casa Civil, a SAF, a Educação, o SEDH são
2292 convidados, não são do núcleo do plano, mas são convidados. E aí todos os níveis,
2293 federal, estadual e municipal, esses secretários mais os técnicos que irão trabalhar nas
2294 áreas. Essas reuniões têm mais ou menos, a primeira reunião teve umas setenta e
2295 cinco pessoas normalmente no estado e as policias acompanham, a Polícia Federal, a
2296 Polícia Rodoviária Federal e nos estados também. E aí o que fazemos? Fazemos a
2297 primeira apresentação do plano e eles fazem apresentação da rede como está em cada
2298 área e aonde eles querem chegar. Daí no segundo dia, isso é meio dia de trabalho, na
2299 parte da manha há uma reunião entre as áreas, só assistência, só saúde, só segurança.
2300 E nós começamos a trabalhar as planilhas de implantação, o tempo de implantação, os
2301 recursos necessários para essa implantação, depois a gente volta e faz um cronograma
2302 geral, englobando as três áreas num plenário maior. No segundo dia, os ministros,
2303 normalmente um ministro vai até a capital, aí vem o governador, o prefeito, e nós então
2304 validamos o cronograma. E começamos a trabalhar no estado antes mesmo de
2305 assinarmos qualquer termo de adesão. Tanto é que já estamos trabalhando no Rio de
2306 Janeiro desde o dia 28 de dezembro passado, deveremos assinar o termo de adesão
2307 em março, só agora em meados de março. Esse prazo para maturação daquilo que a
2308 gente vem trabalhando. Nós temos pressa? Temos porque o crack está devassando e
2309 tal. Mas não adianta mais também ter pressa e não conseguir dar conta do que vai
2310 fazer. Então, essa pressa nossa está meio relativa no sentido de termos certeza da
2311 entrada e de começar a trabalhar buscando solução. Também não temos certeza
2312 nenhuma de que o que estamos propondo aqui vai trazer resultado, é só na prática e ir
2313 aprimorando. Nosso plano prevê três comitês, este comitê aqui, a sala de situação
2314 federal, ele prevê um comitê estadual e um comitê municipal. E prevê essa reunião de
2315 acompanhamento mensal pelo Governo Federal. Então, essa reunião ampliada, ela tem
2316 uma reunião mensal de volta no estado com essa ampliação toda para que a gente vá
2317 corrigindo rumos. Esse plano está sendo monitorado pelo SIMPR, pela presidenta on-
2318 line. Então, se não sai no dia, a gente já recebe a luzinha vermelha, por que está
2319 atrasado? O que está acontecendo? O problema está aqui? Está no estado? No
2320 município? Quem vai resolver? Devido a isso que a gente tem a sala de situação. O
2321 programa dos presídios também, todos os projetos nossos do Ministério da Justiça
2322 estão no SIMPR. É o Sistema de Monitoramento da Presidência da República. A
2323 plataforma foi o SIMEC – Sistema de Monitoramento dos Projetos da Educação – é uma
2324 reestruturação para toda a Esplanada. Até junho, acho que o ministro já falou isso na
2325 reunião, a presidenta terá on-line todos os programas de governo prioritários no
2326 computador dela todas as manhãs, até junho, nós temos o prazo para implantação de
2327 todos esses programas, com cronograma e data para que ela possa acompanhar. Nós

2328 já vínhamos fazendo isso para além do SIMEC, o programa que a Polícia Federal usa
2329 que é o GEPNET, que é o que estava usando, mas essa plataforma que está sendo
2330 criada pela presidenta da República ela consegue fazer a leitura de todos os outros
2331 sistemas. Então, ela vai integrar. Quem já usava o sistema, essa plataforma vai
2332 conseguir integrar e fazer a leitura. Bom, aí nós temos os consultórios na rua. Eu não
2333 conseguia distinguir o que era consultório de rua e consultório na rua. Mas, agora a
2334 gente já está até aprendendo. Mas é o seguinte: o consultório de rua é aquele que tem
2335 abrangência maior e ele estará em qualquer lugar. O consultório na rua foi
2336 explicitamente criado para o crack e será o atendimento imediato daquele usuário que
2337 quiser atendido, a gente não pode obrigar ninguém a nada, a premissa nossa é essa.
2338 Nós vamos ao convencimento realmente, será o consultório que dará apoio na área
2339 escolhida para o trabalho. O Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas que
2340 são os CAPS-AD, por determinação da presidência vão ser todos 24 horas, mesmo
2341 porque os maiores problemas que a gente tem ou são nos finais de semana ou é à
2342 noite. Então, não adianta o negócio fechar às 18 horas. As enfermarias especializadas,
2343 existem, sim, aqueles casos de internação, que sabemos muito bem que precisam ser
2344 internados o tempo necessário a isso também fica pela área da saúde. As unidades de
2345 acolhimento adulto e infanto-juvenil que é hoje a nossa preocupação porque as
2346 filmagens que temos feito nessas áreas de consumo, é muito grande o número de
2347 crianças e adolescentes nesses locais, e as comunidades terapêuticas. Com todas as
2348 reservas que a gente sabe que existem nas comunidades terapêuticas e o nosso papel
2349 de julgar essa ou aquela, e de trazer para o debate o seguinte: somente a rede estatal
2350 não dá conta, então não adianta falar que a comunidade terapêutica não pode agir, não
2351 é bem assim. Temos que qualificar essas comunidades e exigir delas o atendimento,
2352 mas a gente sabe que são muitos os casos em que a comunidade terapêutica é o único
2353 lugar onde o policial pode entregar essa pessoa porque não existe, a rede não dá conta.
2354 Aí é um consultório na rua. Assistente social e nós temos a supervisão pelo CAPs da
2355 região de médicos, dentre esses médicos, eles estão exigindo psiquiatra dentro do
2356 CAPs, então, na realidade, eles só fazem a busca ativa e levam para o
2357 encaminhamento. *(intervenções fora do microfone)*. Não, eles são dos estados,
2358 qualificados pelos estados. São servidores. Aqui a única vertente que falamos de
2359 contratação é quando o estado diz: “Olha, eu vou fazer concurso público”, então o que a
2360 gente faz é capacitar. Mas, nós não temos programação nenhuma de contratar
2361 ninguém, exatamente para o programa terceirizar, nada disso. Agora, existe condição
2362 da qualificação dos que já estão e da readequação. A maioria dos estados já está
2363 programando concurso. Inclusive, no Rio de Janeiro já tem concurso agora no final de
2364 março, eles já devem começar a serem preparados em abril pelo cronograma. Na
2365 maioria dos estados, a proposta deles é do concurso e que a gente qualifique os
2366 profissionais. Vamos direto às perguntas.

2367

2368 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais**
2369 **– CONDEGE):**

2370

2371 Na definição do plano, existe um contraponto de se ter esses servidores focados para
2372 isso?

2373

2374 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2375 **Pública – presidente do Conselho):**

2376

2377 Existe. Existe um termo de adesão que ele prevê responsabilidade das partes. E dentre
2378 a responsabilidade do estado e do município estão os servidores em tempo exclusivo,
2379 inclusive por concurso. Isso faz parte da pactuação. O termo de pacto diz isso porque

2380 na realidade toda essa rede ampliada será suportada pelo Governo Federal. Agora, o
2381 servidor não tem jeito, exceto os hospitais federais que dão suporte que aí são nossos.
2382 Por exemplo, o Rio tem a construção de um hospital federal que era o antigo Caju.
2383 Então, a gente vai construir um hospital federal e ali é lógico que vamos ter que local
2384 servidor federal. Mas na matriz de responsabilidade do termo de adesão consta para o
2385 estado o servidor e o servidor determinado pelo programa.
2386

2387 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes Gerais**
2388 **das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-PM/CBM):**
2389

2390 Doutora, só questão de oportunidade que está mostrando o consultório na rua. A
2391 senhora acompanhou lá em São Paulo, realmente a cracolândia acabou, não existe
2392 mais cracolândia lá em São Paulo. O trabalho começou com a Polícia Militar. O que se
2393 constatou aí, e é muito importante enfatizar, é que o primeiro trabalho foi no sentido de
2394 quebrar a logística do tráfico. Tinham muitas pessoas consumindo droga porque a droga
2395 vinha facilmente e o que se constatou lá foi que a partir do momento que foi quebrada a
2396 logística dos tráficos pelos próprios viciados, em função da dificuldade de eles
2397 conseguirem a droga, eles naturalmente começaram a procurar o apoio, começaram a
2398 procurar a assistência para ser tratado. Nós tivemos muitas pessoas que
2399 espontaneamente procuraram os órgãos assistenciais e foram internadas, mais de 200
2400 pessoas foram internadas espontaneamente. O que eu gostaria de observar aqui que
2401 seria importante, junto com o consultório de rua, que a polícia estivesse lá para evitar
2402 que a droga continue a chegar.
2403

2404 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2405 **Pública – presidente do Conselho):**
2406

2407 Acho melhor apresentar o plano todo. Agora eu não vou, em momento algum, emitir
2408 juízo de valor sobre essa ou aquela ação que vem sendo feita em determinado estado.
2409 Eu vou colocar o que a gente está fazendo, mas o nosso plano não prevê a polícia na
2410 frente. É uma metodologia diferenciada. O nosso plano prevê a polícia, mas não prevê
2411 a polícia na frente.
2412

2413 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**
2414

2415 Quando o programa foi apresentado, na minha cabeça não saiu ainda, cuidado.
2416 Cuidado com a polícia, cuidado com a assistência social. Essa palavra para mim não
2417 define, não consigo perceber que vai ter o cuidar. Porque o cuidado tem precaução,
2418 reserva. Tem que ser acolhimento. Então, a primeira coisa que estou sentido do
2419 programa é que a própria nomenclatura já tem um grau de rejeição muito grande. Eu,
2420 pelo menos, estou rejeitando. Cuidado com a prevenção, cuidado com a polícia, agora
2421 já se faz bem claro a questão da polícia antes ou depois. Então, essa ideia do cuidado,
2422 era só o que eu queria registrar isso.
2423

2424 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN-Brasil):**
2425

2426 Bom dia a todos e todas. Eu queria justificar minha ausência na reunião porque
2427 estávamos eu, o Hélder e o Everardo na agenda no Palácio do Planalto sobre o
2428 enfrentamento à violência contra a juventude negra. Também o João Francisco esteve
2429 por lá participando da reunião pela manhã. Eu acho que o nosso companheiro Almir já
2430 fez uma fala muito importante com relação a essa questão da polícia, a própria Regina
2431 falou também, que para nós da sociedade civil o exemplo do que aconteceu na

2432 Crocolândia em São Paulo é o pior exemplo possível de como se pode tratar essa
2433 questão. Então, nós estamos aqui colocando que é a coisa mais desumana possível
2434 para alguém que pode estar precisando de um auxílio à saúde: “Nós entramos,
2435 violentamos, achincalhamos, agredimos” e aí como não tem mais nada, eles vão
2436 procurar. Nós acreditamos que esse não é o caminho. Acreditamos, sim, que a palavra
2437 é acolhimento e que, de fato, a polícia, neste caso, não deve entrar e não deve fazer
2438 parte em nenhum momento no que diz respeito a essa questão do crack.

2439

2440 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
2441 **Civis – Cobracol):**

2442

2443 Não seria melhor apresentar o plano e depois a gente vai destacando, anotando para
2444 não prejudicar o contexto.

2445

2446 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2447 **Pública – presidente do Conselho):**

2448

2449 Só voltando um pouquinho. Almir, a gente tem que tomar cuidado com o seguinte:
2450 cuidado com ou cuidar de. Nós não estamos falando em cuidado com tal coisa, estamos
2451 falando em cuidar de pessoas. Bem, vamos lá. Esses são os CAPS-AD que os
2452 senhores conhecem. Aqui é o que a gente está propondo. Depois tem um cronograma
2453 geral e tem um orçamento geral que podemos circular pelos senhores, que vai dar um
2454 total todo gasto. Esta é a rede de atendimento à família. Porque não adianta tratar só o
2455 usuário, e a gente ontem também nós tivemos uma reunião com o secretário da
2456 Reforma do Judiciário e nós estamos querendo, Tereza, a Defensoria Pública junto
2457 conosco porque é o seguinte: primeiro que em toda a nossa ação, nós estamos
2458 trazendo Ouvidoria conosco. Porque queremos transparência na ação, exatamente para
2459 aqueles que estiverem agindo na cena de uso, seja da saúde, seja da assistência, ou
2460 seja, autoridade policial que ela aja pensando, primeiro, nos direitos humanos. E para,
2461 além disso, nós sabemos que quando a gente está tratando o usuário ele perde toda a
2462 sua referência, ele perde qualquer laço de cidadania, perde tudo. Então, nós estamos
2463 entendendo que ele não vai buscar a Justiça e nem tampouco polícia. Por isso, estamos
2464 na nossa base comunitária que vamos mostrar, estamos querendo acoplar um defensor
2465 público e obrigar a que o estado tenha um defensor público exclusivamente para essas
2466 áreas onde estaremos trabalhando porque é de suma importância que o defensor esteja
2467 ali para garantir os direitos desse usuário. Porque a gente acaba esquecendo que ele é
2468 um detentor de direitos, de cidadania, e é esse o nosso viés. E a família dele por vezes
2469 sofre consequências exatamente da condição dele de usuário. Isso não é incomum
2470 também. Que a própria família seja rotulada pela condição do usuário que está lá na
2471 ponta. A rede do SUS preparada, e aí a gente também passa por capacitação,
2472 capacitação dos profissionais que estão agindo. Bom, aí o eixo autoridade. O que a
2473 gente tem feito? Uma articulação com a área da saúde e da assistência social. E cada
2474 local é um local. Por exemplo, o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, se apresenta de
2475 uma forma diferente de trabalho. A área de assistência e a área da saúde não
2476 conseguem chegar ao local sem o apoio da polícia. E o apoio da polícia significa o quê
2477 no nosso entendimento? Fazer o entorno, e nunca cena de uso. Então, é um
2478 distanciamento necessário para dar proteção ao servidor da saúde e da assistência que
2479 vai atuar na cena de uso sem que a polícia esteja na cena de uso. Nós tivemos em
2480 várias cenas de uso, por exemplo, eu e a Cátia fizemos várias incursões no Jacaré,
2481 Manguinhos, onde a gente vai trabalhar agora em Santo Amaro. Nós já fizemos várias
2482 idas lá. E a gente entende que a hora que a polícia chega, a gente espanta o usuário; a
2483 gente não consegue mais acolher o usuário. Esse foi o nosso entendimento, por favor,

2484 eu estou dando o entendimento do nosso plano. Nós não entendemos que aquele
2485 usuário precise ir para a cadeia. Porque vamos encher a cadeia e não vai adiantar
2486 nada. O que a gente entende? Entendemos que aquele usuário, naquele dia, estou
2487 sendo muito franca com os senhores, não quer ir, não vai. Mas ele também não vai para
2488 a cadeia. Não é esse o nosso foco. O nosso foco é insistir, exaustivamente, para que
2489 esse usuário vá para o tratamento. Então, enquanto a área da assistência e da saúde
2490 não disserem para a gente: “a polícia pode entrar”, porque aí, sim, nós vamos entrar
2491 com a polícia comunitária, nós vamos levar urbanização para aquele local que ai está
2492 dentro do termo de responsabilidade. O município tem que reurbanizar a área, vamos
2493 colocar câmaras de vídeo, vamos tornar lá um espaço urbano seguro. Mas, não é no
2494 primeiro momento. Nós temos feito algumas oficinas dos servidores da saúde, da
2495 assistência com os policiais. Eu convidaria quem quisesse assistir a essa oficina para
2496 ter uma visão do que é isso, como um não entende o trabalho do outro. E quando põe
2497 no mesmo local, eles acham o seguinte: “Se a gente não estiver juntos, não vamos dar
2498 conta disso”. Então, está sendo muito bom fazer com que a própria polícia, e eu falo aos
2499 senhores de cátedra, sou defensora da polícia porque a polícia que eu defendo não é o
2500 bandido transvertido de polícia, então eu vou defender a polícia eternamente, porque eu
2501 sou fã da polícia, e eu sei que para um estado democrático de direito é preciso uma
2502 polícia fortalecida. E é a polícia que nós todos queremos. Agora, não quero a polícia lá
2503 na cena de uso na hora que a assistência e a saúde estiverem lá. Isso está pacífico.
2504 Para chegar a esse plano aqui, nós fizemos 52 reuniões na Casa Civil com os mais
2505 diversos especialistas, com os mais diversos técnicos de área e nós chegamos a essa
2506 conclusão. Nós só conseguiremos agir e daremos segurança para a assistência social e
2507 para a saúde se a gente tiver na retaguarda, o que não impede em hipótese alguma da
2508 Inteligência estar trabalhando diretamente. Então, á área da Inteligência, Polícia
2509 Federal, Polícia Rodoviária Federal e as polícias do estado estão trabalhando
2510 permanentemente nessas áreas que eu já disse. Então, a prisão do traficante, a
2511 repressão, a rota da droga lá na fronteira onde vocês estão fazendo a Operação
2512 Sentinela, Operação Ágata, essa prisão tem trazido, sim, diminuição da oferta e tem
2513 trazido uma grande melhoria nas rotas. A gente tem feito essas apreensões. Então, é
2514 uma forma diferente, é trabalhar com a Inteligência para que a gente não precise agir lá
2515 no local com a polícia. Bom, essas parcerias são difíceis, já coloquei aqui o
2516 entendimento de um e de outro, é complicadíssimo, é um exercício diário, há uma
2517 resistência muito grande da área da saúde com a polícia, a gente tem sentido isso,
2518 então, não é muito fácil. O crime organizado tem sido feito por um grupo da Polícia
2519 Federal e da Polícia Rodoferroviária Federal junto com os estados no combate ao crime
2520 organizado que também não é agir dentro da cracolância, pelo contrário, é agir muito
2521 antes. E isso que estou falando aos senhores, passa, inclusive, por organização de
2522 pactos internacionais onde hoje a Polícia Federal tem feito a destruição de plantação de
2523 maconha no Paraguai, nem vem para cá, nem passa. A gente já em acordo
2524 internacional, vai dentro do terreno e destrói lá. Com a Bolívia, a história é um pouco
2525 mais complicada, os senhores sabem disso, mas eu já estive pessoalmente com o
2526 ministro da Justiça acompanhando uma destruição de plantação de coca dentro da
2527 Bolívia. Está acontecendo também, mas é mais complicado. E outros países que temos
2528 feito alguns trabalhos. Aí é o vídeo monitoramento. Como vamos trabalhar nesse
2529 perímetro? Com uma base móvel. A polícia vai ficar no entorno, numa distância dentro
2530 de uma base móvel, essa base dará suporte à saúde e aos servidores da assistência.
2531 Esse suporte, é lógico que, conforme a atuação, há migração. Por que a gente não pôs
2532 base fixa? Exatamente por conta disso, não adianta, a base fixa seria inócua. A ideia é
2533 de que ali não tenha mais uma cena de uso e se não vai ter cena de uso nós não
2534 precisamos de uma base fica. A gente vai com a base móvel trabalhar em outra área na
2535 hora que houver o deslocamento. Essa base tem condição de receber todo o

2536 monitoramento da cidade e da área monitorada. Nós temos 8 operadores sentados, é
2537 onde, Teresa, a gente quer que também que seja acompanhada pela Ouvidoria e pela
2538 Defensoria Pública. Cada unidade tem dois carros, 4 motos e mais 20 câmaras de
2539 vídeo. Então, por exemplo, o Rio de Janeiro está recebendo três unidades, todos esses
2540 veículos multiplicados por três, mais as câmaras de vídeo. Aquelas capitais onde já têm
2541 câmara de vídeo no local, onde vamos monitorar, serão alocadas em outros espaços, já
2542 prevendo a migração. Aí a parte que a Polícia Federal tem agido. Estamos inclusive
2543 trabalhando com a Polícia Federal, não sei se o Nóbrega quer falar alguma coisa, mas
2544 com a Polícia Federal estamos trabalhando inclusive em mudanças legislativas. Os
2545 senhores sabem que os bens apreendidos pela Polícia pelo tráfico se deterioram porque
2546 os processos se eternizam, ficam lá *ad aeternum* e a ideia é que eles sejam
2547 liminarmente vendidos e os recursos sejam acautelados e no final do processo então
2548 quem vencer leva, ou imperdimento para o fundo (*fala sem microfone*). Isso é uma
2549 cautela até mesmo para o cidadão normal que pode ter um bem apreendido e esse bem
2550 ser deteriorado lá por conta do processo, então pelo menos o recurso fica sendo
2551 corrigido. Essa é uma das coisas. Outra é a difusão vermelha da Interpol, que é um
2552 problema para nós. A difusão vermelha no Brasil não é entendida como mandado de
2553 prisão, então, às vezes, a gente sabe que a pessoa é procurada internacionalmente e
2554 ainda tem que pedir ordem para a Justiça, aquilo demora não sei quanto tempo, não
2555 pode segurar a pessoa e fica nessa complicação. Então, estamos propondo, isso foi
2556 mandado pela presidenta automaticamente com pedido de urgência que seja lido a
2557 difusão vermelha também como mandado de prisão automática aqui no país. Isso tem
2558 uma implicação, inclusive agora nos grandes eventos porque os traficantes e as
2559 organizações criminosas podem querer infiltrar pessoas aqui, são pessoas que,
2560 diferentemente de usuários, deveriam estar respondendo criminalmente e presas. Aí é o
2561 eixo de prevenção, Cátia.

2562

2563 **A Sra. Cátia Simone Gonçalves Emanuelli (Departamento de Políticas, Programas**
2564 **e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública):**

2565

2566 Bom dia a todos e todas. Vamos dar continuidade à apresentação, mas vamos fazer um
2567 pequeno retrospecto. Então, o plano é um plano do Governo Federal que envolve a
2568 participação de vários ministérios, ou seja, não é um plano da Senasp ou do Ministério
2569 da Justiça. Nós integramos o plano junto com o Ministério da Saúde, o Ministério da
2570 Assistência Social e com outros ministérios que são parceiros e outras secretarias
2571 especiais que irão acompanhar o desenvolvimento desse plano. A SEDH também
2572 integra e acompanha e, geralmente, o representante sempre fica nas discussões do
2573 eixo da autoridade, justamente com essa preocupação que se tem com a entrada
2574 antecipada da força policial ou que isso possa acarretar algum prejuízo para aquele
2575 usuário. Segundo, o foco é o usuário neste momento, é óbvio que dentro do eixo
2576 autoridade temos duas vertentes que é essa intervenção ostensiva nas cracolândias,
2577 entre aspas, que foi o nome escolhido para dar um pouco de ênfase que era o usuário
2578 que a gente quer tratar e não espantar o usuário, ou fazer uma intervenção daquele
2579 local e naquele momento só para prisão de traficantes. Então, a vertente ostensiva para
2580 o trato com os usuários junto com o Ministério da Saúde e o Ministério da Assistência
2581 Social e tem a parte de enfrentamento e combate ao crime organizado que é feito
2582 paralelo a isso com todas as outras ações que envolvem também a Estratégia Nacional
2583 de Fronteiras, envolvem também os trabalhos rotineiros da Polícia Federal, Polícia
2584 Rododiferroviária Nacional e também as polícias estaduais, lógico que de uma maneira
2585 mais integrada para que o resultado seja mais efetivo. Dentro desses eixos, o eixo
2586 cuidado vai entrar, o eixo cuidado de, como a secretária falou, que é assistência e
2587 saúde com todos os equipamentos disponíveis para que toda aquela rede que nós

2588 vimos nos slides que ela atue de fato, por que qual o maior problema hoje? Senso
2589 comum, o que se faz na maioria dos estados e nos municípios? Acaba tudo se
2590 revertendo por problema de polícia. Neste plano queremos dizer: “Olha, nós, enquanto
2591 segurança pública, a gente vai atuar para garantir a ordem pública e a integridade física,
2592 tanto dos profissionais que vão atuar nas cenas de uso quanto dos usuários, mas isso
2593 não é problema de polícia”. Tratar o usuário não é um problema de polícia, é um
2594 problema de outros que envolvem outros ministérios e outras secretarias. E que nós,
2595 enquanto sociedade civil, enquanto cidadão brasileiro, precisamos alertar para um
2596 problema grave que está assolando o Brasil inteiro, a gente está vendo aí matérias em
2597 revistas, em jornais, em telejornais, que, de fato, é grave, só que isso não vai ser
2598 resolvido somente pela polícia ou só pela polícia, que a gente precisa que essa gente
2599 atue, então não adianta o policial encontrar um usuário e não ter para onde encaminhar
2600 esse usuário. Ele vai ficar com o usuário onde? Na delegacia. Para ele, a solução do
2601 policial de ponta é levar para onde? Ou para o Batalhão, mas para a delegacia de
2602 polícia, lavrar um termo circunstanciado e liberar aquela pessoa para que no futuro ela
2603 vá, em juízo, responder por aquele uso, ou seja, não existe descriminalização tanto do
2604 uso quanto do tráfico, no caso do usuário é apenas uma forma de despenalizar, ou seja,
2605 uma sanção diferenciada para o usuário do que é dada ao traficante, mas que continua
2606 sendo crime, então o policial sempre vai tratar aquilo como crime, só que a ideia do
2607 plano é justamente essa, trabalhar esse policial de ponta para que ele atue de maneira
2608 diferenciada, mudar o olhar daquele policial para o usuário, mas que ele possa saber o
2609 que fazer e para quem encaminhar aquele usuário. Então, essa integração que é difícil
2610 e que é fundamental no plano, que a secretária bem nos colocou, é fazer com que os
2611 ministérios conversem entre si com as secretarias, os estados conversem com os
2612 municípios e que estados e municípios conversem com o Governo Federal. Acho que
2613 isso é o grande diferencial e é para a gente a maior barreira a ser superada e vencida.
2614 Então, por isso que é importante que junto a esse plano a gente tenha também toda a
2615 sociedade civil fazendo com que isso aconteça porque a gente vai estar nos estados, a
2616 agenda é feita com o estado, é particularizado, não é um plano fechado que a gente vai
2617 impor ao Brasil inteiro. Eles têm diretrizes, eles têm um caminho a ser seguido, eles têm
2618 uma oferta de equipamento, um tipo de policiamento diferenciado para tratar isso, mas
2619 que isso só vai dar certo se todo mundo participar.

2620

2621 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal):**

2622

2623 Só uma colocação simples para quem tiver interesse, na página do mj.gov.br você tem
2624 dois ícones à direita que é um sobre o crack e outro um pouquinho abaixo tem o ícone
2625 da Campanha Nacional do Desarmamento. Então, nesse ícone tem uma série de
2626 informações, ele não é só um ícone que remete a uma página nova não, remete um a
2627 *hyperlink* inteiro com uma série de informações.

2628

2629 **A Sra. Cátia Simone Gonçalves Emanuelli (Departamento de Políticas, Programas
2630 e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública):**

2631

2632

2633

2634 Isso, todas as informações do plano em si, como ele foi pensado, o que envolve, quais
2635 os eixos que vão ser tratados. Todos os senhores e senhoras receberam, Suelen,
2636 ontem foi repassado esta apresentação, no próprio site já está publicizado para a
2637 população em geral ter acesso às diretrizes daquilo que a gente vem trabalhando.
2638 Então, agora, é o que estamos fazendo, indo a estado a estado, particularizando para a
2639 gente poder atuar. Então, o eixo autoridade trabalhado, como temos três eixos, o eixo

2640 cuidado vai trabalhar toda essa inter-relação, o usuário, a reinserção social, a família,
2641 senão trabalhar a família também não vai se ter um resultado para que aquele usuário
2642 não volte a consumir a droga...

2643

2644 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2645 **Pública – presidente do Conselho):**

2646

2647 Temos lugares, Tereza, que, inclusive, estamos pactuando o aluguel social já. E usuário
2648 saiu do tratamento, ele não tem vínculo, ele não tem nada, não tem onde morar, para
2649 onde ele vai voltar se a gente soltar? Ele vai voltar para lá. Então aí nós estamos
2650 garantindo com o governo do estado o aluguel social. A priorização nos outros projetos,
2651 trabalhando com a Secretaria de Trabalho e Emprego, tem locais em que a Secretaria
2652 de Trabalho e Emprego já está trazendo empresas para ter a mão de obra absorvida
2653 porque senão não vamos conseguir. Não adianta só em pensar em tratar porque tem
2654 depois do tratamento. Uma pessoa tratada está bom, mas, e daí? Mesmo porque a
2655 gente sabe que esse tratamento não é isso. Ele é uma pessoa que precisa de outros
2656 cuidados. Então, o aluguel social se estende a ele e a família também. Estamos
2657 amarrando inclusive isso.

2658

2659 **A Sra. Cátia Simone Gonçalves Emanuelli (Departamento de Políticas, Programas**
2660 **e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública):**

2661

2662 E aí uma parte do plano quando a gente fala no usuário já estamos tratando aquela
2663 pessoa que, infelizmente, está usando algum tipo de droga, principalmente o crack. O
2664 eixo prevenção, a gente quer trabalhar o antes para que aquela não chegue a ser
2665 usuário e também capacitar aqueles profissionais que vão atuar nesses locais e que
2666 precisam de uma visão diferenciada para quebrar estigmas e preconceitos. Esse eixo
2667 prevenção vai ser trabalhado com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, a
2668 Senad, que hoje está no Ministério da Justiça, é um órgão do Ministério da Justiça e que
2669 tem como diretrizes a prevenção nas escolas, a capacitação de profissionais, tanto da
2670 rede de saúde, de segurança pública, educação, assistência social, justiça, operadores
2671 de direito, lideranças religiosas e comunitárias, ou seja, vai ofertar capacitação para que
2672 toda sociedade civil organizada possa ajudar nesse plano, ou seja, tanto na área de
2673 prevenção, até mesmo para tratar e ajudar aquele usuário. A disseminação contínua de
2674 informações e orientações sobre crack e outras drogas, prevenção de uso de drogas
2675 nas escolas. Então, a capacitação de 210 mil educadores, 3,3 mil policiais militares,
2676 educadores do Proerd, que é um programa que, apesar de ser desenvolvido na Senad,
2677 a Senasp sempre apoiou, é um projeto de prevenção que as polícias militares executam
2678 nos estados, todo ano a gente apoia com recursos do fundo ou do Pronasci as polícias
2679 e tem um resultado muito positivo porque ele atua nas escolas e com crianças, eu tenho
2680 uma sobrinha que fez e ela ficou maravilhada e eu vi que ela tem uma visão muito
2681 diferenciada com relação à droga, então ela conversa abertamente, ela sabe o que é,
2682 ela sabe quais são as potencialidades de cada uma das drogas que são apresentadas.
2683 Atuação em 42 mil escolas, alcance de 2,8 milhões de alunos; centros de referência
2684 para capacitação presencial, então formação permanente de profissionais que atua nas
2685 áreas de saúde, assistência social, justiça e segurança pública; consolidação de 49 e
2686 implantação de 16 centros regionais de referência completando 65 centros em todo
2687 território nacional; oferta de 34 mil e 200 vagas em 2012 de cursos de atualização e
2688 aperfeiçoamento e ampliação para 39 mil vagas por ano a partir de 2013. A Senad faz
2689 muitos cursos a distancia. Então, para aqueles profissionais que não tem uma
2690 disponibilidade de fazer um curso presencial, ele tem a sua disposição uma gama de
2691 cursos excelentes que a Senad disponibiliza via internet. A capacitação à distância para

2692 prevenção do uso de drogas, bem como orientação e aconselhamentos de usuários e
2693 familiares. Então, a ideia é 135 mil lideranças comunitárias e conselhos municipais, em
2694 parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, 35 mil lideranças religiosas em
2695 parceria com Unifesp, 35 mil profissionais de saúde e assistência social em parceria
2696 com Unifesp e 45 mil operadores de direito, para juízes, promotores, defensores,
2697 profissionais da área psicossocial que atuam em juizados especiais criminais, varas da
2698 infância e da juventude, Ministério Público, isso tudo em parceria com a USP. O plano
2699 foi feito com as secretarias e a gente vai levar todas as contribuições e apontamentos
2700 para cada ministério para que eles possam fazer a inserção, por exemplo, eu não posso
2701 mexer na área de saúde porque eu não tenho *expertise*, eu posso falar de segurança e
2702 a Senasp de segurança, com os programas da Senad a mesma coisa, a gente leva para
2703 a doutora Paulina e junto com a equipe técnica dela eles vão. Chegando aos estados
2704 eles foram fazendo essas requisições de recortes e de inclusão de outros profissionais
2705 nesses cursos e assim a gente está fazendo. Informação, comunicação e publicidade.
2706 Então, prestar informações e orientações sobre o crack e outras drogas por serviço
2707 telefônico gratuito 24 horas e site interativo na internet. A publicidade já está veiculada
2708 em rede nacional; existe o canal viva voz que já tem toda uma tratativa, esse número
2709 enorme passa a ser três números apenas; ou seja, 132 vai ser o viva-voz. E tem o site
2710 que é específico para isso. Quem quiser visitar é interessante. E a realizar de forma
2711 permanente campanhas publicitárias de utilidade pública ao longo de cada ano para
2712 prevenção ao uso de drogas com veiculação em televisão, rádio, revista e internet. É
2713 essa campanha que já está sendo veiculada em rede nacional, foi feita junto com
2714 Secom da Presidência da República, não foi algo feito só por um ministério, foi discutido
2715 com todos os ministérios o formato. Segundo a Cristina, até a roupa que a pessoa que
2716 vai fazer a propaganda foi escolhida pelo grupo para não parecer esnobe. Tudo que a
2717 gente não tem nem ideia que se possa ter numa campanha publicitária. Os recursos da
2718 União giram em torno 4 bilhões de reais. Dentro da área de segurança pública, só para
2719 complementar o que a secretária falou, além do policiamento de proximidade e o
2720 equipamento para as bases móveis de polícia comunitária, por que móveis? Porque
2721 essas cenas de usos geralmente migram, então se você vai fazer um intervenção em
2722 determinado local, você urbaniza aquele local, possivelmente os usuários vão migrar
2723 para outra área, então a polícia vai indo junto, sensibilizando aquela comunidade, o
2724 profissional que vai atuar nessa base ele já deverá ter tido aquele curso de promotor e
2725 multiplicador de polícia comunitária, isso vai ser condição *sine qua non* para ele atuar
2726 neste plano. Com base nisso, a coordenação-geral de polícia comunitária está
2727 formatando junto com cada ministério os cursos, que eles chamam tópicos especiais.
2728 Dentro desses tópicos especiais, a gente vai fazer vários recortes, então, por exemplo,
2729 nós vamos trabalhar com a Seppir, nós vamos trabalhar com o Ministério da Saúde,
2730 com a Senad para o profissional saber qual a linguagem, como ele deve tratar e o que
2731 ele deve fazer, então, tem uma matriz de responsabilidade, como um procedimento
2732 operacional padrão para evitar que o viés seja sempre aquele mesmo de apreensão e
2733 de prisão daquele usuário.

2734

2735 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2736 **Pública – presidente do Conselho):**

2737

2738 Estamos tentando realmente buscar uma forma diferente. Eu acho que criticar é fácil até
2739 e pouco temos visto a ser feito. É uma forma que foi amplamente discutida, está sendo
2740 discutida dia a dia, estamos preparados para tudo que aparecer de adversidade para
2741 sentar e enfrentar. Não estamos preparados para fazer, mas estamos preparados para
2742 discutir e enfrentar esse problema, temos plena convicção que 80%, pelo menos no Rio
2743 Grande do Sul esse cenário foi muito claro para a gente, das pessoas que estão no

2744 presídio central lá estão por uso de crack, isso o secretário trouxe claríssimo pra nós, e
2745 nós não estamos tendo resultado nenhum. O resultado é encher cadeia, por vezes
2746 qualificar o usuário que não, para outro crime, estamos tirando-o dessas cadeias que
2747 são universidades do crime, todo mundo sabe, qualificadíssimo para outros crimes e
2748 nós não estamos conseguindo chegar a um bom termo. Nós estamos agora em que
2749 fase? Nós temos que construir indicadores para avaliação desse plano, estamos na sala
2750 de situação construindo indicadores. Indicador mais fácil que tem, e aqui todo mundo
2751 conhece, é indicador de esforço. Então, vamos fazer tantas entradas dentro da cena,
2752 isso é fácil de se vencer. Eu me lembro de indicador de esforço de abordagem policial.
2753 E o resultado disso? Este fórum é privilegiado para nos auxiliar nesses indicadores, mas
2754 de efetividade política. Como que vamos medir a efetividade política lá na ponta? O que
2755 a gente espera deste programa enquanto política pública? Que a gente consiga fazer
2756 deste programa uma política pública de Estado. Agora, começar, e a descontinuidade
2757 seria terrível. Não digo que a gente vá ter que continuar da mesma forma, a gente pode,
2758 sim, adaptar e melhorar. Mas, não pode é descontinuar. Então, para, além disso, eu
2759 sugiro a este fórum que não precisa ser nesta reunião, mas acho nós teríamos que ter
2760 um tempo de maturação e na próxima reunião que a gente construísse uma
2761 recomendação deste fórum para o programa e até mesmo auxílio na construção de
2762 indicadores de efetividade de política. Acho que temos toda condição. Aqueles que não
2763 são técnicos e que são sociedade civil, por exemplo, e que passam lá na ponta e que
2764 sabe o que está acontecendo lá na ponta, tem também toda condição e sensibilidade
2765 para opinar, sim, sobre este plano, acho que deve, não é que tem. Até mesmo
2766 indicadores de efetividade de políticas. Acho que poderíamos passar para os debates.
2767 O primeiro a se inscrever foi o João Neves, Nóbrega, José Neves, Gandra, João
2768 Francisco.

2769

2770 **O Sr. José Roberto das Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
2771 **Sindapef):**

2772

2773 Bom, é notório que o crack é um fenômeno e precisa de políticas efetivas. Vendo a
2774 apresentação, eu senti falta de um programa voltado ao sistema prisional, onde a gente
2775 atua. E a gente sabe que o fenômeno do crack tem superlotado as prisões e tem
2776 mudado o comportamento da massa carcerária. E a gente que atua nesse meio percebe
2777 e vê alguma dificuldade de se atuar como esse novo custodiado. A minha pergunta
2778 básica é saber se programa em algum momento contempla, primeiro se essa rede
2779 integrada de comunicação também consta lá o sistema de administração prisional,
2780 primeira questão que a gente precisa fazer. A segunda é se existe um programa de
2781 capacitação, a exemplo do que acontece com as polícias que trabalham na rua no
2782 sentido de ser uma polícia mais cidadã, se existe esse programa de capacitação para o
2783 trabalhador da segurança penitenciária que está lidando com esse novo cliente.

2784

2785 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2786 **Pública – presidente do Conselho):**

2787

2788 Vamos lá, as duas perguntas. Não entenda o programa do crack isolado. Entenda um
2789 sistema onde nós já temos o programa dos presídios, mas, mesmo assim no Rio
2790 Grande do Sul o pessoal do sistema prisional pediu que fosse alterado e que a gente já
2791 inserisse algo diferenciado para a massa carcerária para esse tratamento que você está
2792 dizendo. Então, já estamos visualizando isso. Com relação ao tratamento existe.
2793 Quando a gente fala de operadores da segurança, entenda o mais amplo possível.
2794 Então, os senhores estão englobados no treinamento. Agora, no trecho específico, nós
2795 vamos ter que fazer um link para que os senhores tenham condições diferenciadas de

2796 tratar a massa carcerária que já tem, infelizmente, usuário e a gente sabe disso.
2797 (*intervenção fora do microfone*) aí na hora de fazer a recomendação, cada um pontua o
2798 que achar necessário, vamos para o debate e tiramos o encaminhamento da
2799 recomendação.

2800

2801 **O Sr. José Roberto das Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
2802 **Sindapef):**

2803

2804 Quando falei da recomendação, eu queria um expediente, ainda que fosse para deixar
2805 registrado, que a gente realmente necessita desse treinamento que foi posto ali, seja a
2806 distância porque não estamos conseguindo lidar da forma adequada com esse novo
2807 custodiado.

2808

2809 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
2810 **Civis – Cobrapol):**

2811

2812 Eu quero pedir desculpas pela minha ausência daqui a pouco porque eu tenho um
2813 compromisso inadiável na Justiça e tem que ser a minha própria pessoa. Pois bem, feita
2814 a apresentação, gostaríamos tecer apenas dois comentários e eu não identifiquei onde
2815 será a repressão aos traficantes, lá na ponta onde está o usuário, porque o usuário do
2816 crack não vai comprar drogas, é diferente do consumidor de cocaína e de outras
2817 drogas. Ele vai e ele é atendido em *delivery, 0800*, a entrega chega na hora lá onde ele
2818 está. Ele não precisa sair, até porque muitos deles não conseguem andar cem metros,
2819 de tão doentes. Bom, isso é a pergunta. Agora, a nossa consideração é que nós
2820 entendemos que fora esse lado do traficante, que eu entendo que deve ser combatido
2821 por quem de direito que é a polícia até porque o médico, ou a enfermeira ou qualquer
2822 outro monitor não vai ter como e nem pode tratar disso, apesar de o cidadão poder
2823 efetuar prisão quando houver um flagrante delito. Pois bem, a consideração é que nós
2824 entendemos que o problema do usuário do crack é que ele não é um criminoso, é um
2825 doente e que tem de ser tratado como tal e que, portanto, ele deve ser tratado pela
2826 saúde pública. Ele deve ser tratado com ajuda do conselho de psicologia, onde tem os
2827 psiquiatras, esse primeiro apoio é que vocês deveriam utilizar, uma parceria com o
2828 conselho de medicina, com os conselhos de psicologia, por exemplo, aqui tem a
2829 Cynthia, eu não vou poder ouvi-la, mas já estou levando aqui um vasto documento que
2830 o conselho de psicologia nos passou, são 13 pontos, eu até discordo de alguns pontos,
2831 mas isso não vem ao caso. Pois bem, essas são as considerações que nós gostaríamos
2832 de tecer enquanto conselheiro e dizer se o viés de combate, de acolhimento a esses
2833 doentes que estão aí pelos quatro cantos do país não deve a Polícia Militar e as forças
2834 policiais devem ficar fazendo o seu papel bem longe desse trabalho de recolhimento
2835 dos usuários de crack. Vocês não vão precisar da polícia, esqueçam as forças policiais,
2836 esse é o nosso entendimento. Esqueçam as forças policiais no primeiro momento, no
2837 segundo momento, eu tenho certeza que vocês vão buscar o apoio da Polícia Militar, se
2838 não der certo, mas a gente só sabe se experimentar. Eu entendo que deve ser tratado
2839 como uma doença, é um fenômeno social, sim, é uma epidemia, sim, então tem que ser
2840 tratado como qualquer outra epidemia resguardada a questão do tráfico que existe para
2841 poder mantê-los nesta infeliz vida que alguns estão levando. Muito obrigado a todos.

2842

2843 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega (Departamento de Polícia Federal – DPF):**

2844

2845 Achei muito interessante o plano e eu acho que se nós formos fazer aqui um simples
2846 exercício mental, vamos chegar à condição de que a prevenção com relação a essa
2847 questão, ela parte de uma linha causal bem simples. Você tem um fator educacional e

2848 cultural no primeiro momento, depois você tem um conseqüente na área de saúde e,
2849 por último, você teria na área de segurança pública. Eu achei muito interessante a
2850 colocação com relação a vocês que estão trabalhando sobre a ótica de fazer
2851 multiplicadores nessa questão da prevenção. Mas, eu queria saber de vocês também
2852 como está, pelo que eu entendi esse programa é de caráter horizontal está sendo
2853 conduzido pela Presidência da República e é interministerial também com várias partes
2854 interagindo nessa área. Eu queria saber como está sendo visto, principalmente, na área
2855 de educação, na área de cultura as ações com relação à prevenção. Por que eu digo
2856 isso? Uma visão bem simples, não é como profissional de segurança pública não, é
2857 como cidadão. No início dos anos 80, eu tive uma palestra sobre essa questão de
2858 drogas no meu colégio e isso talvez tenha me ajudado muito a ter resolvido a minha
2859 situação. Naquele momento, nos anos 80, eu estudava em colégio religioso e foi
2860 encampado pela CNBB e em todos os colégios religiosos do Brasil foi feito algum tipo
2861 de atuação com relação a isso. Eu queria saber como é que está, não só a formatação
2862 de multiplicadores, mas como é que está essa interação com a sociedade como um
2863 todo. E você fazer uma campanha, realmente do caráter primário, que é fator
2864 educacional e o fator cultural e levantar o tema para a sociedade como um todo e evitar
2865 realmente porque se nós tivermos no aspecto cultural e educacional já a prevenção
2866 inicial não vai desencadear uma grande despesa na área de saúde e muito menos na
2867 área de segurança pública, que são os conseqüentes.

2868

2869 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2870 **Pública – presidente do Conselho):**

2871

2872 A articulação está sendo feita, Nóbrega, quando a gente está nessas reuniões a parte
2873 da SEDH, a Casa Civil, a Secretaria-Geral da Presidência estão trazendo a sociedade
2874 civil para discussão. Então, quando estamos no fórum trabalhando institucionalmente os
2875 cronogramas, os conselhos, a sociedade civil e, normalmente, a gente tem buscado
2876 apoio, sim, da área da educação e da cultura para essa articulação e junto com a
2877 Secom que é de suma importância para a gente neste momento porque é uma
2878 campanha nacional, então o que tem sido feito por eles. Gandra, quando eu falei que o
2879 tráfico está sendo enfrentado pela própria da Polícia Federal, a Polícia Rodoferroviária
2880 Federal e a polícia dos estados eu quis dizer o grande tráfico. Nós estamos, sim, por
2881 meio da Inteligência onde nas quatro capitais que eu citei aqui, já trabalhando por meio
2882 da Inteligência e feito apreensões. Se vocês verificarem o número de apreensões é
2883 grande, elas têm subido muito. E a área da Inteligência, você que é policial e todos que
2884 são policiais aqui entenderam o que estou falando. Eu não vou entrar em detalhes, mas
2885 que está sendo feito está sendo feito diretamente nessas capitais e com o trabalho
2886 articulado com as policiais. Então, quando você fala eu não vejo no plano, eu falei no
2887 eixo autoridade o que a área da Inteligência está trabalhando, o que a gente não vai
2888 fazer em hipótese nenhuma detalhar, nem como e nem quantos policiais estão fazendo,
2889 nada disso. Mas, posso dizer que tem uma diretoria da Polícia Federal e da Polícia
2890 Rodoferroviária Federal somente trabalhando nesse perfil. Para a Polícia Federal e a
2891 Polícia Rodoferroviária Federal foi autorizado, para as duas forças, concursos públicos
2892 exatamente para fixação na fronteira com vistas ao tráfico. A área de Inteligência tem
2893 trabalhado, o que a gente não quer é o policial estar trabalhando na cena de uso junto
2894 com a assistência social e com a saúde. Porque sabe o que vai acontecer? O nosso
2895 pessoal da saúde e da assistência social vai ser encarado lá dentro como caqueta, o
2896 X9. Se ele entra, vai lá, oferece tratamento, daqui a polícia vem e prende, o que
2897 acontece? Vamos perder a ambiência de trabalho lá dentro. Então, estamos fazendo
2898 fora da cena essas apreensões. Não é que vai deixar de fazer porque se a gente não
2899 cortar a oferta lá dentro, é lógico, isso é toda a essência do plano, você tem que cortar a

2900 oferta. Embora você cortar a oferta ali não significa que o cara não vá buscar em outro
2901 lugar, é como você falou, é *delivery* não é o fato de você só cortar a oferta ali que você
2902 fechou a droga de chegar ali na cena de uso. Não é isso, mas é buscar essa rede que
2903 está fazendo essa entrega, mas nunca lá na cena.

2904

2905 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

2906

2907 Bom dia a todos. Eu queria primeiro pedir um tempinho talvez a mais, embora eu nem
2908 tenha começado, mas eu gostaria de fazer algumas considerações e eu não sei se o
2909 tempo normal que é dado vai ser suficiente.

2910

2911 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2912 **Pública – presidente do Conselho):**

2913

2914 Eu só vou alertar o seguinte: eu já fiz essa intervenção aqui pela manhã pedindo, eu
2915 tenho que me retirar ao meio dia, eu tenho uma audiência na Casa Civil a uma hora da
2916 tarde e a Cátia me acompanha porque é exatamente a sala de situação. Nós temos
2917 inscritos depois da conselheira Cynthia: conselheiro João Francisco, conselheiro
2918 Mariano, conselheiro Jacini, conselheiro Héder, Tião, Sá Ribas, Elder, Geraldo, Tereza,
2919 Marcos Rezende, Marcos Dias, Eliana e Almir. Eu só pondero isso porque é o seguinte
2920 vocês podem até continuar, mas eu não estarei aqui na parte da tarde, não há problema
2921 de continuar, só estou avisando que não estarei aqui.

2922

2923 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

2924

2925 É que ontem, Regina, nós pactuamos que ...

2926

2927 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2928 **Pública – presidente do Conselho):**

2929

2930 Mas, acontece que eu não estava aqui e a inversão de pauta pode ser feita pelo
2931 plenário, mas as consequências...porque vocês invertem a pauta aqui, mas eu não
2932 consigo inverter a minha na Casa Civil, por lá são 5 ministros que fazem parte dessa
2933 sala de situação.

2934

2935 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

2936

2937 O negócio é o seguinte, ontem nós aprovamos uma dinâmica para essas apresentações
2938 e o resultado delas é o seguinte: apresenta, tem esse debate aqui, depois a Câmara
2939 Técnica específica, ampliada com outros conselheiros que queiram participar tratam do
2940 tema com mais profundidade. Então, sugiro que no caso da Cynthia que tem muita
2941 contribuição a fazer, que ela faça as considerações dentro do tempo possível e ela se
2942 integre à Câmara Técnica que vai trabalhar esse tema.

2943

2944 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

2945

2946 Bem, a primeira coisa que eu gostaria de pontuar, eu sei que é tensionado falar neste
2947 assunto, especialmente porque o Conselho Federal de Psicologia faz parte de uma
2948 frente que tem na verdade questionado e discutido a política de enfrentamento ao crack,
2949 então, isso certamente gera certo tensionamento, não só na apresentação, como até na
2950 discussão do tempo que eu queria para falar. Isso eu sei que atravessa, não é uma
2951 coisa específica, eu acho que isso faz parte um pouco do processo e tudo bem.

2952

2953

A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança Pública – presidente do Conselho):

2954

2955

2956

2957

2958

2959

2960

2961

2962

2963

2964

2965

2966

2967

2968

2969

Conselheira, desculpa, a senhora tem todo tempo do mundo se esse plenário pactuar que a senhora fique falando aqui. Eu não disse que iria cortar a sua fala. Não foi essa a minha fala. E nem que tenha intencionalmente cortado o tempo. Porque veja bem: eu não sou dona do plano e eu tenho todas as dúvidas que a senhora tem, eu coloquei aqui antes de começar, a senhora não estava aqui conselheira. Não sou dona do plano, não tenho a verdade, gostaria de tê-la para que a gente pudesse sair tratando todo mundo que está precisando. Esse plano está em construção. Então, a sua fala será bem-vinda, as suas pontuações serão levadas como de qualquer outro, eu não tive intenção alguma nem de diminuir a sua fala e nem de nada. Se o plenário disser a conselheira vai ficar falando 3 horas aqui, não tem problema, eu só alertei que terei de me retirar. Só isso, então, a senhora não tem o tempo cortado, nem sua fala cortada por ser contra o que está sendo posto aqui, mesmo porque nem tudo também eu sou a favor. Eu não tenho a verdade, eu não sei o que é a verdade e o que não é.

2970

A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):

2971

2972

2973

2974

2975

2976

2977

2978

2979

2980

2981

2982

2983

2984

2985

2986

2987

2988

2989

2990

2991

2992

2993

2994

2995

2996

2997

2998

2999

3000

3001

3002

3003

Eu estou só colocando, me desculpa, mas eu nem falei nada disso. Eu acho ruim porque a impressão que eu tenho é que às vezes estou na sala de aula, a gente está em um conselho onde as oportunidades de falas são democraticamente estabelecidas, assim como quem está conduzido a mesa teve o tempo para justificar, eu acho ruim também uma conselheira dizer: “Fala logo, fala logo”, eu estou em um contexto de equidade. Por isso, que eu me sinto à vontade para organizar minha fala. E o que disse é que há um tensionamento, não personalizei o tensionamento, e não acho que a nossa conversa aqui tem que ser uma conversa tencionada, de sabatina. Eu acho que uma conversa que nós, enquanto conselho, vamos sair com uma concepção do que é o plano, vamos nos posicionar e o que a gente está fazendo aqui é qualificar esse debate, ouvindo diversas possibilidades, eu não estou aqui para falar: “Você fez isso? Ah, eu não fiz” eu nem estou dizendo que estão dizendo que eu estou fazendo isso, mas temo que isso venha a acontecer no decorrer do processo. Mas, eu gostaria de fazer algumas considerações com relação ao plano e que acho que vale a pena o Conasp ser informado um pouco do processo a partir da nossa leitura, do Conselho Federal de Psicologia, que esse plano foi concebido, mas não foi concebido, pelo menos temos notícias, com a participação de sociedade civil. Essa é a primeira coisa que eu gostaria de pontuar. Houve reuniões interministeriais de fato e tal, mas a sociedade civil não foi chamada para discutir, os conselhos de direito, inclusive nós mesmos aqui, não me lembro de termos sido chamados em alguma reunião para discutir um plano de um enfrentamento, a questão do crack. Então, a primeira consideração que eu acho que a gente deveria se manifestar enquanto conselho é publicar isso e falar: “Olha, isso não foi legal, isso não segue os padrões de uma política pública e democrática”. Outra questão que eu gostaria de pontuar é que a questão do crack tem hoje participado das mídias, saindo na televisão o tempo todo, mas a gente tem brincado e dito assim: “segura o crack que lá vem os craques”. A gente sabe que estamos no processo da Copa do Mundo e, de repente, em um dado momento, o crack passou a ser a grande epidemia. Ontem eu vi uma reportagem que a ONU, inclusive, questionou o Brasil que nós não temos dados atualizados sobre o consumo de drogas no país. Então, acho que é outra lacuna que precisa ser pensada. Ao se pensar uma política de enfrentamento, onde é que estão os dados que apontam a emergência de uma política específica. Esses dados eu desconheço, não vi. Eu já vi dados do Ministério do Desenvolvimento

3004 que aponta que a população de rua 4% consomem crack. E, de repente, a população de
3005 rua virou o mote e o foco de uma política de enfrentamento ao crack. Estou para
3006 esperar uma política de enfrentamento às raves, estou esperando uma política de
3007 enfrentamento às Ambevs da vida, mas a gente sabe que o álcool, na verdade, é a
3008 grande, se é que a gente pode dar esse nome, é a grande epidemia, mas não se fala
3009 em álcool. Álcool sai na televisão, coloca no máximo lá: “Se beber não dirija ou então se
3010 dirigir não beba” tem até um negócio que mexe com a cabeça da gente, a ordem das
3011 coisas para não comprometer a publicidade. Então, a gente questiona isso: por que o
3012 crack? Porque o crack se transformou nessa epidemia? Porque o que passa na
3013 televisão não é exatamente o que a vida real revela. Então, por isso a gente precisa,
3014 sim, de indicadores, de dados estatísticos porque senão a gente começa a construir
3015 políticas em cima de dados que são construídos e não, efetivamente, retirados da vida
3016 real. Então, essa é outra consideração que eu acho que seria legal, apresentar é
3017 importante, apresentar aqui no plenário esses dados estatísticos que apontam essa
3018 evidência e essa chamada epidemia porque eu só vi falas. Não vi ainda os dados
3019 concretos disso. A outra questão então, voltando, o foco hoje nas cracolândias, a gente
3020 sabe que desde que começou a discutir a questão, nós achamos importante, primeiro
3021 assim, é importante ter política pública, sim, voltada para a questão de álcool e outras
3022 drogas, não é essa a questão, a questão é o recorte que se faz. Determinadas políticas
3023 que são consolidadas muitas vezes acabam por violar direitos, mesmo que bem
3024 intencionadas. Eu estou me lembrando da frase do Rapa “no fundo todo camburão é um
3025 navio negreiro”. Quando a gente se naturaliza determinadas lugares como, por exemplo,
3026 todo consumidor de crack é morador de rua. Isso não é verdade. Inclusive, a própria
3027 população de rua, eu não tenho notícia, as associações de moradores de rua, se eles
3028 estão participando desses processos de construção da política porque eles estão sendo
3029 os mais afetados, são eles que estão sendo retirados dos seus espaços de convivência,
3030 eles é que estão sendo levados, diz que é espontaneamente, mas, ora, mesmo com a
3031 preocupação que a apresentação colocou de não levar o policial para cena de uso e tal,
3032 essa é a ideal, mas a gente sabe que não é isso que tem acontecido nos estados e a
3033 gente não tem exatamente um grande controle sobre isso. Têm acontecido as
3034 internações, a gente sabe que a reforma psiquiátrica coloca, não é que a internação
3035 seja algo proibida, mas é algo a ser utilizada em último caso. E a internação
3036 compulsória demanda um processo legal. A gente vai chegar a um ponto que vai ter juiz
3037 lá na porta perto dos moradores de rua só para assinar e onde está a defesa? Onde
3038 está o contraditório? Para você internar compulsoriamente alguém precisa de um
3039 processo legal. E essas coisas não têm acontecido. A gente tem essa preocupação e
3040 sabemos e vale também ressaltar e como eu digo: por que o foco está na população de
3041 rua? O que tem acontecido midiaticamente. O plano não está destinado à população de
3042 rua, isso eu sei, não tem nada no plano que aponte o morador de rua, mas nós
3043 sabemos que todas as vezes que nós ouvimos as falas, todas as vezes que ouvimos as
3044 apresentações, as referências são as cracolândias e a referência é o crack. O próprio
3045 plano tem o nome do crack. E a gente sabe que nesse imaginário a ideia de que o lugar
3046 que ocupa a droga é a população de rua. Então, eu acho que ela está sendo violada de
3047 muitos direitos e, principalmente, crianças e adolescentes.

3048

3049 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

3050

3051 Eu queria que a gente pudesse também ter nesse debate a oportunidade, eu sei que é
3052 rica, a sugestão de Tião é maravilhosa, você poderia acolher porque tem, acho que vai
3053 ficar inviável da gente participar.

3054

3055 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

3056

3057 Almir, eu quero dizer uma coisa, eu pedi inclusão de ponto de pauta deste tema, para
3058 apresentação, é um conselho de direito tão atípico dos que costumo participar, deixe-
3059 me colocar uma consideração. Eu pedi um ponto de pauta para apresentar, a pauta que
3060 chegou, eu falei ontem, não veio atendendo obviamente a nosso pedido, mas veio
3061 dizendo que o governo apresentaria, eu disse tudo bem, eu acho que estou aqui
3062 qualificando um processo que nem sei se os conselheiros participaram, nós do CFP
3063 participamos ativamente e estamos falando de algumas questões e eu peço 2 minutos
3064 para concluir a minha fala.

3065

3066 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

3067

3068 Acho sensato demais, parabéns!

3069

3070 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

3071

3072 Quando a gente desagrada o outro vira sensatez. Bem, para usar meus dois minutos de
3073 uma forma mais efetiva, pontuar então o quê? Outra questão, talvez a questão mais
3074 controversa desse plano é a inserção das comunidades terapêuticas na rede de
3075 atendimento. Nós fizemos uma inspeção em setembro em algumas comunidades, vocês
3076 estão aí com os relatórios dessa inspeção, e nós identificamos uma série de violações.
3077 Comunidades chamadas terapêuticas, mesmo que digam: “Ah, mas vai ter tal
3078 característica”, quando o governo diz como é que tem que ser as características dessa
3079 comunidade terapêutica para acolher a pessoa, essa comunidade terapêutica vai mudar
3080 de natureza. Ela vai virar uma clínica e uma clínica que vai receber dinheiro do governo
3081 para internar. Eu vi, eu já tive notícias de clínicas que receberiam, notícias, não posso
3082 dizer com segurança, mil reais por pessoa, uma clínica não vai abrir mão nunca desse
3083 cara. Se ela recebe dinheiro e o dinheiro dela vem da internação, você não acha que ela
3084 vai querer internação? Óbvio que vai querer internação. Então, precisamos cuidar e
3085 valorizar o quê? Fortalecer o SUS. Inclusive este plano é questionado por duas
3086 conferências que nós tivemos, e nós que somos aqui o Conasp, o conselho de direito,
3087 que estamos pensando em Conseg, em participação de vozes coletivas, em dois
3088 coletivos como a Conferência de Saúde que teve no final do ano passado e a
3089 Conferência de Saúde Mental baniram a inserção das comunidades terapêuticas. Não
3090 estou falando do CFP, estou falando de pessoas que trabalham com saúde e que
3091 estavam nessas duas conferências. As teses, repúdios e moções são totalmente
3092 contrários à inserção desses equipamentos. Essas são algumas questões, já me
3093 inscrevo de novo.

3094

3095 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
3096 **República):**

3097

3098 Eu procurarei ser breve. Vejam só, na verdade eu queria fazer encaminhamentos,
3099 porque não sei se todos, eu mandei até por e-mail, e todos eu já sei que conhecem.
3100 Existe o site oficial que é enfrentando o crack. E lá tem todas as informações. Essas
3101 informações nós podemos também aproveitar para fazer essas colocações. Outra coisa
3102 é que eu pedi à Secretaria-Executiva que pudesse encaminhar, deixar bastante
3103 disponível aos conselheiros, ainda que tenha lá no site, o decreto que instituiu o plano
3104 para termos mais conhecimento, aprofundar as portarias. E outra situação também é
3105 que já que estamos tentando trabalhar com articulação, o que nós podemos aproveitar
3106 da Política Nacional de Drogas em tese o nosso colega , criminal, temos a Política
3107 Nacional Criminal que foi feita logo no final do ano passado e ainda também colega

3108 Cynthia temos também a Política Nacional de Álcool. O que estou tentando dizer é que
3109 nós pegamos esses normativos e tentar aproveitar para as nossas colocações. Outra
3110 situação também é que embora o plano tenha o nome de crack, aí também está
3111 contemplado porque é o enfrentamento do crack e outras drogas, o que estaria incluso
3112 também o álcool. Nessa construção, eu vejo de extrema importância que antes de
3113 qualquer pronunciamento deste Conasp na nossa função pautada na segurança e na
3114 violência, diante de cada atribuição, de cada conselho, de cada segmento, é nós
3115 articularmos com outros conselhos que envolvem também intimamente com essa
3116 questão, por exemplo, como a colega falou, as unidades terapêuticas que vão envolver
3117 os conselhos de saúde, o próprio Conselho Nacional de Drogas, o Conselho de Direitos
3118 Humanos, e como já falamos aqui, crianças, o Conanda. Então, até mesmo para este
3119 pleno conhecer mais a situação é importante que até mesmo o que nós pensamos
3120 fôssemos até a esses conselhos e perguntássemos o seguinte: o que vocês estão
3121 pensando, o que podemos comungar? O que é diferente? Qual é a contribuição? O que
3122 vocês já sabem que pode nos contribuir para melhorar ou fazer qualquer ponderação
3123 quanto ao plano? Então, por isso que a questão das comunidades terapêuticas, que a
3124 conselheira falou, embora tenha sido assim construído, veja assim que dessas
3125 comunidades terapêuticas mais focadas nas questões de saúde, que aí não sei se
3126 estou errado, fugiria um pouco da competência deste conselho, mas nisso relacionada à
3127 segurança, nada impede também da gente ir lá ao Conselho de Saúde, no Ministério da
3128 Saúde para saber por que foi assim ou também como podemos também construir de
3129 outra forma. Além disso, eu queria dizer apenas que, pelo que eu tenho conhecimento,
3130 a secretária pode falar, parece que houve a participação social, eu não sei até que
3131 ponto ou qual era a abrangência, ou como deveria, se foi a almejada pelo segmento
3132 social ou não, mas pelo menos foi um plano que teve essa participação social. Eu posso
3133 dizer que isso na Saúde teve um caráter bem importante na questão da participação
3134 social. Como ela falou a questão da epidemia, eu não sei se está lá no decreto em
3135 nenhum momento está dizendo que o crack seria uma epidemia. Eu não sei se a
3136 conselheira poderia me auxiliar. Se é uma questão de mídia ou se tem algum
3137 documento ou alguma palavra que o crack vinha sendo tratado como epidemia, eu
3138 realmente desconheço isso. Então, deixo o meu encaminhamento de encaminhar esses
3139 normativos, usar os conselheiros para que nós aprofundemos mais a matéria e
3140 poderemos trazer nossa contribuição é fundamental que nós construíssemos depois uma
3141 metodologia, é um encaminhamento também, construir a metodologia, já que ontem foi
3142 acordado que ficará, Elder, você não estava aqui ontem, a cargo da nossa Câmara
3143 Técnica, ela ficará responsável pela questão do crack. Então, temos de construir essa
3144 metodologia para quando nós formos receber a contribuição de todos vocês, mas sendo
3145 fundamental que nós tenhamos articulação com outros conselhos.

3146

3147 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
3148 **Municipais de Segurança Pública):**

3149

3150 Bom, primeiramente, eu gostaria de pedir a todos, sempre que a gente faz alguma
3151 referência ao estado de São Paulo, a gente percebe aqui existe algum preconceito,
3152 então, por favor, não é esse o objetivo. A gente tem o objetivo é de contribuir. As coisas
3153 que foram feitas lá deram certo. O objetivo aqui é só mostrar. Não é enaltecer, nada
3154 disso. A gente sabe que este ano é um ano delicado, um ano político, um ano que
3155 teremos eleições, os partidos estão interessados em ganhar as eleições nas capitais
3156 mais importantes, a gente sabe de tudo isso, mas deixando isso de lado, doutora, eu
3157 gostaria de dizer que lá em São Paulo foi estudado minuciosamente, eu tenho
3158 fotografias aqui que eu posso para aqueles que quiserem ver, que lá nós tínhamos uma
3159 população de 600 pessoas consumindo crack e sendo abastecidas por traficantes.

3160 Como que eles iriam chegar nessas pessoas se não fosse por intermédio,
3161 primeiramente, da policia. Então, esse plano deve ser mudado e deve ser adaptada a
3162 cada estado de acordo com a peculiaridade local. Não dá para fazer uma receita de
3163 bolo padronizado e ser aplicado em todos os estados. Agora, o que eu gostaria de
3164 sugerir à senhora, doutora Regina, é com relação à valorização da Polícia local. Eu
3165 entendo que toda vez que a senhora leva para um estado a Polícia Federal, leva Polícia
3166 Rodoferroviária Federal, primeiro, está desviando de sua finalidade, de suas atribuições
3167 e está deixando de reconhecer o valor da polícia local. A polícia local se sente
3168 desprestigiada, isso eu entendo, é importante a participação da Polícia Rodoferroviária,
3169 da Polícia Federal é importante, sim, em determinados locais, acho até que pode ser
3170 importante, mas o que sugiro é que, primeiramente, fizesse uma avaliação e valorizasse
3171 o policial local. Eu entendo que ele se sente prestigiado quando é levado para uma
3172 missão específica. Porque tem locais que é atribuição da polícia local, não da Polícia
3173 Federal. Nós tivemos um exemplo lá no Rio de Janeiro que o inspetor foi gravado
3174 dizendo: “Olha, nós viemos aqui só para fazer uma figura aqui” isso foi gravado, passou
3175 na televisão, então, isso é uma sugestão que eu gostaria de fazer para a senhora. E
3176 outra situação é com relação à ocupação das áreas pela comunidade. Toda vez que a
3177 comunidade deixa de ocupar uma área, deixa uma praça abandonada, deixa uma rua
3178 abandonada, esses locais facilmente são ocupados por traficantes e viciados de droga.
3179 É preciso então que crie condições para que os moradores locais, as pessoas das
3180 comunidades locais possam ocupar esse espaço. Isso é a minha sugestão aqui com o
3181 objetivo de contribuir, apenas isso.

3182

3183 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3184 **Pública – presidente do Conselho):**

3185

3186 Bom, eu só vou fazer uma fala rapidinha sobre a Polícia Federal e a Polícia
3187 Rodoferroviária Federal. Nós não entramos em lugar para usurpar competência de
3188 ninguém não. Nós estamos fazendo aquilo que é da nossa competência enquanto
3189 Governo Federal. E a todo tempo, quem tem sido qualificado para ocupar os lugares é a
3190 polícia do estado, eu deixei bem claro. Toda a capacitação é feita com a polícia do
3191 estado. Agora, também, já nessa linha de franqueza muitos estados têm nos pedido,
3192 sim, para entrar com a Polícia Federal para ajudar a limpar a própria polícia do estado
3193 que está lá ajudando o tráfico. Desculpa, eu nem queria entrar nesse ponto porque eu
3194 sou defensora da polícia, mas aí também, a polícia, a gente tem que entender o
3195 contexto e os próprios estados têm pedido para isso. Agora mesmo estamos fazendo
3196 uma operação no estado de Goiás e vocês viram o que aconteceu lá. Todo policial é
3197 aquilo que está lá? Mas acontece que tem que acontecer, temos que limpar o joio do
3198 trigo. E outra coisa, eu queria que fosse entendido o seguinte: em nenhum local ainda
3199 não foi posto em prática esse programa que eu falei aqui. Outra premissa. Da mesma
3200 forma que eu sei que nem toda moradora em situação de rua é usuária, eu também sei
3201 que nem toda comunidade terapêutica é uma comunidade terapêutica que não possa
3202 entrar na nossa rede. E no fórum de população em situação de rua, eu faço parte desse
3203 fórum, isso tem sido exaustivamente debatido porque a gente sabe sim que nós não
3204 temos o direito em momento algum de vitimizar essa categoria. A população em
3205 situação de rua tem o discernimento, ela quer morar na rua, tem muitos que querem
3206 morar lá. Isso é opção e ela vai ficar lá na rua. Isso não quer dizer que ele não é um
3207 cidadão de bem, cidadão do mal, não é isso, ele é um cidadão que optou por viver na
3208 rua, é uma decisão dele, desde que ele não esteja cometendo crime, ele vai ficar lá na
3209 rua e o Estado tem que ampará-lo na decisão dele. A rede de saúde tem que estar
3210 pronta para amparar, a rede de assistência tem que estar pronta para amparar, ele
3211 optou por isso. E daí? Muitos deles querem depois fazer a opção por sair. Então, a

3212 gente não tem nem vitimizado, nem caracterizado ninguém como o usuário. Todo
3213 morador de rua é um usuário, isso é um absurdo. Bom, o ministro está me chamando
3214 com urgência ao telefone.

3215

3216 **O Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini (Colégio Nacional dos Secretários de**
3217 **Segurança Pública – Consesp):**

3218

3219 Bem, senhores, antes de entrar na questão, eu vou lembrar a todos que nós tivemos a
3220 Lei 6368/76 que foi uma lei que vigeu durante 40 anos. E era uma lei que tinha 5
3221 capítulos que tratavam da prevenção e os programas e projetos de prevenção às
3222 drogas de uso e abuso, as drogas lícitas e ilícitas, tímidas, muito timidamente, foram
3223 enfrentadas pelos governos durante esses 40 anos. Hoje temos uma nova lei. E essa
3224 nova lei já tem 6 anos. E após 6 anos, o Governo Federal, o governo estadual e os
3225 governos municipais, nos 3 níveis elaboraram um plano e esse plano está em
3226 construção. O plano estando em construção, o que significa isso? A execução desse
3227 plano vai sendo ajustada durante a sua execução. É o óbvio que tem que ser dito.
3228 Então, os atores, os responsáveis, os gestores por essa execução do plano, estarão
3229 permanentemente aperfeiçoando o plano em sua execução, agregando novas
3230 demandas, agregando novas visões, novos viés de todos os segmentos da sociedade.
3231 A grande importância desse plano é que ele está saindo do papel, com todos os
3232 defeitos que possam ser encontrados e com todos os defeitos que podem ser ditos. Mas
3233 com um predicado, está sendo executado, o que nunca aconteceu das vezes anteriores.
3234 Das vezes anteriores sempre timidamente, muito timidamente. Então, eu fiz essa
3235 primeira digressão a respeito do plano. Confio muito no plano e sei também que ele vai
3236 agregar ao longo de sua execução ideias de todos os segmentos da sociedade. Com
3237 relação à articulação entre outros conselhos, nós temos dentro do Ministério da Justiça
3238 e dentro dos estados vários conselhos tratando de matérias específicas. Na questão
3239 prisional, nós temos o Conselho Nacional de Política Penitenciária e temos o Conselho
3240 Nacional de Secretários de Justiça que tratam da questão prisional e que se debruçam.
3241 Eu sou o presidente do Consesp, Conselho Nacional dos Secretários de Segurança
3242 Pública, e trago para os senhores a informação de que o Consesp trabalha em câmaras
3243 temáticas, e uma das câmaras temáticas é a Câmara de Legislação que já estudou e
3244 selecionou dos 1.500 projetos sobre segurança pública que estão em andamento no
3245 Congresso Nacional selecionou 45 e apresentou esse estudo ao Senado para que eles
3246 soubessem o que é que os secretários de segurança pública elegeram aqueles projetos
3247 que mais atendem à segurança pública no Brasil. Nesse sentido, já tivemos uma
3248 primeira reunião com a Subcomissão e teremos outra agora em março já com assuntos
3249 a serem estudados como, por exemplo, drogas, lavagem de dinheiro, contravenção
3250 penal, milícias, esses assuntos que estão sendo estudados por uma comissão de
3251 notáveis. E essa reunião nós teremos agora dia 8 de março para tratar dessa questão.
3252 Dito isso, eu encerro as minhas palavras e agradeço a atenção de todos. Muito
3253 obrigado.

3254

3255 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
3256 **Militares Estaduais. ANASPRA**

3257

3258 Bom dia a todas e a todos. Evidentemente que aquilo que foi posto e colocado ontem
3259 que essa nossa participação agora seria um pequeno debate, mas que o conselho trará
3260 para si a responsabilidade de discutir o plano e contribuir e aí, conselheira Cynthia, as
3261 contribuições da conselheira Cynthia serão muito bem-vindas e discutidas no momento
3262 oportuno. Eu fiquei extremamente feliz enquanto praça, representantes dos praças de,
3263 pela primeira vez, um plano pensado e que não se utiliza o estado através dos praças

3264 para reprimir algo que não é da segurança pública. Porque nós que somos policiais e
3265 bombeiros militares, vou falar mais especificamente como policiais militares, temos sido
3266 constantemente utilizados pelos governos como forma de higienizar as cidades dos
3267 grandes centros urbanos. E aí não restará sob outra categoria senão o ódio, talvez eu
3268 use aqui uma expressão muito forte, mas o ódio, a repulsa às ações policiais. As
3269 polícias têm que ser usadas para o povo, para o cidadão, não contra o povo. Eu poderia
3270 citar inúmeros casos, por atuar nessa área, por ser policial de que um cidadão menos
3271 favorecido da sociedade, que dorme debaixo de uma marquise, você compelido a retirá-
3272 lo dali, sem que ele faça absolutamente nada, ele já um desprivilegiado financeiro social
3273 e economicamente e aí por estar aquele cidadão num grande centro urbano próximo a
3274 um banco vai lá e chama a polícia para tirar o cidadão. Então, somos muito utilizados,
3275 sim, como instrumento do estado contra o cidadão. Eu tenho que deixar registrado aqui
3276 a imensa satisfação porque com todas as questões que precisam ser aperfeiçoadas,
3277 alguém teve o discernimento de dizer: “Não usem o praça”, porque quem vai é o praça,
3278 e é ele que é visto todo dia, e é ele que é visto todo dia no cotidiano de suas ações para
3279 combater algo que não é da segurança pública. E muitas questões da segurança
3280 pública precisam ser repensadas a partir desse pressuposto, nem tudo é segurança
3281 pública. E me preocupo muito, e aí são só informações preliminares que vem aí um
3282 grande processo de higienização em razão de Copa do Mundo nos grandes centros
3283 urbanos onde terão as sedes. Anaspra repudia veementemente esse tipo de ações que
3284 somos utilizados pelos estados para limpar a cidade e deixá-las aos olhos vistos de que
3285 o problema inexistente. Nós só fazemos ações desse tipo com que se migre o problema.
3286 Então, hoje eu me sinto contemplado e em respeito à profissão que eu fui respeitado.
3287 Porque não basta, até por conta da estrutura militar hierarquizada nossa que o governo
3288 chama o comandante-geral e lhe dá ordem e ele repassa a ordem, sequer tem
3289 condições de contestá-la. E possuindo neste conselho dois grandes representantes, o
3290 representante do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais e dos Secretários
3291 Nacionais de Segurança Pública que isso passa a ser uma prática. De não conformar
3292 com o poder político que quer limpar a cidade se utilizando dos policiais como o seu
3293 meio. As políticas públicas de segurança precisam ser repensadas porque isso para nós
3294 é histórico. É a pela primeira vez na história que se cria um plano nacional e não coloca
3295 o policial como ponta de frente porque ali não é problema. Compreendi a essência do
3296 plano e acho que a investigação, o processo de busca daqueles que fomentam o tráfico
3297 de drogas, isso não tem discussão, ficou muito claro. Mas, o fato de nós não estarmos
3298 na linha de frente para mim já denota que esse plano tem tudo para dar certo porque
3299 não adianta eu fardado chegando num lugar eu causo é repulsa, eu sou visto de uma
3300 forma como não integrante do sistema. E é assim mesmo. A função nossa, infelizmente,
3301 era essa porque é assim que o Estado deseja. Então, eu quero deixar registrado aqui,
3302 eu não, a Anaspra deixa registrado que corrobora com este procedimento, defende este
3303 procedimento e problema de crack não é só em São Paulo ou no Rio, em Belo
3304 Horizonte existe, existe em todas as capitais. Então, nós queremos fazer parte do
3305 processo em outro contexto. Para falar da realidade das polícias no Brasil, Minas
3306 Gerais, por exemplo, tem a PPA, patrulha de prevenção ativa. Tem uma patrulha que
3307 atua inclusive nos casos de brigas de marido e mulher, patrulha de provimento de
3308 atuação familiar. Porque a pessoa tem que ser especializada para chegar ali. Eu não sei
3309 como é que funciona o Proerd nos outros estados, mas eu tenho conhecimento de que
3310 locais, por exemplo, que as escolas particulares não admitem o Proerd. Isso é um
3311 grande engano. Isso é criminalizar a rede pública de ensino. E nós sabemos que a
3312 droga está nas escolas públicas e particulares. E o Proerd não entra nas escolas
3313 particulares. Obrigado.

3314
3315

O Sr. Luiz Carlos Nóbrega (Departamento de Polícia Federal):

3316
3317 Só gostaria de fazer duas colocações em virtude da fala do coronel. Primeiramente ele
3318 disse que. em alguns momentos, o MJ levaria a Polícia Federal para intervir nos
3319 estados. Primeiramente não há intervenção, a Polícia Federal está em todos estados.
3320 Cada estado da Federação tem uma Superintendência Federal e, diga-se se passagem,
3321 a maior dela é a de São Paulo, como quase tudo neste país, a maior é de São Paulo.
3322 Segundo, atribuição para tráfico de drogas ela é constitucionalmente da Polícia Federal.
3323 Na prática, nós realizamos muito bem um excelente relacionamento com as policias
3324 estaduais, civis, militares, diga-se de passagem, reforço, excelente relacionamento. E
3325 são feitos convênios entre a Polícia Federal e todas as polícias dos estados na parte de
3326 polícia judiciária com as polícias civis e na parte ostensiva com a Polícia Militar. Então, é
3327 um relacionamento muito bem feito com todas as instituições de segurança pública de
3328 combate ao tráfico, mas não há usurpação, não há intervenção. Até porque as
3329 modalidades de intervenção previstas na Constituição é *numerus clausus* são 6, 7
3330 *clausus* de intervenção que são decretados pelo Presidente da República e não é o
3331 caso. A Polícia Federal é uma polícia da União sim, mas é uma polícia da União e a
3332 União também está em todos os estados e também está nos municípios. Então, não
3333 tem nenhum tipo de usurpação de matéria de âmbito estadual de alguma forma e
3334 também não há intervenção de forma alguma por parte da Polícia Federal através do
3335 MJ em qualquer estado da Federação. E repito: em todos estados da Federação temos
3336 excelentes relacionamentos com as polícias estaduais e assim caminhamos em prol do
3337 bem público porque senão caminhasse haveria o quê? Uma destinação de valores por
3338 parte da União, dos estados e municípios, quando essa destinação tem como foco,
3339 como fundamento atingir o bem da sociedade, o bem público. Obrigado.

3340
3341 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

3342
3343 Vou procurar ser rápido. Em primeiro lugar como membro da câmara técnica de sistema
3344 de segurança e instituição policial, eu gostaria de solicitar ao Conselho de Secretários
3345 esse estudo que foi feito porque para nós é fundamental. Para ver quais são os projetos
3346 de leis que estão tramitando no Congresso e aqueles que têm mais a ver com o nosso
3347 dia a dia aqui no Conasp. Segundo lugar, eu queria pedir que fosse disponibilizada essa
3348 apresentação para todo conselho.

3349
3350 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3351 **Pública – presidente do Conselho):**

3352
3353 E ela está na íntegra no site citado pelo conselheiro João Francisco.

3354
3355 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
3356 **Segurança Pública):**

3357
3358 O site é www.brasil.gov.br/enfrentandocrack.

3359
3360 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

3361
3362 Outra coisa é que gostaria muito de fazer parte dessa Câmara Técnica que vai discutir
3363 esse tema. Então, eu já coloco meu nome à disposição. Outros países já viveram esse
3364 problema do crack. Tiveram as suas epidemias e graças a Deus superaram essa
3365 epidemia. Tenho certeza de que o Brasil também vai superá-la. A pergunta que eu faço
3366 é que se a gente conseguiu nesse planejamento beber alguma experiência
3367 internacional? Ótimo. Com relação à apresentação, à comunicação, eu diria apenas o

3368 seguinte: já existe um estudo, uma pesquisa de que mais eficiente do que os esportes,
3369 as campanhas que são veiculadas episodicamente no rádio, na televisão, na mídia é
3370 você ter uma comunicação, que chamamos comunicação inserida, ou seja, assim como
3371 a televisão faz o *merchandising*, você ter o tema sendo discutido nos programas, nas
3372 telenovelas. O impacto disso é muito maior do que as campanhas veiculadas de
3373 maneira geral. Gostaria muito de ver na figura da autoridade apresentada, não o policial,
3374 mas, de repente, uma policial. Com relação aos consultórios, são 308 consultórios na
3375 rua. A pergunta que faço é: quais serão os critérios para distribuir esses consultórios por
3376 cada estado? Outra coisa é: álcool e drogas, nós estávamos usando álcool e outras
3377 drogas, considerando também o álcool como uma droga. Quando você diz álcool e
3378 droga, parece que álcool não é droga, álcool é droga. De repente voltar essa
3379 terminologia álcool e outras drogas. Os conselhos estaduais e municipais estão sendo
3380 convidados para essas reuniões? Fazem parte? Saúde? Com relação ao tema de
3381 fronteiras é fundamental esse programa de enfrentamento nas fronteiras, aí nós
3382 sabemos que cada estado e aí posso falar pelo Rio, todo mundo sabe, a Inteligência da
3383 polícia sabe por onde entram as drogas, Avenida Brasil, Dutra, Washington Luís, a Baía
3384 de Sepetiba e a Baía da Guanabara. É tranquilo se você quiser fazer um combate
3385 menos, mas se você quiser fazer um combate por onde as drogas entram nos estados,
3386 as polícias têm também como combater, não só nas fronteiras, mas na sua própria
3387 fronteira de estado. Com relação aos projetos de lei que aqui foram citados que serão
3388 modificados, é fundamental que a gente coloque dentre aqueles três o
3389 Projeto 11343/2006 que trata da política de drogas no Brasil. Porque hoje embora haja a
3390 discriminação do usuário, todo usuário pobre, negro, favelado é preso como
3391 traficante e nós temos aí uma quantidade enorme de pessoas presas porque quem
3392 define que o cara é traficante ou não é o delegado ou é a polícia que prende. Então, é
3393 preciso mudar também a Lei 11343/2006. Com relação à formação das equipes que
3394 trabalham nesse plano, eu não sei, posso estar enganado, mas não vi uma formação
3395 específica para os policiais. Tem? Ótimo. Obrigado.

3396

3397 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**
3398 **Brasil):**

3399

3400 Eu queria só abordar, senhores, um aspecto relacionado com a composição do plano
3401 com o seguinte enfoque: historicamente temos tratado dessa questão quase que com
3402 exclusividade na esfera policial. Então, a gente ouve assim com certa surpresa quando
3403 surgem as críticas com relação à atuação policial no trato dessa questão, uma vez que
3404 ela decorre, exatamente, da omissão de todos os outros segmentos que deveriam estar
3405 cumprindo o seu papel de prevenção. E de uma maneira omissão e até certo
3406 irresponsável, deixaram que esse problema ao longo de décadas da nossa história
3407 ficasse sendo tratado exclusivamente pelos órgãos de segurança pública. Então, é
3408 irônico, até meio trágico ouvir aqui colocações de críticas aos órgãos de segurança
3409 pública quando na verdade a sociedade deveria quase estar fazendo um pedido de
3410 desculpas por ter cometido esse desatino de deixar só os órgãos de segurança pública
3411 tratar de um problema tão grave como esse. Quando não é atribuição própria e
3412 específica desses órgãos. Então, eu acredito que estamos vendo uma inversão total ao
3413 encarar esse problema. Hoje, à medida que a gente ouve essas colocações
3414 relacionadas com o plano, eu confesso aos senhores, que ainda sinto certo alívio
3415 porque parece que agora os segmentos que, efetivamente, são os responsáveis pelo
3416 trabalho de prevenção estão dispostos a cumprir o seu papel. Eles querem fazer a lição
3417 de casa, que bom! Não vão mais deixar esses órgãos e essas consequências todas só
3418 nas costas dos coitados os policiais, dos profissionais de segurança pública. Porque
3419 efetivamente não é obrigação deles, não é responsabilidade deles, e a sociedade

3420 dolosamente, por omissão deixou esse ônus nas costas dos órgãos de segurança
3421 pública. Que bom que agora as pessoas se aperceberam que a responsabilidades não
3422 é dos órgãos de segurança pública e que nós precisamos fazer um trabalho integrado,
3423 fazendo com que aqueles que, de fato, são os responsáveis e que deveriam bem
3424 realizar o seu papel de prevenção no que diz respeito à questão de drogas agora estão
3425 dispostos a fazer. Alvissaras a esses nobres que agora estão dispostos a vir cumprir as
3426 suas obrigações. O segundo aspecto é que para nós profissionais de segurança
3427 pública, isso é uma coisa tão marcante, isso sempre esteve tão claro aos nossos olhos
3428 que nós, especialmente, profissionais de segurança e, especificamente das polícias
3429 militares, passamos décadas atrás por um processo interno gravíssimo, uma divisão
3430 interna em função da orientação institucional, das missões constitucionais que estão
3431 afetas às polícias militares. E nós tínhamos duas correntes dentro da instituição quando
3432 se falava de prevenção ao uso de drogas. Uma corrente vinha e dizia assim: "Nós nos
3433 preocupamos com a prevenção, não é nosso papel, nós temos que fazer a repressão,
3434 que prender os traficantes, etc, etc", a outra dizia assim: "Vejam, nós temos que fazer
3435 alguma coisa na prevenção porque se nós não fizermos o problema está se agravando,
3436 ninguém está fazendo e nós é que ficamos com o ônus de novo, porque isso
3437 potencializa a criminalidade e nós temos que trabalhar dobrado depois na frente". Foi
3438 esse posicionamento, senhores, que fez surgir o Proerd, que a conselheira Cátia bem
3439 observou e citou até o testemunho da sua sobrinha. Vejam, de novo, a ironia, Cátia, eu
3440 desconheço que existisse ou que exista no país um programa de prevenção às drogas
3441 que seja mais eficiente, daí vamos usar a expressão da Regina com relação a
3442 indicadores do que o Proerd, ironicamente, realizado pelas polícias militares do Brasil.
3443 Tem excelentes indicadores porque são feitos em todos os estados, com parceria com
3444 as secretarias de educação e é, sem dúvida, na atualidade o melhor programa de
3445 prevenção ao uso de drogas que temos no país. Não é irônico que isso justamente seja
3446 oriundo dos órgãos de segurança pública? Agora, eu fico satisfeito, quero enaltecer,
3447 independentemente, não vou entrar no mérito, Almir, do programa em si, porque ainda
3448 considerando a sua abrangência, a sua amplitude e a complexidade no trato dessas
3449 questões, não me sinto ainda em condições de fazer qualquer avaliação ou colocação
3450 de natureza crítica negativa, pelo contrário, quero fazer aqui uma colocação positiva,
3451 independentemente das eventuais falhas que o programa possa ter. Vejo com muitos
3452 bons olhos a iniciativa, torço para que a integração efetivamente ocorra por parte dos
3453 todos os órgãos que estão sendo convidados a participar desse processo e,
3454 principalmente, que se dê efetividade ao trabalho de prevenção, não necessariamente
3455 precisando da polícia para fazer isso, o que para nós, policiais esse trabalho sempre foi
3456 exageradamente oneroso, ficou sempre sem respostas e nós ficamos com todos os
3457 efeitos negativos disso. Desejo muito boa sorte, que dê tudo certo.

3458

3459 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune):**

3460

3461 Bom dia a todos e todas. Bem, vou guardar as observações mais profundas para o
3462 momento da Câmara Técnica da qual eu tenho a felicidade de fazer parte, que é a
3463 Câmara de Combate à Discriminação. Eu não poderia deixar de pontuar duas coisas
3464 aqui. A primeira que já foi colocada que é a não participação social no processo de
3465 construção desse plano. Ou não houve participação ou uma participação muito tímida.
3466 Porque, eu, por exemplo, sou conselheiro Nacional de Segurança Pública, sou militante
3467 de movimento negro, participo de vários espaços e só soube desse plano pelos meios
3468 de comunicação. Gostaria muito de ter feito parte do processo de construção desse
3469 plano, até porque o movimento vinha há muito tempo colocando essa questão da
3470 gravidade das drogas no âmbito da população negra, sobretudo a população jovem da
3471 juventude negra. Então, essa questão da participação tem que ser vista, tem que ser

3472 aprimorada porque sem o envolvimento da sociedade civil organizada, eu acho que
3473 esse plano não vai atingir seu objetivo plenamente. A sociedade civil organizada vem há
3474 muito tempo colocando essa questão de que a política não deve ser uma política
3475 criminal e sim uma política social voltada para as questões das drogas, por isso que a
3476 gente sempre diz que é não é a polícia que tem que estar na vanguarda, tem que ser as
3477 ações sociais. Então, é com bons olhos que nós assistimos hoje a apresentação de que
3478 a polícia não vai fazer a abertura do plano como aconteceu em São Paulo na
3479 Cracolândia. E, sem preconceito, Vicente Mariano, a gente faz a crítica ao que
3480 aconteceu na Cracolândia, não é preconceito, é conceito porque nós assistimos, foi um
3481 processo de violação de direitos. A gente espera que isso não se alargue para todo
3482 país. Obrigado.

3483
3484
3485

O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC):

3486 Bem, na verdade, esse programa é um programa muito audacioso, com muitas ações
3487 que para tratar dele assim para o Brasil é um negócio desafiador. Regina colocou no
3488 início o grande problema, a questão de que os estados não estão preparados, através
3489 de seus órgãos específicos como as secretarias que vão se envolver nisso, trabalham
3490 cada um fazendo a sua coisa, e isso parece que é uma das dificuldades. É que lá no
3491 estado, realmente, eles façam isso. Do outro lado a comunidade também
3492 desmobilizada, até porque os programas de modo geral não chegam às comunidades
3493 mais pobres. Então, esse programa pode virar até uma espécie de UPPs, o UPP do
3494 crack. Quer dizer, centralizando ações em cima onde têm as concentrações mais fortes
3495 do problema. Acontece que essa droga está em todo canto. E não é só o crack, começa
3496 pelo álcool. E a gente esquece essa questão. Então, a gente teve a questão do sistema
3497 prisional, temos hoje meio milhão de presos, um número enorme deles está por droga.
3498 E esse programa não cita assim ações específicas para as prisões. Estava até
3499 conversando com o Rossini para ver se a gente faz uma reunião com uma série de
3500 pessoas envolvidas no problema para pensar um pouco de alguma coisa para o sistema
3501 prisional. Depois da primeira Conferência Nacional e da Campanha da Fraternidade a
3502 gente criou um projeto na região de Cirió no Rio Grande do Norte em 10 municípios,
3503 chamado A Perspectiva da Cultura de Paz. Faz pouco mais de dois anos que a gente
3504 trabalha em 10 cidades, e olha, Regina, é muito difícil essa questão. Os bairros que a
3505 gente atuou e atua não tem nada, não tem um conselho comunitário, não tem referência
3506 de nada. As secretarias de Ação Social de Saúde, de Educação trabalham
3507 absolutamente separadas. No ano passado, em função disso, fizemos dois grandes
3508 seminários nessa perspectiva de construir a intersectorialidade nas políticas públicas
3509 com o tema Acolhimento, Trabalho em Rede e Plano de Trabalho focado nas
3510 Vulnerabilidades. Então, esse programa deveria a começar a ser menor, tentando
3511 articular os estados, as secretarias, as comunidades, fortalecer conselhos etc. e ir
3512 construindo esse processo porque a questão da capacitação, eu vi aqui que tem um
3513 programa de capacitação a distância. A capacitação a distância, a grande maioria que
3514 eu vi na outra apresentação é realmente, a gente sabe que a capacitação a distância
3515 não tem muitos resultados no que diz respeito à interatividade de construir ações
3516 interativas. Então isso é bom, mas não vai construir a interatividade interinstitucional.
3517 Então, por fim, eu até sugeriria, o ano passado a gente implantou lá nas 10 cidades o
3518 Plano de Mobilização Social pela Educação. É um programa do MEC recentíssimo que
3519 está tendo muito sucesso. Então, uma cartilhinha do MEC, assim bem simples, mas que
3520 faz um rendimento maravilhoso junto aos pais, às mães para cuidar dos filhos, de
3521 estarem na escola, são coisas assim, simples, mas para chegar para o povo. Eu vou até
3522 distribuir ao conselho, eu trouxe o suficiente. Nós estamos implantando e com resultado
3523 muito interessante. Eu acredito que nós precisamos ir pensando essa parte mais

3524 logística do início da mobilização da conscientização, da integração para poder a gente
3525 chegar a isso, e ir pensando a política das drogas, uma política mais ampla, não só a
3526 questão do crack.

3527

3528 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais**
3529 **– CONDEGE)**

3530

3531 Eu serei breve. Primeiro, eu queria dizer da importância deste momento. Nem vou
3532 entrar no mérito se é pela Copa ou não, mas acho que chegou o momento,
3533 lamentavelmente, muito tarde, porque a gente vê ao longo de toda uma história, eu falo
3534 de história política mesmo que se construiu o Estado brasileiro ao longo do tempo e
3535 hoje também se quer reconstruir essa situação de uma hora para outra. Então, a gente
3536 tem que fazer aqui, neste momento, uma avaliação histórica e aí que queria fazer 3
3537 proposições: eu queria falar assim também como o Marcos Costa de que, Regina, eu
3538 acho que existem algumas determinações legais que foram colocadas ali que são
3539 importantes na esfera política, mas eu acho que ela precisa, não sei se é assim, precisa
3540 ser revista porque o que acontece hoje é que como colocou Geraldo, as cadeias
3541 públicas, as penitenciárias, estão cheias porque o Poder Judiciário como um todo e nos
3542 incluímos, defesa e acusação, tem uma visão extremamente estreita, não chamar o
3543 Estado para essa questão e avaliar o usuário pela quantidade. E historicamente a
3544 gente sabe que a polícia, infelizmente, ela contribui porque se tem que terminar um
3545 inquérito, e o mais fácil inquérito que tem é esse aí. Eu acho que temos de repensar,
3546 chamar o CNJ, chamar as Defensorias, para ter uma política diferenciada nessa
3547 questão. A gente não pode tratar a questão como ela está sendo tratada porque,
3548 inclusive nós, logicamente que buscamos a absolvição porque a gente sabe que o
3549 usuário vai virar daqui a pouquinho o pequeno traficante, e o pequeno traficante não
3550 pode ser punido, e aí que eu acho importante dessa questão da Inteligência, acredito
3551 que ela deva funcionar para que a gente identifique de que pequeno traficante não é
3552 organização criminosa que chega e que está inclusive dentro das nossas instituições,
3553 senão tomarmos cuidado. Inclusive como tem sido colocado aí pela mídia. Outra
3554 questão que nos preocupa, eu acho de que, sim, temos que ouvir, e aí, Regina, nessa
3555 questão dos estados, vai ser fundamental, vou dar um exemplo concreto: é fundamental
3556 a presença da sociedade civil para não alimentar o grupo do João ou o grupo da Maria
3557 da prefeitura ou do estado. Eu acho que a sociedade civil tem entrar na construção dos
3558 estados para que, inclusive, a União, vou dar um exemplo, fizemos uma discussão
3559 alimentada inclusive por uma proposta do Condege com CRJ para tratar de população
3560 em situação de rua. Chamamos um seminário e uma audiência pública, levamos o
3561 secretário de estado e levamos o secretário do município. Levamos também o MDS,
3562 levamos os Direitos Humanos, levamos todo mundo da União para lá e a presidente da
3563 Associação da Bahia, a Lúcia, sabia mais da legislação federal do que os secretários de
3564 estado e dos municípios. Ficou chato ela levantar e dizer: “Não, tem esse recurso”,
3565 então a sociedade civil contribui, sim, com o Governo Federal, um Governo Federal que
3566 teve a coragem ao longo de um momento que eu vivi de colocar a sociedade civil na
3567 trincheira de luta, que foi o que o presidente Lula, que eu tenho um profundo respeito
3568 fez. Acho que a sociedade civil tem como determinante do Poder Executivo, assim
3569 como recomendação eu acho que coativa, me permita o direito de dizer: “Olha, não dá
3570 para construir aqui se não tiver a sociedade civil presente”. Outra questão também é a
3571 de que quando eu falei das famílias, é porque eu gostaria, e aí talvez até aprofundando
3572 a questão, é de conhecer como é que vai ser este trabalho porque família gera
3573 comunidade e na minha cidade, as cidades criminalizadas eu sei. Eu sei dizer os bairros
3574 que foram criminalizados, onde mães e avós criam filhos que sabem que vão morrer. A
3575 gente ouve e não vê exatamente uma operacionalidade. Por isso que estou dizendo das

3576 bases comunitárias. Eu só estou colocando porque é uma coisa que eu gostaria muito
3577 de participar e se depender eu vou alimentar para que a gente tenha, inclusive, Cynthia,
3578 a participação do conselho que aqui tudo mundo quer, uma resolução, mas uma
3579 resolução legítima.

3580

3581 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

3582

3583 Eu queria pedir a contribuição dos conselheiros, por que estamos pedindo um tempo? É
3584 porque a secretária tem um tempo para vai ficar aqui e os outros conselheiros não vão
3585 dizer o que gostariam de dizer para ela.

3586

3587 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3588 **Pública – presidente do Conselho):**

3589

3590 Agora estão inscritos Marcos Rezende, Marcos Dias e Eliana. Eu vou passar a
3591 presidência e estou me ausentando. Horário para mim é horário, vocês me perdoem. Eu
3592 tenho reunião com os ministros na Casa Civil e eu não chego atrasada às reuniões. Não
3593 adianta, Eliana. Marcos Rezende me perdoa, eu vou acompanhar pela pauta e peço
3594 que esse tema seja aprofundado na Câmara e eu gostaria inclusive de estar lá porque,
3595 realmente, se eu posso falar alguma coisa é que isso está em construção, isso não está
3596 fechado, isso não foi colocado em prática em estado nenhum, está sendo articulado nos
3597 quatro primeiros estados. Eu deixei muito claro aqui. Tudo que sair daqui é bem-vindo a
3598 qualquer momento porque nós precisamos de nos dar as mãos. Eu não sei se isso
3599 poderíamos chamar tecnicamente de epidemia ou não, mas que é um problema grande
3600 na sociedade brasileira é com certeza, e tem que ser enfrentado como um problema
3601 grande, não é uma coisa pequena, sem esquecer que também isso não vai ser
3602 enfrentado isoladamente. As demais políticas de governo têm que estar junto com esta
3603 política. Então, tudo aquilo que temos como as demais políticas não estão excluído
3604 daqui, tem que ser somado a isso. Mas o foco nosso tem que ser neste usuário que é
3605 hoje uma pessoa doente. É um entendimento diferente, não é o grande traficante, não é
3606 a organização criminosa. É uma pessoa que precisa de cuidado. Desculpe. Eu passo a
3607 presidência para o Almir.

3608

3609 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN**
3610 **BRASIL):**

3611

3612 Então, é baseado nisso que eu queria tocar porque muitas vezes existe um
3613 entendimento das corporações aqui, policiais, de que tem uma relação aqui de amigo e
3614 inimigo. E isso é muito ruim. Todas as vezes que nós nos posicionando discordando do
3615 posicionamento da polícia fica assim: “Não porque o tempo todo...”. Aí é difícil fazer um
3616 debate quando parece que existe uma luta entre o bem e o mal. Aquilo não tem luta
3617 entre o bem e o mal. Aqui tem a luta de conselho tentando levar alternativas melhores
3618 para a sociedade brasileira. E se não tivermos a capacidade de entender isso e o tempo
3619 quando um determinado conselheiro se posiciona a gente sempre está entendendo que
3620 é de propósito, que é uma questão política, ou é porque haverá eleição, não dá. O que
3621 nós entendemos e aí, principalmente pelo fato de sermos negros e representarmos
3622 essas comunidades aqui e aí, Hélder, eu sei quando você colocou “a comunidade negra
3623 tem muito a ver com a questão das drogas”, mas a comunidade branca também e
3624 consome muita droga. E consome muitas drogas que são muito piores. Agora, como
3625 somos o refugio de tudo, aí nessa hora entra na nossa cara somente inclusive como
3626 consumidores. E fiquei muito preocupado inclusive quando eu vi esse material, desde a
3627 primeira vez, porque eu senti falta da diversidade étnica nas imagens que vocês

3628 mostram. Vocês botam a imagem de um bocado de branco, com todo respeito,
3629 cuidando e daqui a pouco vai aparecer a imagem do negro como usuário. Isso é muito
3630 preocupante porque teve uma cartilha da polícia do Rio de Janeiro que ela faz um
3631 triângulo falando assim: a polícia, aí parece um policial branco, o cidadão, aparece um
3632 cidadão branco, e o bandido, aparece quem? Um bonequinho de um cidadão negro.
3633 Como eu só estou vendo aqui imagens de uma médica branca, aí tem outra pessoa que
3634 é branca, tem também um policial que é branquinho, daqui a pouco quando aparecer na
3635 propaganda quem é o usuário terá um bocado de negão lá. E a gente na hora não nos
3636 apercebemos. Então, é bom a gente se aperceber disso porque isso não é um detalhe.
3637 Isso estigmatiza toda a população e tem feito com que ao longo da história do Brasil as
3638 pessoas se sintam muito à vontade para acabar agredindo esse grupo étnico
3639 cotidianamente por conta disso. Outra coisa é que quando eu, a angústia de Cynthia, eu
3640 me solidarizo e respeito porque, de fato, ela tem pedido espaço para tratar desse tema
3641 aqui e não tem encontrado espaço. Isso é uma verdade, é um fato. Então, muitas vezes
3642 parece que existe um atropelo. Ontem, na reunião que estava falando do enfrentamento
3643 à violência letal contra jovens negros, a crítica ao Ministério da Justiça foi imensa, foi
3644 algo que não feito pelos conselheiros não, a sociedade civil toda criticou a forma como o
3645 Ministério da Justiça tem tratado essa questão e como o Ministério da Justiça está
3646 construindo um plano nacional, estou bonito na foto? Ou na gravação? Isso é bom,
3647 quando colocar no *youtube* manda para mim também, voltado para a questão dos
3648 homicídios e não tem dialogado com esse setor que envolve vários ministérios, e todo
3649 mundo criticando esse comportamento. E eu estava colocando lá. Hélder também se
3650 colocou dessa forma de que nós não sabemos nada do que está acontecendo. Por que
3651 senão vai sobrar para nós da sociedade civil e militantes do movimento negro e
3652 representantes desse movimento neste conselho de que nós coadunamos da forma
3653 como o governo tem construído as suas pautas, quando, na verdade, o tempo todo
3654 estamos informando que essas pautas estão passando ao longo e ao largo do que nós
3655 pensamos ou nos posicionamos e ninguém nos informa absolutamente nada. Então, é
3656 importante deixarmos isso registrado para que conste em ata para que depois não
3657 tomar lá fora as cacetadas que às vezes a gente toma, mas somente a ata que faz com
3658 que a gente possa mostrar que a gente não concorda com o que está sendo feito. E
3659 baseado nisso, e para concluir que eu sei que o tempo é curto, é que me solidarizo com
3660 Cynthia, mas queria pedir para que na próxima, mais uma vez reiterar o que ela vem
3661 pedindo solenemente, reunião do conselho ou que a gente faça o que feito, no dia 27,
3662 uma audiência pública para debater esse plano que foi colocado de uma forma e que
3663 ninguém sabia quando ele foi anunciado, nós lembramos disso que foi lançado de uma
3664 forma que ninguém sabia, sem nenhuma participação nossa. Então, acho que é
3665 importante nós ouvirmos as coisas que estão sendo colocado aqui pela Cynthia que
3666 representa o Conselho Federal de Psicologia, que tem um histórico de trabalho nessa
3667 área. Então, é bom a gente ouvir esses especialistas e eu reitero também de que as
3668 forças policiais em vários momentos prestam serviços importantes para a sociedade,
3669 mas em outros momentos prestam desserviço à sociedade, principalmente, ao povo
3670 negro neste país, mesmo porque ela foi criada para combater esse setor. E nós
3671 sabemos disso. Fico feliz quando ouço o nosso companheiro da Anaspra, Hélder, e
3672 também quando ouço o coronel Sá Ribas, não pelas desculpas que ele pediu porque,
3673 desculpa por desculpa a polícia tem que pedir muita desculpa para a gente, mesmo
3674 porque nós não temos armas para nos defender, quando os panteras negros tinham nos
3675 Estados Unidos. Então, quando ele fala assim: “Que bom que o governo não está
3676 utilizando dessa vez a polícia para resolver os seus problemas”. Acho ótimo e acredito
3677 que esse será um bom motivo para nós mostrarmos que com esses outros elementos
3678 também somos capazes de resolver uma série de situações humanizando a política
3679 porque quando ela entra já com aquele expediente de repressão, ela volta a ser

3680 humanizada, valorizada, e, principalmente, quando o governo também assume a
3681 posição de dizer que tem uma série de nuances aí que precisa ser tratada sem a
3682 repressão policial. E se esquecer, pra concluir, que me preocupa, sim, o saneamento
3683 das cidades e esse processo de mobilidade urbana ou de replanejamento urbano por
3684 causa da Copa e dos eventos Olímpicos. Que eu acho que é uma pauta também que
3685 temos de inserir na ordem do dia porque nós não sabemos aonde vai parar tudo isso. É
3686 só isso.

3687

3688 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
3689 **Federais – Fenaprf):**

3690

3691 Gostaria que ficasse registrada também a presença do inspetor Pedro Cavalcante,
3692 presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, inspetor
3693 Camanho que faz parte também da diretoria da Federação.

3694

3695 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3696

3697 Sejam bem-vindos.

3698

3699 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
3700 **Federais – Fenaprf):**

3701

3702 O ponto que chama a atenção para nós hoje é o aumento do efetivo dos policiais
3703 rodoferroviários federais. Essa é uma demanda muito antiga, doutora Cátia, da
3704 Federação dos Policiais Rodoviários Federais porque nós tivemos aumento da malha
3705 viária, tivemos aumento da frota nacional e aumento das atribuições dos policiais
3706 rodoviários federais. E o aumento do efetivo nunca acompanhou as demandas. Então, a
3707 gente fica feliz quando o Ministério da Justiça já sinaliza com aumento do efetivo. Seja
3708 pelo motivo da Copa, seja por motivo das Olimpíadas, da visita do Papa, a gente
3709 acredita que o aumento desse efetivo os policiais poderão prestar o melhor serviço à
3710 sociedade no trânsito seguro em nossas rodovias federais e também no enfrentamento
3711 ao tráfico de drogas, sobretudo na região de fronteiras. Entretanto, a gente acredita que
3712 precisa ter uma política, uma diferenciação desse policial que vai para a fronteira. Veja
3713 bem, a atividade policial já tem a sua complexidade. Na região de fronteira, no
3714 enfrentamento às drogas, ainda se torna mais complexo, as próprias Forças Armadas
3715 não mantém seus efetivos lá permanentemente, sempre existem os rodízios, existe uma
3716 política de movimentação e a gente tem essa preocupação de abrir um concurso e a
3717 primeira lotação desse policial ser a região de fronteira sem dar a ele a perspectiva de
3718 ser movimentado. Precisa ser uma preocupação também nesse sentido e as Forças
3719 Armadas poderia até utilizar a forma que ele utiliza para isso. Outra preocupação que eu
3720 não vi contemplada aqui no plano é a questão da saúde do policial. O policial também
3721 tem problemas com dependência de drogas. O policial também é vítima. Então, eu não
3722 vi contemplado aqui, precisamos também inserir isso no plano. Outra questão também
3723 que a Cynthia Ciarallo trouxe, que eu preciso lembrar, a questão de dados estatísticos
3724 que contextualiza esse plano, e até ações na região de fronteira porque às vezes a
3725 eficiência daquele efetivo lá da fronteira pode ser medido pela quantidade de apreensão
3726 de drogas, mas muitas vezes a não apreensão também é um dado importante na
3727 eficiência do trabalho porque ele está reprimindo, ele está evitando, ele está fazendo
3728 com que a oferta de drogas diminua, como a doutora Regina Miki citou, mas quem está
3729 lá trabalhando efetivamente e tivesse experiência, a gente fica ressentido de que o
3730 nosso trabalho não esteja surtindo efeito porque nós não estamos apreendendo drogas.
3731 Então, é preciso que, através dos mecanismos de Inteligência, seja medido essa oferta

3732 lá no mercado consumidor de drogas, para a gente ter esse *feedback*, saber que o
3733 nosso trabalho está sendo relevante. Também manifesto a preocupação com os
3734 pequenos traficantes porque a gente prende pessoas na situação de tráfico de drogas e
3735 a gente sabe que ele é o elo mais fraco nessa cadeia. E tem aumentado as populações
3736 carcerárias. Nós já tivemos apresentações aqui, do Depem, dizendo que a população
3737 carcerária menos assistida pelas famílias geralmente presas fora do seu domicílio e isso
3738 não tem surtido efeito porque ele é facilmente substituído e o grande traficante ainda
3739 fica protegido por essa rede. É preciso dessa atenção. E queria dizer também, Tião, que
3740 não é tranquilo o enfrentamento de drogas. Não é só você saber por onde ela passa e
3741 você aumentar o efetivo naquele local. Nós precisamos, já estou concluindo, não vou te
3742 dar aparte, porque já estou concluindo (*intervenção fora do microfone*) mas eu quero
3743 dizer, Tião, o seguinte: não é só saber por onde passam as drogas, ainda mais Rio de
3744 Janeiro e São Paulo quando a frota é muito grande, o trânsito de veículos é absurdo,
3745 então, precisa também de um aparelhamento da Polícia, não só através de Inteligência,
3746 mas de outros equipamentos que consigam detectar por onde e quem está
3747 transportando essa droga.

3748 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré):**

3749

3750 Eu queria ser bem objetiva já que as pessoas já estão se dispersando e acho que se a
3751 gente ficar falando muito não atinge o objetivo. Mas, eu queria chamar a atenção pelo
3752 seguinte: para pensarmos no sentido dessas apresentações que a gente vem
3753 solicitando que elas aconteçam e o que acontece é que quando essas apresentações
3754 são feitas e a gente por um passivo histórico de que gente não tem claro muitas
3755 políticas públicas pontuadas, claras, com participação da sociedade, a gente tem
3756 sempre uma desconfiança para o que está sendo colocado. Sempre se coloca dessa
3757 forma. E eu, na verdade, como representante da sociedade civil, eu fico pensando o
3758 tempo aqui qual é o meu papel aqui no sentido de estar tentando ver nesses momentos
3759 oportunidade de estar colocando a nossa agenda. E aí eu entendo essa angústia da
3760 Cynthia no sentido de que esse tema é um tema muito importante para a sociedade
3761 civil. E aí eu queria, na verdade, trazer um pensamento, uma reflexão de que a gente
3762 precisa também trabalhar certo acolhimento dessas informações, desses projetos,
3763 dessas propostas de política, de uma coisa que não existia antes. E a partir disso, ter
3764 um posicionamento de a gente não somente trabalhar com certas compreensões que
3765 temos sobre esses processos, por conta desse passivo, mas está tentando pautar a
3766 agenda que a gente quer. Se a gente ficar só denunciando determinadas coisas que a
3767 gente sabe que acontecem, a gente não vai atingir o objetivo e o tempo que estamos
3768 aqui neste conselho não vai ser aproveitado para uma pauta proativa. Então, tentando
3769 não ser passiva, nem também ser agressiva do ponto de vista de que a gente precisa
3770 criar uma agenda ativa. Ter esse plano é de alguma maneira uma perspectiva de a
3771 gente estar discutindo aquilo que a gente quer. E aí, por exemplo, eu que trabalho no
3772 Rio de Janeiro na favela da Maré onde tem grupos, como os grupos que estão sendo
3773 citados aqui, que vão ser atingidos por essa política, de fato, é uma questão que precisa
3774 de uma resposta muito imediata. De fato, são grupos que precisam ser atingidos por
3775 essa política. E aí eu fico pensando que, como conselheiros, precisamos construir
3776 dentro dessa pauta qual é a agenda que queremos, o que a gente quer pautar? Se a
3777 questão das comunidades terapêuticas, o ponto de vista da sociedade é uma pauta que
3778 a gente precisa defender que ela não exista nesse plano, temos que construir uma
3779 estratégia para isso, ou então conhecer o que está sendo colocado e não somente a
3780 gente dizer que está errado colocar. Então, o que eu queria, concordando com o
3781 Marcos, e na reunião de ontem colocou até a proposta de ter uma apresentação do
3782 Conselho de Psicologia no sentido de qual é a proposta, o que foi identificado, no ponto
3783 de vista técnico quais seriam as melhores propostas, onde é que a gente pode avançar?

3784 Porque o conselho precisa desses elementos para estar, de fato, pontuando essas
3785 políticas. Agora, eu acho que a gente tem que se tratar de maneira diferente aqui para
3786 não impedir que nós não consigamos atingir nosso objetivo, acho que a gente acaba
3787 criando um clima muitas vezes, realmente, como a própria Cynthia falou,
3788 desconfortável, como se tivesse um enfrentamento, o governo está ali, nós estamos
3789 aqui. E, só para fechar, eu tenho algumas contribuições no ponto de vista de conteúdo
3790 em relação ao plano e eu gostaria de saber se a gente poderia, na próxima reunião,
3791 continuar discutindo isso, seja através dessa contribuição da Cynthia, ou na proposta do
3792 Marcos que eu acho que uma audiência pública seria uma coisa importante.

3793

3794 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3795

3796 Obrigado, conselheira Eliana, agora é o conselheiro Almir. Com relação a esse tema, a
3797 Rede Desarma Brasil está fazendo um esforço, o Everardo veio aqui de incluir como um
3798 tema da Copa, ter a visibilidade, a discussão e tal, nós concordamos também com o
3799 Marcos Rezende e com a Cynthia, mesmo sabendo que inúmeros parceiros no Brasil
3800 têm uma contribuição muito grande, o Grande Oriente do Brasil que é considerado uma
3801 das maiores redes, tem 2.600 unidades funcionando no Brasil. E o nosso programa
3802 Maçonaria Combate às Drogas em favor da Vida, a gente teve que aprender muito
3803 porque nós não tínhamos como ensinar, tínhamos que aprender nas comunidades.
3804 Recolher lá do campo, da periferia os fenômenos que poderiam estar surgindo como
3805 fonte dessa violência, e recebemos da Senad um honra ao mérito por mais de 10 anos
3806 desse trabalho e é desconhecido da maioria da população. Nós temos uma rede de
3807 2.600 unidades há mais de 10 anos funcionando, mas mesmo assim não nos
3808 colocamos como os detentores de resposta, mas aqueles que estão sempre
3809 perguntando. E, por isso, a gente precisa dessas audiências, precisa dos especialistas,
3810 precisa dos parceiros que trabalham com essa questão. Eu queria colocar a rede do
3811 Grande Oriente do Brasil à disposição também do Ministério da Justiça e de todos,
3812 qualquer um que possa fazer parceria com essa rede, que faz parte da Rede Desarma
3813 Brasil, e dizer que, Marcos e Cynthia, que vamos à tarde elencar os temas que vão ser
3814 discutidos. Então, a gente pode aproveitar esse tempo. Tem algum segmento que já
3815 está priorizando o seu tema, mas aí seria antes da gente iniciar um tema de conversa
3816 para poder ser contemplado tudo isso. Então, como representante da Rede Desarma
3817 Brasil eu me sinto satisfeito por tantos especialistas que poderão dar respostas às
3818 perguntas que a gente ainda continua fazendo. Como não tem mais ninguém para faz, o
3819 conselheiro Hélder pediu um esclarecimento a Marcos Rezende.

3820

3821 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
3822 **Militares Estaduais. ANASPRA):**

3823

3824 Na minha fala, eu fui muito rápido e talvez não sei se me expressei mal ou se foi o
3825 Marcos que entendeu diferente. Eu não quis fazer uma relação da população negra com
3826 as drogas. Eu quis dizer que qualquer mudança na Política Nacional de Drogas,
3827 qualquer mudança humanitária beneficia a população negra porque é essa população
3828 que mais sofre com a tradicional política de criminalização aos usuários e criminalização
3829 dos pequenos traficantes. O que eu quis dizer foi exatamente isso. Que essas
3830 possibilidades de mudanças que foram apresentadas tenham uma interferência direta
3831 na nossa realidade porque estamos, infelizmente, no centro da discussão sobre drogas
3832 no país. Obrigado.

3833

3834 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3835

3836 Tem uma coisa que precisamos pactuar aqui antes de encerrar. É uma questão de
3837 segundos. A Cynthia pediu a palavra.

3838

3839 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

3840

3841 Só para destacar e agradecer esse reforço. Eu acho que é importante a gente
3842 encaminhar a questão da audiência pública. Estou sentido que ela é uma coisa
3843 praticamente já encaminhada ou pelo menos pensada neste coletivo. Acho que o
3844 momento de pauta, eu quero só reafirmar, eu, realmente, em novembro, antes do Plano
3845 do Crack sair, eu apresentei um pauta para a mesa diretora, propus isso, então, tenho
3846 realmente essas questões, embora Marcos tenha falado por mim, mas eu estou
3847 reafirmando isso e acho que é importante, sim, uma audiência pública na próxima, eu
3848 quero solicitar essa apreciação, já que a gente vai precisar ter um posicionamento
3849 nosso, eu acho que qualificar com diferentes atores, como fizemos com a perícia na
3850 segunda-feira, eu só quero reafirmar a importância disso. Estarei à tarde também.

3851

3852 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3853

3854 Ok, Cynthia, só um esclarecimento. Nós teremos à tarde a programação para as 14
3855 horas seria a apresentação do Sinesp. Como a gente já pactuou que às 14 horas
3856 quando voltarmos, a gente vai terminar a pauta e, inclusive, elencar as audiências
3857 públicas, o que vocês acham, se vai dar tempo para fazer isso, se a apresentação do
3858 Sinesp seria mais importante ou a gente faria essa pauta que já combinada às 14 horas.

3859

3860 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

3861

3862 Eu acho que uma vez que nós reservamos o tempo de hoje porque ontem reservamos
3863 para discutir a questão da perícia, hoje de manhã reservamos para discutir isso, eu
3864 acho que no aquecimento, acho que é importante, já poderíamos até consensuar isso
3865 aqui até antes do almoço, a audiência pública. Pelo menos essa audiência pública.

3866

3867 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3868

3869 A gente pode transferir a apresentação do Sinesp para a próxima reunião, a gente
3870 ficaria à vontade à tarde para tratar de todos esses temas sem atropelos, sem privilegiar
3871 ninguém, mas dentro de um caráter amplo de participação, então o que eu sugiro no
3872 encaminhamento é se vocês concordam que o Sinesp possa apresentar na próxima
3873 reunião? Vai ter mais tempo porque vamos atropelar uma coisa ou outra. É isso? Fica
3874 mais consensuado? Então, a gente pede desculpas à equipe que viria apresentar, mas
3875 com a justificada demanda do horário e a gente já começa com esse assunto e vamos
3876 para os informes.

3877

3878 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de
3879 Segurança Pública):**

3880

3881 Cynthia, no período da manhã tem dois temas que já estão propostos para audiência
3882 pública, um do José Neves e outra do Héder. De repente, vocês já conversarem sobre
3883 as datas das audiências que já foram sinalizadas e voltar do almoço já com uma
3884 previsão de quais datas a gente iria usar para cada uma das audiências.

3885

3886 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

3887

3888 Agora, a gente agradecer a presença da doutora Cátia Gonçalves, doutora Cátia
3889 Gonçalves que veio fazer a apresentação junto com a secretária, dizer da nossa alegria
3890 de tê-la aqui no nosso conselho, já conhecemos bastante seu trabalho, a gente tem
3891 muita vinculação com essa prevenção da violência aqui no Ministério, trabalha junto
3892 com o desarmamento, então, vamos passar a palavra para as considerações finais dela
3893 e o nosso agradecimento do conselho por ela estar aqui conosco.
3894

3895 **A Sra. Cátia Simone Gonçalves Emanuelli (Departamento de Políticas, Programas**
3896 **e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública):**
3897

3898 Obrigada. Primeiro, só reforçar o que a secretária falou de que é um plano em
3899 construção, que se não foi, vai ter que ser discutido com a sociedade civil. Com relação
3900 a outros temas, na verdade, ele é um plano que integra vários outros planos, o
3901 programa dentro da Segurança pública é interministerial, ou seja, têm muitos
3902 questionamentos que é interessante na Câmara vocês chamarem o pessoal da
3903 assistência da Saúde também, por exemplo, se falar das comunidades terapêuticas
3904 comigo, eu não vou saber te dizer muita coisa, só o que a Senad nos passa, então, a
3905 Senad, Senasp, MS, MDS e SEDH, acho que seria interessante eles participarem
3906 desses debates na Câmara Técnica para vocês fortalecerem e dirimir pontos e
3907 trazerem, como a Eliane falou, não basta só criticar, a gente precisa trazer qual seria o
3908 entendimento de cada setor o encaminhamento ou a melhor solução para melhorar o
3909 plano. Porque é óbvio que nós não detemos a *expertise* nacional com relação ao tema,
3910 trabalhar o usuário, a gente sabe, ninguém consegue quantos usuários de álcool a
3911 gente tem no Brasil querendo ou não eu, de vez em quando bebo. A mesma coisa o
3912 usuário do crack, a gente pode até ter o que passou pela delegacia, o que passou pelo
3913 Judiciário ou que está na penitenciária, você consegue até ver esse tipo de população
3914 de repente no que se enquadra. Agora, ter um número de usuário de drogas e,
3915 principalmente, de crack no Brasil é quase impossível. A gente consegue *au passant*
3916 por esses lá da Saúde, da Assistência, Segurança Pública talvez tenha um retrato um
3917 pouco mais aproximado, mas nunca fiel e muito menos que contemple isso. Com
3918 relação à Seppir a gente está em articulação com outro plano de homicídios, apenas
3919 para dizer e a Seppir está em mora com o Ministério da Justiça porque a gente tinha um
3920 grupo de trabalho e ele parou, ele era coordenado pela Seppir, foi dado um
3921 encaminhamento e a até hoje não retornou para o Ministério da Justiça. Então, inclusive
3922 ontem na reunião encaminho toda documentação para demonstrar que por parte do
3923 Ministério a Justiça a gente está aberto ao diálogo e sempre está aberto a essa
3924 interdisciplinidade como a gente faz com a SEDH, como a gente faz com SPM há
3925 muitos anos. Então, é óbvio que a gente vai até um ponto, determinadas temáticas a
3926 gente precisa tratar com o especialista. Então, por exemplo, a Senasp não é
3927 especialista. Vou fazer um curso que tem um enfoque étnico-racial não vai ser a Cátia e
3928 nem Depar quem vai escrever, vai ser alguém da Seppir com a sociedade civil ou com
3929 alguém que eles indiquem que tenha essa *expertise* para fazer determinado tema.
3930 Então, é assim que temos trabalhado de maneira integrada, sem aquela coisa
3931 verticalizada. Plano em construção, não é receita para todos os estados, vai ser
3932 verificada a particularidade de cada estado. O avanço ou o retrocesso que cada estado
3933 já teve com relação ao tratamento dessa temática e ele é um programa que não, sem
3934 prejuízo dos demais que são feitos pelos próprios ministérios, Educação, na parte de
3935 prevenção e sem prejuízos aos demais planos de segurança. O que a gente quer é que
3936 eles tenham essa interligação para ninguém ficar fazendo coisas separadas e, às vezes,
3937 despendendo esforço para um mesmo tempo que a gente poderia fazer de uma
3938 maneira mais integrada. Obrigada a todos e todas e tenham aí um excelente resto de
3939 dia de trabalho.

3940
3941
3942
3943
3944
3945
3946
3947
3948
3949
3950
3951
3952
3953
3954
3955
3956
3957
3958
3959
3960
3961
3962
3963
3964
3965
3966
3967
3968
3969
3970
3971
3972
3973
3974
3975
3976
3977
3978
3979
3980
3981
3982
3983
3984
3985
3986
3987
3988
3989

O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):

Ok. Obrigado doutora Cátia. Só atenção a uma coisa. Só um detalhe, vamos voltar às 14 horas e precisamos de quórum. Sem quórum vamos ter dificuldade de aprovar, inclusive o que estamos propondo agora. Até as 14 horas.

**29/02/2012
TARDE**

A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública):

Vamos aqui aos encaminhamentos da parte da manhã da reunião para vocês me ajudarem, lembrando o que mais foi dado como encaminhamento aqui. Então, foi falado sobre o sistema de capacitação; o José Neves falou sobre sistema de capacitação também para os agentes penitenciários sobre a questão do crack e outras drogas; repressão ao tráfico de drogas, isso foi uma pergunta feita, mas não teve encaminhamento porque é uma questão que está sendo tratada pela Inteligência. Na área da cultura, o Nóbrega perguntou as ações sobre a questão na parte da cultura, esporte e educação. Acho que isso ficou claro. O encaminhamento que teve acho que foi mais da parte do coronel Vicente Mariano, pedindo que tenha ações para que a população, de fato, se aproprie desses espaços abertos, espaços mais próximos da comunidade. Que seja colocado no site do Conasp, o decreto que criou o Plano Nacional de Combate ao Crack, as portarias e demais regulamentações que surgiram sobre essa questão; aqui já é a parte do Tião, eu queria uma ajuda porque, na verdade, eu peguei como sugestão que seja uma policial mulher que faça a questão da propaganda, a autoridade que aparece na apresentação; para disponibilizar novamente para que todos tenham acesso; teve uma pergunta se os conselhos participam ou não, então isso foi respondido pela secretária que são convidados e tal, mas acho que a gente poderia colocar na nossa recomendação de repente já junto com os outros itens; conhecer o estudo do Consesp, já conversamos aqui, sobre a questão das legislações; teve uma questão de um projeto de lei (*intervenções fora do microfone*) definição sobre o que é tráfico e o que é uso. Vamos falar ao microfone para deixar registrado, mesmo que não tenha quórum.

A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE):

Reforma da Lei de Tóxico. Ela por si só é quem criminaliza...

A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública):

Formação específica para os policiais; teve mais alguma coisa? A descrição do álcool com drogas.

O Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini (Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública – Consesp):

3990 Deixe-me te ajudar um pouquinho? Existe a droga legal e a droga ilegal. O álcool e o
3991 cigarro estão dentro do rol das drogas legais. Então, definir que o álcool é droga, isso já
3992 está definido na lei.

3993

3994 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

3995

3996 Antes estávamos usando o seguinte: álcool e outras drogas, era essa a nomenclatura
3997 que o governo estava usando. E aí agora está usando álcool e drogas. Como se álcool
3998 não fosse drogas.

3999

4000 **O Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini (Colégio Nacional dos Secretários de**
4001 **Segurança Pública – Consesp):**

4002

4003 Melhor seria se dissesse assim, a nomenclatura antiga: drogas legais e drogas ilegais.

4004

4005 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

4006

4007 Pode ser, mas é ruim deixar o álcool como se fosse droga. É isso que estou querendo
4008 dizer. Isso na propaganda para sugerir que a gente tivesse não só as inserções que
4009 serão feitas nos esportes, nas campanhas a serem vinculadas nos grandes meios, mas
4010 procurar inserir o tema dentro das programações da mídia de maneira geral, das
4011 telenovelas, dos programas. Uma coisa que esteja no cotidiano das mídias, não é
4012 apenas na veiculação das propagandas em si. O impacto maior para quem está ouvindo
4013 e vendo não é da campanha que vai para o rádio e para a televisão, mas é quando você
4014 insere o tema dentro da vida real das pessoas através das telenovelas e outros
4015 programas.

4016

4017 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4018 **Segurança Pública):**

4019

4020 Da sua parte, você tem mais alguma coisa, Tião? O Marcos Rezende deu
4021 encaminhamento para que no material tivesse a diversidade étnico-racial também, no
4022 material de divulgação; *(intervenção fora do microfone)*

4023

4024 **O Sr. José Roberto das Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
4025 **Sindapef):**

4026

4027 Eu posso a tempo fazer uma correção nessa proposta que a gente fez? Ela não foi a
4028 proposta de capacitação para o combate à droga lá dentro dos estabelecimentos
4029 penais, mas é com a lida com as pessoas que são viciadas nessa droga específica do
4030 crack.

4031

4032 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4033 **Segurança Pública):**

4034

4035 Então, a questão do material de divulgação. A diversidade étno-racial do Marcos
4036 Rezende; a conselheira Cynthia colocou ter uma audiência pública para debater o tema
4037 no Conasp; conselheiro Marcos Dias colocou a questão da preocupação dele pela
4038 primeira lotação do pessoal se é a fronteira; e sobre a saúde do policial usuário de
4039 drogas, foram as duas questões colocadas. Foi isso que consegui anotar, teve mais
4040 alguma sugestão? *(intervenção fora do microfone)* Está aqui na parte dos conselhos,
4041 que os conselhos participem da criação do plano.

4042
4043
4044
4045
4046
4047
4048
4049
4050
4051
4052
4053
4054
4055
4056
4057
4058
4059
4060
4061
4062
4063
4064
4065
4066
4067
4068
4069
4070
4071
4072
4073
4074
4075
4076
4077
4078
4079
4080
4081
4082
4083
4084
4085
4086
4087
4088
4089
4090
4091
4092
4093

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf):

Eu também falei sobre os dados estatísticos.

A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública):

Mas, assim, que tenha mais dados estatísticos, como é que foi?

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf):

Eu falei que muitas vezes o policial não sabe da efetividade do seu trabalho porque às vezes ele é medido pela quantidade de drogas que ele apreende e não pela dificuldade que ele causa do tráfico de drogas, aquela falta de oferta no mercado por conta da repressão que está sendo ali. Às vezes isso desmotiva a sua atuação.

A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública):

De repente a gente pode analisar esses encaminhamentos e até as sugestões que surgiram aqui e ver o que podemos colocar no mapa, se a recomendação, e o que a gente pode inserir de outra forma numa moção ou então utilizar de outra maneira porque a gente já parte de algumas manifestações que o pleno fez.

O Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini (Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública – Consesp):

Com relação a estatísticas, o Sinesp é exatamente o programa que vai tratar desse assunto. Então, vai ter uma visão nacional de toda questão da segurança pública vai estar no Sinesp. Então, a partir dali, e o Sinesp não é que ele vai criar um banco novo, tem estados que já têm algo semelhante ao Sinesp funcionando perfeitamente. Então, ele vai lincar onde está funcionando e vai incrementar onde não tem e aí teremos uma visão de todos os 27 estados brasileiros de toda criminalidade, principalmente daqueles crimes que mais impactam a sociedade que são os crimes contra a vida e contra o patrimônio. Então, a partir do Sinesp nós vamos ter essa visão e aí aquilo que a secretária falou com relação a medir desempenho, aí estabelecer metas para redução da criminalidade, elaborar indicadores e indicar os responsáveis territoriais no cumprimento das metas e aí então nós vamos ter gestão em cima da inteligência artificial que já existe nos nossos bancos de dados de todas as instituições. Então, nós precisamos recuperar essa inteligência artificial e transformá-la em boas práticas policiais e formação de políticas e de programas.

O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – Fenaprf):

Uma coisa que eu não consegui por causa do tempo citar naquele momento, que a a segurança dos profissionais de saúde que vão atender essas pessoas com dependência química, que muitas vezes a família por questão com vergonha procura encaminhar seu jovem, seu usuário de droga, à noite, de madrugada. Quem vai receber

4094 e quem vai dar atendimento primeiro são os profissionais de saúde onde não tem a
4095 presença de um policial. Muitas vezes até o efetivo que vai encontrar lá no hospital é na
4096 maioria de mulheres, de enfermeiras, técnicas em enfermagem, elas vão tratar com
4097 pessoas às vezes em estado de transtorno por causa da síndrome de abstinência. Acho
4098 que o plano aqui devia ver essa segurança aos profissionais de saúde.

4099
4100 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4101 **Segurança Pública):**

4102
4103 Mais alguma ponderação com relação a essa questão? Lembrei-me agora sobre a
4104 questão de incluir o sistema penitenciário, que ele não está incluído no plano. Foi isso
4105 que foi colocado? Só está aqui o sistema de capacitação pelas agentes penitenciárias,
4106 mas não tem o sistema penitenciário.

4107
4108 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
4109 **Sindapef):**

4110
4111 Eu não tive essas respostas a esses eventos.

4112
4113 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4114 **Segurança Pública):**

4115
4116 Eu acredito até que não está previsto até porque o plano não prevê prender. A ideia não
4117 é prender. Sobre as audiências públicas foi conversado alguma coisa? Sobre as datas?
4118 Acho que podemos começar, na verdade, nosso Regimento Interno diz que o quórum
4119 tem que ser estabelecido para o início da audiência.

4120
4121 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

4122
4123 Uma coisa que a gente podia adiantar que iria ser tocado agora à tarde é como ficou o
4124 texto da recomendação da perícia, para termos uma clareza, não ficar com nenhuma
4125 dúvida. Como não vai ser deliberado, apenas tomar conhecimento, a gente já pode
4126 encaminhar isso. Porque ficou uma dúvida se o texto só seria aquilo porque a gente
4127 estava trabalhando no resolve, os considerandos já tinham sido aprovados. Já está
4128 junto? Então, vamos passar aí! Não tem quórum? Têm 15. Estamos esperando o
4129 Marcos Rezende ou a Cythia. Vamos ler todinho?

4130
4131 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4132 **Segurança Pública):**

4133
4134 A plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública – Conasp – MJ, em sua 15ª
4135 Reunião Ordinária realizada nos dias 28 e 29 de fevereiro de 2012, no uso de suas
4136 atribuições conferidas pelo art. 11 do Decreto 6.950 de 25 de agosto de 2009, (depois
4137 você grifa que esse decreto está errado) considerando as manifestações da ONU e da
4138 Anistia Internacional sobre a necessidade de autonomia dos Órgãos Periciais no Brasil;
4139 **Considerando** a manifestação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública –
4140 CONSEG, na qual a necessidade de autonomia e valorização das Perícias Criminais
4141 constou como a segunda diretriz mais votada; **Considerando** as disposições do
4142 Decreto Federal nº 7.037, de 21 dezembro de 2009, na sua diretriz nº 11, ações
4143 programáticas “d”, objetivo estratégico III “b”, está prevista a necessidade de que o
4144 Ministério da Justiça apresente projeto de lei para proporcionar autonomia
4145 administrativa e funcional dos órgãos periciais federais”. **Considerando** o disposto na

4146 Lei Federal 12.030/2009, que estabelece a autonomia científica, técnica e funcional dos
4147 profissionais da Perícia Criminal Oficial; **Considerando** as manifestações da Audiência
4148 Pública do CONASP sobre o tema Autonomia das Perícias, realizada no dia 27 de
4149 fevereiro de 2012; **RESOLVE** – entra de novo na pasta, entra na Resolução número 7 –
4150 proposta final – fazem as seguintes Recomendações aos Gestores da Segurança
4151 Pública nos níveis Federal e Estadual e ao Ministro da Justiça: (tira lá em cima ao
4152 ministro da Justiça, sim pode ser, estadual, do DF. O Ministério da Justiça é
4153 obrigatoriamente o nível federal, coloca e Distrito Federal) A União, os Estados e o DF
4154 promovam efetivamente a autonomia e a modernização dos órgãos periciais de
4155 natureza criminal (Institutos de Criminalística, Institutos de Identificação, Laboratórios
4156 Forenses e Medicina Legal), por meio de orçamento próprio e financeiro, como forma de
4157 incrementar sua estruturação, assegurando a produção isenta e qualificada do laudo
4158 pericial, bem como o princípio da ampla defesa e do contraditório, e o respeito aos
4159 direitos humanos; O Ministério da Justiça crie, o mais breve possível, um grupo de
4160 trabalho, envolvendo os trabalhadores e gestores da perícia, bem como a sociedade
4161 civil, com objetivo de elaborar formas legislativas e administrativas pertinentes. Ok? Isso
4162 já foi votado. Na verdade, é porque nós ficamos na dúvida porque nós aprovamos o
4163 considerando de um, depois a gente falou esquece esse documento e fizemos outro
4164 documento. Então, na verdade, a gente juntou o considerando de um, com o resolve de
4165 outro. Este só tem sentido com os considerandos, tem razão.

4166

4167 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

4168

4169 Bom, nós já vamos pedir para que seja elencado as propostas de audiências públicas. A
4170 recomendação da Simone. Está todo aqui o quórum. Vamos tratar dela agora?

4171

4172 **A Sra. Simone de Jesus (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
4173 **Identificação – FENAPPI):**

4174

4175 Eu leio tudo de novo? **O CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, nos
4176 dias 28 e 29 de fevereiro de 2012, reunido na sua 15ª Reunião Ordinária, na cidade de
4177 Brasília - DF, no uso de sua competência, tendo tomado conhecimento de que alguns
4178 Governos dos Estados mantém no cargo de Diretor dos Institutos de Identificação,
4179 profissional que não pertence ao quadro da Papiloscopia e **considerando que:** Nas
4180 unidades da Federação, em regra existem três órgãos da Polícia Técnica Científica
4181 autônomos entre si: Instituto Médico Legal; Instituto de Criminalística; Instituto de
4182 Identificação e considerando que o Papiloscopista é o técnico e o responsável legal pela
4183 atividade técnica do Instituto de Identificação, assim como o Perito Criminal é do
4184 Instituto de Criminalística e o Médico Legista é do Instituto Médico Legal, e considerado
4185 que a sociedade brasileira, por intermédio da 1ª Conferência Nacional de Segurança
4186 Pública, tanto em nível municipal, quanto estadual e nacional, reconheceu a
4187 necessidade de autonomia dos órgãos periciais, onde a diretriz sobre a autonomia das
4188 atividades da Perícia foi a segunda mais votada; considerando ainda que o trabalho em
4189 Papiloscopia deve se pautar pela competência técnica e científica, requerendo também
4190 gestores com a necessária formação técnica na área da Papiloscopia para levar a bom
4191 termo a gestão dos Institutos de Identificação e também que é dever do Estado
4192 promover as perícias criminais, em todas as suas vertentes, inclusive a Papiloscopia
4193 como forma de alavancar os meios necessários à investigação e esclarecimento dos
4194 crimes a partir de provas técnico-científicas, capazes de inibir o desrespeito às garantias
4195 individuais do cidadão, e oferecer respostas imediatas aos reclames da sociedade;
4196 resolve recomendar (e aí eu mudei o texto) aos Governadores e Secretários de
4197 Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal que promovam a nomeação, para

4198 o cargo de Dirigente dos Institutos de Identificação, de Profissional Papiloscopista (ou
4199 nomenclatura equivalente) integrante da respectiva carreira, atendido os requisitos
4200 necessários ao exercício desse ofício. Não sei se atendeu ao que todo mundo sugeriu.
4201 Se vocês tiverem alguma sugestão.

4202

4203 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

4204

4205 Há consenso sobre o texto? Então, em regime de votação. Quem aprova fica do jeito
4206 que estão. Alguma abstenção? Uma abstenção. Algum voto contra? Aprovado com uma
4207 abstenção. Ok. Conselheiro Marcos Dias.

4208

4209 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
4210 **Federais – Fenaprf) –**

4211

4212 Quero aproveitar que você está começando a atividade como vice-presidente pedir que
4213 a gente explore mais questão do consenso porque, pelo nosso regimento, a votação
4214 seria o último recurso. Confere, há consenso, não há a gente vai para votação.

4215

4216 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

4217

4218 Sem dúvida. Muito bem. Vamos agora para os temas das audiências! Vamos colocar o
4219 calendário!

4220

4221 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
4222 **Militares Estaduais – ANASPRA):**

4223

4224 Essas recomendações quando forem assinadas que sejam encaminhadas em pdf para
4225 os conselheiros.

4226

4227 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

4228

4229 Ok. Então, no mês de abril, qual é a proposta do tema oferecida pelo consenso? Com a
4230 palavra a conselheira Cynthia. A da Cynthia é a primeira. A de abril é a do Crack.
4231 *(intervenções fora do microfone)*

4232

4233 **O Sr. Não Identificado:**

4234 Junho é sistema penitenciário. Agora é agosto.

4235

4236 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

4237

4238 Agosto é desmilitarização e pena restritiva de liberdade.

4239

4240 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN**
4241 **BRASIL):**

4242

4243 Eu queria um esclarecimento. Eu acho que uma das coisas que está motivando esse
4244 tipo de audiência, talvez seja o fato de ter tido a audiência no dia 27 e nós acreditarmos
4245 que foi uma audiência rica e que teve um impacto importante e que teve um conjunto de
4246 pessoas que fez com isso fosse tratado de uma forma, que serviu até para nós como
4247 referência quando estávamos pensando nisso. Então, qual é o esclarecimento? Quem
4248 pagou as passagens daquelas pessoas? Foi o Conasp? Foram as associações?
4249 Aquelas outras pessoas que ficaram no público assistindo, elas pagaram por conta

4250 própria? Foi o Cenasp quem pagou? Por que estou perguntando isso? Porque talvez no
4251 nosso afã de acreditar que todos esses tipos de audiência vão dar aquele quórum, dar
4252 aquela riqueza, aquela diversidade, nós estejamos aprovando algo aqui que, de fato, no
4253 próximo encontro quando formos discutir algo só tem o próprio conselho porque
4254 digamos vamos discutir crack. Aí ninguém tem dinheiro para vir porque se não foi o
4255 Conasp quem pagou, foram as associações que pagaram, então, ninguém terá dinheiro
4256 para vir, a associação não tem e fica a gente falando para a gente mesmo, depois
4257 vamos ficar numa situação que ao invés de fortalecer o conselho até demonstra certa
4258 fragilidade. Então, eu queria esclarecimentos sobre isso, até mesmo de seguir adiante
4259 com este tema.

4260

4261 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4262 **Segurança Pública):**

4263

4264 Só para informar: o Ministério da Justiça só colocou as passagens para os conselheiros
4265 e dos palestrantes convidados. E dos palestrantes foram 3 passagens só. Se não me
4266 engano foram três pessoas, as outras pessoas eram de Brasília. Então, só os
4267 conselheiros e dos três palestrantes, mais ninguém. Acredito que havia muita gente de
4268 Brasília. De outros estados não sei a forma como eles vieram.

4269

4270 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais**
4271 **– CONDEGE):**

4272

4273 Sobre a audiência pública. Eu, particularmente, acho que a audiência pública é uma
4274 ferramenta superimportante, mas ela tem que trazer, na verdade, primeiro, da
4275 participação daqueles que estejam envolvidos na questão, e aí a gente tem que estar
4276 preocupados com as pessoas não só aqui no conselho e quando a gente pensou na
4277 nossa câmara técnica, Suelen, em trabalhar essa questão, a gente elaborou uma
4278 proposta de uma reunião em setembro do ano passado que aconteceu, mas, que,
4279 infelizmente, os convidados, todos de Brasília para evitar gastos, não estiveram
4280 presentes, todos, a gente pediu para, antes de qualquer atividade, é exatamente nisso
4281 que eu queria solicitar, é o seguinte, a gente pediu que houvesse uma conversa com o
4282 Ministério da Saúde, Seppir, mulheres, Educação, Depem, SRJ e isso não vingou muito
4283 porque não se deu seguimento. Eu queria já que a nossa proposta de audiência é a
4284 segunda que houvesse a possibilidade de que houvesse essa reunião que a Câmara
4285 Técnica solicitou e de que não houve possibilidade de ser realizadas porque eu acho
4286 que também não é interessante a gente não trazer também para quem for assistir um
4287 posicionamento completo para que saia daqui uma recomendação, ou uma resolução,
4288 ou um parecer deste conselho com relação ao tema, inclusive, ao CNPCP que também
4289 a gente solicitou que viesse aqui colocar para não haver nenhum entendimento, eu até
4290 me coloquei ontem, de colidência, não existe colidência, isso aqui é um conselho que
4291 tem outro perfil, o CNPCP é um conselho consultivo do Ministro, ele é quem indica os
4292 conselheiros que vão fazer parte daquele conselho para definir a política e seria muito
4293 importante a gente trazer com esse viés de que o conselho tem uma preocupação, no
4294 caso a câmara técnica, de aprofundar a questão para que aí se puder vingar essa
4295 reunião até junho com essas pessoas. Por isso que eu não sei quem é que está, por
4296 isso que perguntei a você: quem é que está agora acompanhando a nossa câmara
4297 técnica, não é mais Verônica, se tiver outra pessoa para poder vingar, porque no meio
4298 do caminho Verônica mandou um e-mail para a gente dizendo que encontrou com o
4299 Rossini e que discordava dessa audiência e então seria interessante não haver essa
4300 colidência, então, muito direto, a gente quer exatamente aprofundar nas questões
4301 porque não vai dar tempo, é uma fala toda pontual, eu me lembro de que é assim, fala

4302 um pouquinho um, um pouquinho outro, quando a gente vai para o debate uma questão
4303 que acha tão importante ter aí não... a gente sai de lá com uma idéia sobre a questão
4304 especifica no caso da audiência pública da perícia e depois cheguei aqui até me frustrei.
4305 Então, na verdade, é importante que a gente saiba exatamente, porque temos uma
4306 responsabilidade política, este conselho foi pensado desta forma, não é nem para
4307 concordar, como eu sempre disse, a Regina foi muito contundente nisso, até eu fiz a
4308 *mea culpa* naquela reunião extensa da diretoria. O conselho não é para referendar o
4309 plano de governo, pelo contrário, ele tem uma postura crítica para ter uma posição.
4310 Pode até não agradar, mas é uma posição. E eu acho que, na minha opinião, só soma.
4311 Nesse sentido, se houver possibilidade de a gente garantir esse encontro, entendeu,
4312 Neves? Marcos Costa e eu tivemos, mas a gente não teve a presença de secretarias
4313 importantes. É um apelo.

4314

4315 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4316 **Segurança Pública):**

4317

4318 Quero só informar que talvez todos não estejam cientes. Foi feito convite para todos
4319 esses órgãos que foi solicitado pela câmara técnica. Nós pedimos que cada um, o
4320 Ministério da Educação, todos esses ministérios, os órgãos que a Tereza citou agora,
4321 que eles indicassem um representante, todos indicaram. E todos foram convidados para
4322 a reunião e nem todos compareceram. Não é um fato, a gente convidou, nós ligamos,
4323 conversamos com as pessoas diretamente, primeiro mandamos um ofício pedindo a
4324 indicação, depois ligamos, confirmando a indicação e tal, convidamos para o dia da
4325 reunião, a reunião foi marcada e não foram todos. Então, assim, conversei bastante
4326 com a Verônica na época tudo, a reunião parece que foi bem interessante, esse é o
4327 resultado que a Verônica disse, só, que no entanto, não foram todos os representantes.
4328 Mas, não foi por falta de convite, não foi por falta de aviso, todos eles foram avisados
4329 inclusive por telefone. Então, a gente pode ver isso, mas entra naquela questão que a
4330 gente tinha conversado antes. Como vai ser audiência pública no mês de junho, eu
4331 acredito que a gente já tenha disponibilidade para analisar financeiramente como é que
4332 ficam as reuniões das câmaras técnicas.

4333

4334 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
4335 **Sindapef):**

4336

4337 Bom, nesse caminho que trilhou a Tereza a gente concorda e acha que não é só marcar
4338 audiência não. Precisamos ter condição para organizar essa audiência. Essa é uma
4339 audiência que não é de um conselheiro, mas é indicativo de uma Câmara Técnica e é
4340 preciso ter as condições para prepará-la. Eu penso que, minimamente, o conselho
4341 precisa garantir dois encontros, já que temos dois meses vazios, porque no mês de abril
4342 vai ter aqui o nosso encontro ordinário, mas, pelo menos, dois encontros para que a
4343 gente possa organizar. Isso também é visto porque o doutor Augusto Rossini nos
4344 propôs no sentido de estar participando também de algumas reuniões do CNPCP
4345 porque também não adianta provocarmos aqui uma audiência pública sobre sistema
4346 prisional com ausência de um órgão que demandas políticas públicas do sistema
4347 prisional. Então, essa questão precisa ser garantida. A segunda, que eu acho que é a
4348 preocupação que colocou Marcos Rezende em relação de quem pode vir e de quem
4349 não pode vir. Pautado na experiência das perícias, eu posso dizer claramente que
4350 vendo como funcionou o trabalho, as discussões, eu tenho comigo, eu não tenho muita
4351 clareza, mas eu tive muito mais condições de ir para as votações aqui sobre o tema. Eu
4352 não sei como isso vai funcionar, mas, particularmente, não acho que essa audiência
4353 publica é uma audiência pública voltada para as categorias de base, que as pessoas

4354 venham, me parece que a ideia da audiência pública e foi nesse espírito que a gente
4355 vem propondo é para que o conselho tenha condições de ter informações de discutir
4356 com um pouco mais de propriedade as questões tabus, e a questão, por exemplo, da
4357 regulamentação constitucional da profissão do servidor penitenciário a partir de uma
4358 emenda constitucional é justamente isso, é um tabu que todo mundo fala, mas ninguém
4359 tem uma noção muito clara, inclusive o próprio Ministério da Justiça se posicionou
4360 contra, diz que tem um parecer, a gente não sabe onde ele está e queremos
4361 desenterrar esse parecer, que é anterior à Conseg para que a gente possa subsidiar
4362 vocês nessa discussão. Acho que a intenção da audiência pública é essa. Nesse
4363 sentido, não me incomodaria nem um pouco se o Senasp não viesse a financiar a vinda
4364 das militâncias. Acho que somos representados para discutir isso aqui com muita
4365 tranquilidade.

4366

4367 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
4368 **Organizações Populares – GAJOP):**

4369

4370 Eu gostaria de fazer uma colocação muito mais pedindo que os senhores considerem a
4371 possibilidade de deixar em aberto a partir do segundo semestre os temas dessas
4372 audiências públicas. E aqui eu quero trazer uma delas é que a sociedade civil, a
4373 representação da sociedade civil neste momento está desfalcada. Segundo coisa que
4374 me parece muito importante é que nós temos um fato político administrativo da maior
4375 importância que foi a apresentação do Plano de Segurança Pública feito pelo senhor
4376 Ministro. De forma, que nós vamos ter que fazer uma releitura da nossa produção de
4377 câmaras técnica para podermos analisar até que ponto aqueles elementos merecem
4378 uma discussão, um aprofundamento, um questionamento enfim, nós vamos ter que
4379 tomar posições e a partir da produção já feita. Então, me parece que neste momento a
4380 partir desta oportunidade de análise, nós vamos ter poder, aliás muito mais do que isso,
4381 poder fazer algumas sugestões de temas que sejam realmente prioritários, as
4382 sugestões e, claro, submetidas a uma apreciação geral. Em relação a isso, eu acho que
4383 valeria a pena do ponto de vista da sociedade civil, concordo com a Tereza, quando ela
4384 chama a atenção da importância de uma audiência pública como um ato político, então
4385 nós sempre fazemos um esforço de levar para as audiências públicas um público,
4386 porque do contrário não é audiência pública. Eu acho que audiência pública nem ela se
4387 confunde com seminário, nem como grupo de discussão, que, aliás, são recursos
4388 importantes para os esclarecimentos necessários que a câmara pode promover. Mas
4389 audiências públicas que respeito à publicização de determinadas questões que não
4390 bastante claras e neste momento se faz em ato público determinadas alianças de apoio,
4391 de vários setores para aquelas novas posições que se está querendo defender aqui. Era
4392 só isso. Em síntese o que eu gostaria é de que vocês levassem em consideração a
4393 possibilidade de deixar em aberto as indicações das temáticas para a partir de agosto
4394 para a gente ter um tempo para maturar melhor o que é esse tempo.

4395

4396 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
4397 **Criminais Federais – APCF):**

4398

4399 Boa tarde a todos e todas. Eu me inspirei a falar justamente após as ponderações do
4400 conselheiro Marcos Rezende, acho eu foram muito oportunas as ponderações dele, as
4401 preocupações e agora já aproveitando o gancho que a conselheira Célia deixou que, de
4402 fato audiências públicas precisam ter um público que não só o conselho. Lógico que é o
4403 conselho que vai colher os subsídios para tomadas de posição, mas esses subsídios
4404 precisam vir principalmente das manifestações públicas daqueles que, evidentemente,
4405 serão convidados. Claro, que a Senasp, Ministério da Justiça, os meios financeiros para

4406 promover a vinda de pessoas são limitados os convidados. Então, acho eu uma
4407 alternativa que tem sempre que se buscar é que, se for uma audiência que não haja
4408 entidades de classe com capacidade de fazer mobilização, como foi o caso da
4409 audiência da autonomia das perícias, felizmente as entidades envolvidas tiveram
4410 condições de trazer certo número de participantes interessados do público em geral que
4411 seja uma audiência que se dê mais publicidade, porque a nossa primeira experiência
4412 em audiência ela foi considerada exitosa, eu acredito que ela foi exitosa, mas por força
4413 da mobilização das entidades de classe. Então, aquelas audiências que não tiver essa
4414 força de mobilização de entidade de classe vai precisar que o próprio Conasp, através
4415 de sua Secretaria Executiva, promova uma divulgação de modo a conseguir trazer para
4416 a audiência e aí os conselheiros também são importantes, as entidades aqui
4417 representadas são importantes para fazerem essa divulgação e tentar pelo menos
4418 estimular as pessoas do lugar, se não vieram de outros estados do Brasil, mas pelo
4419 menos do lugar a ter um público na audiência e, finalmente, só para pedir também que a
4420 gente possa não ter na definição dos palestrantes da próxima audiência os problemas
4421 que tivemos nessa primeira, porque não podemos enxergar apenas o lado exitoso. Eu
4422 como participei desse debate, eu disponibilizei ou democratizei aos demais conselheiros
4423 na nossa lista de discussão, eu acho que a forma como foram feitas as indicações não
4424 foi, a meu ver, a forma mais adequada, tratando o tema com lados opostos. Acho que
4425 quando levarmos um tema para debate numa audiência tem que elencar quais são os
4426 atores, os órgãos ou autoridades interessadas no tema que têm que ser convidadas a
4427 contribuir no debate. Independentemente de sua posição. Era isso, obrigado.

4428

4429 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

4430

4431 Só para comungar aqui das preocupações colocadas, é claro que algum tema vamos ter
4432 dificuldade maior de público. Aí vai merecer de todos nós um esforço para que a gente
4433 consiga superar essa dificuldade. No caso do crack, acho que o tema é tão interessante
4434 para todos os segmentos, são 4 ministérios envolvidos. Não é possível que não
4435 consigamos mobilizar os 4 ministérios. São entidades, são igrejas, acho que tem uma
4436 gama de interesses tão grande nesse tema, que acho vai ser, eu diria, teremos alguma
4437 tranquilidade de público, não vai ser o caso de outros temas. E aí ver se, em tendo
4438 dificuldade, quais as medidas a tomar para garantirmos que haja, de fato, não só a
4439 participação na mesa, diversificada, plural, que tenha contrapontos, mas também do
4440 público que vai participar. A outra coisa é o seguinte: como em agosto a proposta é que
4441 tenhamos a desmilitarização da polícia, eu proponho que em outubro a gente tenha
4442 como tema a questão do enfrentamento da violência. Projeto que está na Casa Civil.
4443 Não é possível que até lá a gente não tenha esse projeto colocado para a sociedade e
4444 se não tiver mais um motivo para nós de, certa forma, pressionar o governo para que
4445 isso seja colocado em prática.

4446

4447 **O Sr. Elder Costa Santos – Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE**

4448

4449 Boa-tarde. Então, eu queria comungar com a conselheira Célia quando ela fala sobre a
4450 necessidade que o conselho tem de interferir nas ações que o ministro apresentou aqui
4451 na primeira reunião do ano, estou muito preocupado de como vai se dar esse processo
4452 de influência do Conasp nas ações que foram apresentadas. Então, acho que o nosso
4453 desafio é realizar as audiências, mas também conseguir interferir nessas ações. Eu
4454 gostaria de apresentar uma proposta de tema para a audiência. A proposta é discutir o
4455 papel dos meios de comunicação na questão da segurança pública no país, tendo em
4456 vista que os veículos de comunicação cometem uma série de equívocos que acabam
4457 comprometendo todas as ações que a gente faz no sentido de promover uma

4458 segurança pública humanitária no nosso país. Então, acho que esse é um tema que
4459 está na ordem do dia e o nosso conselho precisa discutir, precisa chamar o Ministério
4460 das Comunicações, precisa chamar as organizações que representam os jornalistas do
4461 nosso país para que a gente possa discutir um pouco melhor sobre a influência negativa
4462 dos meios de comunicação e também a influência positiva que esses meios podem ter
4463 na questão da segurança pública no Brasil. Obrigado.

4464

4465 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
4466 **Periciais do Brasil):**

4467

4468 Discordo até em parte do meu companheiro de bancada, meu amigo Agadeilton, agora
4469 a plateia é importante, mas o mais importante nas audiências públicas são os
4470 debatedores. Que são eles que virão trazer as informações que nós precisaremos para
4471 tomar as nossas decisões. Eu acho que a plateia é importante, mas ela não é
4472 fundamental. Os debatedores sim. Esses são os que nós iremos nos referir a eles, eles
4473 vão trazer informações e nós vamos retirar as nossas dúvidas. Esse é o meu ponto de
4474 vista. E aproveitando para não retornar a palavra, essas datas já estão sendo colocadas
4475 como consenso, das audiências? Porque nós falamos hoje de manhã, inclusive eu se
4476 for consenso, mas eu quero registrar a minha posição, é que a audiência que foi
4477 proposta pelo conselheiro Éder já é bem antiga, faz muito tempo que se discute isso.
4478 Esses outros temas, todos são importantes, mas a solicitação de audiência surgiu
4479 agora. Então, eu continuo achando não por questão de prioridade, mas por uma
4480 questão de deferência, por uma questão de respeito ao colega Éder que já vinha muito
4481 tempo colocando esse tema para audiência pública. Eu queria deixar marcado o meu
4482 posicionamento.

4483

4484 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
4485 **Criminais Federais – APCF):**

4486

4487 Eu só não entendi onde nós discordamos. Porque eu, de fato, julgo muito importante a
4488 presença dos debatedores.

4489

4490 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
4491 **Periciais do Brasil):**

4492

4493 Você falou sobre a questão de mobilização da plateia. Você disse que era importante e
4494 tal. Nós mobilizamos porque eu vi interesse. É importante, lógico, se pudesse lotar o
4495 auditório lógico que é importante. Mas, acho que a importância maior são os
4496 debatedores. Agora, queria também registrar que você falou, esses convites aos
4497 debatedores têm que ser feitos com antecedência porque, Suelen, eu sofri uma pressão
4498 do Pedro Montenegro que depois que nós o convidamos, ele me ligava quase todo dia
4499 para falar que não tinha recebido confirmação, que ele tinha outros convites e tal, e me
4500 parece que o convite só foi formulado na última semana e na quinta ou sexta-feira agora
4501 na semana próxima passada. Só colocando para que nas próximas audiências, foi a
4502 primeira audiência todos os erros são justificados. Só como sugestão para as próximas
4503 audiências que a gente faça com antecedência até para que o palestrante ou o
4504 debatedor se programe, porque nós estamos programados, mas eles não, ao tem essa
4505 programação. Obrigado.

4506

4507 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4508 **Segurança Pública):**

4509

4510 Só para justificar que, na verdade, é o seguinte: todas as passagens foram solicitadas
4511 com 10 dias, então nenhum foi convidado com prazo inferior a dez dias, ninguém, não
4512 teve nenhuma passagem fora do prazo. Só que aconteceu com eles o que aconteceu
4513 com todos vocês. Todo mundo recebeu a passagem sexta-feira, depois das 5 da tarde.

4514
4515 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
4516 **Periciais do Brasil):**

4517
4518 Mas não é passagem, Suelen, que ele cobrou, isso é para os próximos, isso acontece.
4519 É o convite formal do Conasp.

4520
4521 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4522 **Segurança Pública):**

4523
4524 Eu não tenho nem como colocar no sistema se eu não tiver isso. Então, na verdade, o
4525 que eles estavam agoniados...

4526
4527 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
4528 **Periciais do Brasil):**

4529
4530 Mas o convite só no papel.

4531
4532 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
4533 **Segurança Pública):**

4534
4535 Sim, ele recebeu porque ele confirmou, mandou para mim todos os documentos para eu
4536 inserir no prazo, todos os dados de que eu precisava, não foi nenhuma fora do prazo.
4537 Na verdade, o que eles estavam agoniados e ligando com grande frequência para a
4538 gente, é porque 5 horas da tarde não tinha nenhuma passagem de nenhum de vocês
4539 tirada, isso na sexta-feira. Eu estava apavorada. A Tereza até me mandou uma
4540 mensagem, a gente saiu do ministério mais de 8 da noite até emitir a última. Então,
4541 inclusive as dos palestrantes estavam no meio dessas. Os senhores já estão mais
4542 acostumados.

4543
4544 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
4545 **Periciais do Brasil):**

4546
4547 Se for uma questão de passagem, eu até entendo, a mim ele falou que não recebeu
4548 convite. Então, se foi feito, eu retiro aqui, só registro o que ele passou para mim.

4549
4550 **O Sr. Heder Martins de Oliveira – Associação Nacional de Entidades de Praças**
4551 **Militares Estaduais. ANASPRA**

4552
4553 Boa-tarde a todos e a todas. Eu agradeço a preocupação do companheiro Humberto e
4554 gostaria de, em que pese entender e compreender clara e tranquilamente a fala da
4555 conselheira Célia, de que, se caso haja, e é a plenária quem vai decidir isso, se
4556 eventualmente houver um corte a partir de quando e até quando, que a Anaspra
4557 pudesse ser contemplada com o pedido da audiência porque até então as discussões
4558 que havia sido feitas não existia outros temas e buscamos os 3 interessados até então
4559 nos temas e aí por um ato de entendimento em razão de todo conselho, o que era
4560 prioritário deixou de ser, eu digo não no tema, mas na sequencia das audiências, não
4561 estiquei corda com Cynthia, não estiquei corda com José Neves, até porque esse tema

4562 que a gente pretende discutir é muito polêmico, necessitará de uma grande mobilização
4563 para pessoas com responsabilidade, não apenas corporativistas, racistas, a gente tem
4564 até um pouco mais de tempo, então, eu gostaria de fazer esse apelo que se a plenária
4565 entender que haverá uma linha de corte, eu gostaria que não fosse exatamente a partir
4566 da proposta da Anaspra, mas se assim entender, não há mais o que fazer. Eu gostaria
4567 de sugerir à conselheira Cynthia, o nome do professor Luís Flávio Sapore porque ele
4568 tem um estudo em Belo Horizonte, aliás, é publicado já, a respeito do crack, com dados,
4569 estatísticas, números e se não houver evidentemente que o responsável pela dinâmica
4570 é que vai escolher os nomes e se for possível eu vejo com ele um livro e mando para
4571 que vocês tenham noção, porque em Belo Horizonte ele se especializou nessa questão
4572 do tratamento do crack, não sei se ele foi ouvido para o programa nacional, acho que
4573 seria de boa contribuição ouvi-lo e se assim os responsáveis pelo debate entender.
4574 Então, eu faço aqui a sugestão do nome dele e se a gente tiver que proceder a inclusão
4575 e votação, eu gostaria de contar com a compreensão do tema proposto pela Anaspra,
4576 mas é o que a gente tem que submeter à plenária. Então, fica aqui o nosso registro e
4577 pedido. Obrigado.

4578

4579 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN**
4580 **BRASIL):**

4581

4582 Eu acredito que nós não deveríamos colocar, eu ainda não estou entendendo se a
4583 gente está colocando aqui na pauta uma série de audiências públicas. Se for isso, eu
4584 gostaria de desmembrar. Se for essa sugestão que está colocada, eu gostaria de
4585 desmembrar. Porque audiência pública não é de fato a gente trazer especialista, não é
4586 isso, audiência pública é quando nós ouvimos a sociedade civil trazendo propostas para
4587 as pessoas. Isso é uma audiência pública. Nós vamos discutir sobre crack. Aí nós
4588 colocamos uma pessoa que vai falar, que a gente sabe, que a gente acredita e depois
4589 dessa pessoa falar 30 ou 40 minutos, ou 3 horas, fala: “Agora nós estamos abrindo para
4590 que toda a comunidade possa se pronunciar a respeito deste tema porque queremos
4591 coletar o máximo de informação possível para inserir no nosso trabalho”. Pronto, é
4592 audiência pública, o público fala. Pois é, então, eu não sou a favor disso não aqui. Por
4593 quê? Porque não tem gente. Não em quórum. O quórum, gente, se a Senasp não vai
4594 pagar a passagem do povo e ficou bem nítido que a Senasp não tem pagar isso, o
4595 quórum vai ser a gente mesmo falando. Assim, isso é uma verdade, isso é real. A não
4596 ser que saia um compromisso aqui das entidades dizendo, eu estou falando como
4597 membro da sociedade civil. Eu sei que o Coletivo de Entidades Negras, que é a
4598 entidade que eu represento não tem nem um real, nós não temos um real, não temos
4599 sede, não temos dinheiro, não temos convênio, a gente não vai trazer ninguém para cá.
4600 Aí o que acontece? Nós vamos fazer uma fazer uma audiência pública e as entidades
4601 classistas que têm uma estrutura trazem aqui cem representantes e falam tudo que eles
4602 acreditam para por exemplo o crack e tem uma série de posicionamentos que tem
4603 discordâncias. Então, isso fragiliza o posicionamento da sociedade civil nesse debate.
4604 Então, eu acho que é um risco muito grande esse tipo pontuação da forma que está
4605 sendo feita. É por isso que colocando aqui nosso ponto de vista porque eu acho que ao
4606 invés de nos ajudar, vai nos atrapalhar. Daí que eu sou a favor desse primeiro debate
4607 com relação à questão porque é uma pauta que está aqui colocada. É assim que foi
4608 passado para nós aqui hoje. Agora, as demais, a gente precisa ir discutindo mais,
4609 pensando mais, acompanhando mais sobre riscos de nós entrarmos aqui numa fria.
4610 Estou falando isso principalmente a todos do conselho. Mas, estou deixando um ponto
4611 especial para nossos irmãozinhos da sociedade civil porque é importante a gente
4612 entender isso que está colocado.

4613

4614 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
4615 **República):**

4616

4617 Eu prometo a vocês que vou ser breve. Eu me lembro aqui da minha primeira fala,
4618 senhores, eu tenho muito privilégio de esta neste conselho. Eu me lembro que a minha
4619 primeira fala foi trazer um pouco da, ainda que eu seja novo, experiências de todos, eu
4620 passei pelos Três Poderes e tentei trazer um pouco da minha experiência. Sem querer
4621 aqui defender um ou outro conselheiro, mas não podemos esquecer que estamos aqui
4622 diante de uma plena participação social, a audiência pública é uma espécie, está lá na
4623 Constituição, dessa gestão e participação social e gestão democrática. Agora, o que
4624 nós queremos verificar, acho também que é preliminar e importante sabermos o
4625 seguinte: quantas audiências públicas nós teremos, primeiro ponto. Então, a
4626 possibilidade, queiramos ou não, ainda que vocês segmentos, eu digo segmento é
4627 sociedade civil ou trabalhadores, queiram ou não queiram, está lá no decreto, o Conasp
4628 não tem orçamento próprio e ele integra um órgão público. E aí tem essa questão toda
4629 orçamentária. Quanto que vai ser disponível para o Conasp, ainda não sabemos, é uma
4630 questão que a mim não cabe como representante da Presidência da República porque
4631 até mesmo isso é do Ministério da Justiça. A outra situação: sabendo quantas
4632 audiências temos a possibilidade, a pergunta é: quais serão as prioridades para essas
4633 audiências? E aí eu pego muito a fala do Héder, pego a fala da conselheira Célia que é
4634 a seguinte: depois de sabermos as prioridades, as audiências vão ser cada Câmara?
4635 Porque o seguinte cada câmara tem direito então a uma audiência então, dentro da
4636 câmara porque, agora puxando a sardinha para a minha câmara, nós podemos pegar
4637 uma audiência pública a questão da homofobia que também estava pautada há muito
4638 tempo. Então, a possibilidade das audiências vai ser uma audiência para cada câmara,
4639 duas audiências, três audiências para depois verificarmos as prioridades dessas
4640 audiências. Depois voltamos a outra situação é que existe outros canais diretos de
4641 participação que não somente uma audiência e que também pode servir para a mesma
4642 finalidade, por exemplo, nós temos a possibilidade de ter uma consulta pública que não
4643 é menos dinheiro, temos as questões ainda dos fóruns, esses fóruns podem ser
4644 presenciais e virtuais, não podendo esquecer hoje a questão da internet que abrange
4645 essa possibilidade de abranger a origem de vocês, a base de vocês, e tem ainda as
4646 mesas de diálogo. Segundo posição, então audiência pública é apenas um desses
4647 canais que o Conasp pode utilizar. Depois, trazendo aqui, por exemplo, para o nosso e
4648 aí eu pego muito bem as palavras da conselheira Célia, do Héder e do Rezende a
4649 audiência pública está pautada em tema específico e polêmico. Segundo, ela não pode
4650 ser pela própria metodologia, ela não pode ser focada em temas abrangente, é tema
4651 específico justamente para debater uma situação específica. Depois ela está pautada
4652 em algo que não é acordado ou duvidoso nesse caso para o conselho. Veja a questão
4653 da nossa primeira audiência. Nós tivemos muita dificuldade para compreender e
4654 precisamos de esclarecimento. Então, vejam, que é um tema específico. Foi sobre o
4655 quê? Autonomia da perícia. E eram pontos que este conselho estava muito em dúvidas,
4656 era para esclarecer. Depois nós colocamos a previsão, por exemplo, do crack, vejam
4657 que o que nos foi passado, ele está pautado em três eixos. Aí a minha primeira
4658 pergunta: qual é o foco escolhido pelo Conasp dentro dos três eixos? Segundo, qual é o
4659 conteúdo dentro do foco escolhido? Vai ser relacionado ao próprio conteúdo do plano?
4660 Vai ser quanto à execução do plano? Ou vai ser a questão do monitoramento pelo
4661 conselho? Qual é o sujeito que nós precisamos pegar na audiência pública como tema
4662 específico? Vai ser o próprio Conasp, vai ser o usuário específico, ou vai ser o agente
4663 de segurança? Porque, vejam senhores, a audiência pública até mesmo pela
4664 metodologia, nós só temos um dia. Vejam até que um dia todo mundo querendo trazer,
4665 e é legítimo, tem que ser, trazer a população, a sociedade civil, os debatedores, aí eu

4666 quero que vocês sejam, posso até estar errado, em que um dia só debateremos todos
4667 os eixos do enfrentamento do crack envolvendo o usuário, envolvendo unidades,
4668 envolvendo todos os agentes, os guardas municipais e as militâncias não vamos ter. E
4669 aí vamos chegar, como o Rezende falou, em um grande debate, mas não vamos focar
4670 em tema específico. E para concluir, eu queria dizer o seguinte: veja a importância que
4671 teve a nossa audiência e mais uma vez eu peço para pegar, mais uma vez, a palavra da
4672 conselheira Célia, uma palavra muito bonita e legal que é maturação. Veja que a
4673 perícia, quantas vezes o conselho debateu e questionou sobre a perícia, fizemos o quê?
4674 Maturamos a ideia. Depois estamos com dúvida ainda, aí agora vamos para uma
4675 audiência pública e aí agora nossas dúvidas retiradas, agora já pudemos. Veja, como
4676 Secretaria-Geral, nós somos de diálogo e eu vim aqui pelo menos trazer essas
4677 contribuições a vocês.

4678

4679 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
4680 **Federais – Fenaprf):**

4681

4682 Eu queria, aproveitando o que o João Francisco falou, ver se no momento ali em vez de
4683 audiência, caberia mais um seminário quando vamos ouvir especialistas, não seria isso,
4684 João Francisco? Talvez até precedendo a audiência.

4685

4686 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
4687 **República):**

4688

4689 O crack não vai ser debatido por este conselho? Vai. Primeiramente onde? Na Câmara
4690 que foi indicado. Depois vai voltar para onde? Para este conselho. Voltando a este
4691 conselho, nós vamos saber qual é o ponto que não está de acordo, qual é o ponto em
4692 dúvida para depois talvez repensar na real necessidade. É uma audiência mesmo, vai
4693 ser uma consulta pública, quais são os eixos que o conselho está sentindo mais
4694 dificuldade, ou não chegamos ainda num consenso, precisamos maturar a idéia. O que
4695 está pegando o plano? É relacionado ao eixo prevenção ou é relacionado ao eixo da
4696 autoridade porque precisamos maturar, até mesmo porque, vejam, que há gente, eu
4697 mesmo sou um que não conheço ainda o plano completamente, não sabemos ainda
4698 qual é o grau, a crítica, estou falando o governo agora, não sabemos ainda a
4699 quantidade ou o grau que a crítica de vocês que o plano vai receber, até mesmo porque
4700 não conhecemos a fundo e não sabemos ainda advir deste conselho.

4701

4702 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

4703

4704 Deixe-me entender a ideia, é um encaminhamento? No caso aí a sua colocação, o
4705 instrumento da audiência pública já todos os temas que foram apresentados, eles não
4706 teriam como ser contemplados?

4707

4708 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
4709 **República):**

4710

4711 Eu sou muito pragmático. Um exemplo: neste momento agora para um mês, seria
4712 necessária uma audiência para debater? Talvez uma consulta pública ou um fórum para
4713 debatermos diante do plano que nos foi apresentado e aí, sim, a gente sabendo por
4714 outros meios que a gente pode ter mais informações, o objetivo é mais observações,
4715 mais conteúdo e informações. Tendo isso, já teve uma deliberação ou não chegou, não
4716 chegamos a um consenso aqui sobre o que queremos criticar ou alterar no plano, então
4717 aí é a efetividade da audiência neste momento.

4718

4719

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):

4720

4721

O seu posicionamento é que as audiências públicas que já estariam, vamos dizer, com três contempladas, precisaria primeiro discutir em outros momentos a maturação para poder justificar uma audiência pública, é isso?

4722

4723

4724

O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República):

4725

4726

4727

A audiência agora em abril, não estou dizendo que tem que retirar ou não a importância do crack. Eu estou perguntando assim: já em abril agora, este conselho já está preparado com várias informações sobre o que vai ser discutido nessa audiência pública precisamente? Já foi debatido nas câmaras, já foi debatido neste conselho? Vai dar tempo? Então, nessa audiência, vamos assim: “Pôxa, o ministério ainda que esteja errado ou não, o ministério exemplo só conseguiu sete audiências públicas para o conselho durante o ano”. E durante isso como é que vai ficar? Então, já perderíamos uma possibilidade de uma audiência pública quando talvez poderíamos suprir por outros mecanismos.

4728

4729

4730

4731

4732

4733

4734

4735

4736

4737

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):

4738

4739

Ok. Então, vamos passar para outro conselheiro, que é a Cynthia.

4740

4741

A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):

4742

4743

4744

4745

4746

4747

4748

4749

4750

4751

4752

4753

4754

4755

4756

4757

4758

4759

4760

4761

4762

4763

4764

4765

4766

4767

4768

Ainda não está claro para mim, acho que estamos discutindo um monte de coisas, a composição da mesa, se vai ter audiência. Então, eu estou aqui, eu vou apresentar aqui também nesta cachoeira de informação. A primeira coisa quando o Marcos estava colocando a questão de ter um seminário, o que é uma audiência pública, eu penso assim: quando nós apresentamos a proposta do CFP tem uma fala para discutir o plano crack, não foi simplesmente para chegar aqui e dizer: “Olha, não gostamos disso e disso do governo”. Não, era uma fala também técnica, é uma fala de um conselho que trabalha com essa população, uma categoria profissional que trabalha com essa população. Isso é uma questão. Então, a nossa fala aqui seria obviamente também política porque a gente trabalha com a população, mas tem posicionamento político nesse enfrentamento, nessa questão. Seria também uma fala técnica. O que eu entendi do Conasp hoje, o que poderia nos qualificar enquanto posicionamento. Eu acho que a gente precisa, sim, de informação técnica porque um plano que se estabelece aqui ele precisa de informação dessa natureza. Mas, por outro lado, aqui não é um quadro de especialista, nós estamos discutindo a política de enfrentamento para uma questão técnica. Nesse sentido a audiência pública é importante porque ela vai ouvir, na linha do que o Márcio colocou aqui, a audiência pública é exatamente ouvir esse usuário desse que nós todos que vamos ser submetidos a esse plano que é uma política pública que o governo implementou. Então, como é que os atores estão lidando com isso, seja a categoria profissional, seja o próprio usuário, seja a própria população de rua, que pode não estar contemplada diretamente, mas ela está sendo cutucada com isso, aliás, quando se pensa em plano crack ninguém pensa em *haves*. Ninguém pensa em superquadras, aqui em Brasília, a gente pensa numa população específica. Então, como proposição, eu não gostaria que a audiência pública fosse retirada, porque acho importante o debate, isso vai qualificar. Mas, também posso sugerir e incluir, uma vez

4769 que se a gente vai ter como decisão aqui que na próxima plenária, nós vamos nos
4770 debruçar em cima de uma nota, de uma resolução, não sei...

4771

4772 **A Sra. Tereza Cristina Almeida Ferreira (Conselho Nacional dos Defensores Gerais**
4773 **– CONDEGE)**

4774

4775 Se foi colocado aqui que o plano está em construção, vamos desarmar, e vamos
4776 entender que também este conselho tem a responsabilidade política de ter uma
4777 posição. Eu coloquei assim, não é que está preocupado em referendar ou não o plano,
4778 mas que temos que desarmar para entendê-lo, para fazer do ponto de vista técnico e
4779 acho pecou um pouco essa quantidade de agenda que foram solicitadas à mesa
4780 diretora e talvez até não seja colocado em prioridade o quantitativo de coisas que
4781 precisavam ser aprofundadas aqui. Na minha opinião, dentro dos dias, quantas vezes
4782 fosse necessário ser aprofundado, a responsabilidade é nesse sentido, porque a
4783 sociedade para cobrar amanhã deste conselho a posição.

4784

4785 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**

4786

4787 Então, na verdade o que eu gostaria de propor: o governo, na verdade, já apresentou
4788 seu plano, acho que não é outro momento para apresentar porque o tempo foi hoje. Eu
4789 entendi isso. Então, temos que ter um posicionamento com relação a isso, até ontem a
4790 Eliana estava comentando, as coisas estão acontecendo aí. Então, é um tema
4791 emergente. Então, a minha proposição é que aconteça, sim, a audiência e que se esse
4792 plenário achar interessante que na plenária a gente tenha um momento para exposição
4793 rápida, sei lá de 40 minutos, que fale de crack, álcool e outras drogas numa perspectiva
4794 técnica. Que pode ser o CFO ou se a plenária decidir que seja outro ator, mas se essa
4795 informação for importante que ela aconteça não no caráter de audiência pública, porque
4796 eu acho que audiência pública é para discutir a política que está sendo implementada.
4797 Inclusive, não sei se é o momento e o tempo para fazer isso, eu acho importante na
4798 audiência pública compondo a população de rua mesmo ou em situação de rua, como
4799 queiram chamar, uma associação ou fórum, eles têm que estar presentes na mesa
4800 porque, não adianta dizer, mas estão sendo atingidos diretamente com isso e a frente
4801 hoje, há uma frente chamada Frente Nacional de Entidades pela Cidadania, Dignidade e
4802 Direitos Humanos na Política Nacional sobre Drogas, é uma frente que se reuniu, são
4803 mais de 40 unidades, o CFP está compondo também. Essa frente já teve três encontros
4804 e é um frente que está exatamente questionando, basicamente, três questões: a
4805 participação social na questão na construção da política, a questão de inserção e
4806 financiamentos das comunidades terapêuticas que não estão privilegiando o SUS,
4807 porque a ideia é de que se fortaleça o SUS, não se insira novos atores de iniciativa
4808 privada e um terceiro aspecto que é a internação compulsória que está indo totalmente
4809 contrária aos preceitos da reforma psiquiátrica da lei que está vigendo no país. Então,
4810 esse frente tem batido nesses três pontos. Só como sugestão, acho que seria
4811 interessante ter um ator, não precisa ser do CFP, mas um ator que tivesse fazendo
4812 parte dessa discussão porque é uma análise que tem sido feita do plano.

4813

4814 **O Sr. Abelmídio de Sá Ribas (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**
4815 **Brasil):**

4816

4817 Presidente e conselheiros, eu queria só observar o seguinte: o Marcos, o nosso
4818 companheiro Marcos Rezende, fez uma colocação bastante oportuna do meu modo de
4819 entender. A preocupação que o Marcos Rezende teve com a participação do público de
4820 modo geral, é de todo conveniente porque é o objetivo primordial de uma chamada

4821 audiência pública. Absolutamente correto quanto a isso. O que me preocupa também,
4822 concordando, portanto, com a colocação inicial feita pelo Marcos Rezende, o que me
4823 preocupa é que nós, enquanto Conasp, precisamos também definir com certa clareza
4824 os critérios pelos quais nós iremos definir a realização dessas audiências e,
4825 especialmente, das temáticas relacionadas a essas audiências. Que a gente percebe
4826 que às vezes nós, sem nos apercebermos, estamos nos desviando daquele que é o
4827 nosso verdadeiro propósito. Este conselho foi constituído para tratar das políticas de
4828 segurança pública, das grandes políticas, das diretrizes gerais dessa política e não para
4829 questões pontuais, específicas como nós temos eventualmente nos envolvido e perdido
4830 muito tempo tratando dessas especificidades. Na própria audiência relacionada com a
4831 questão da perícia, presidente, isso me parece ficou bem claro, mas estávamos aqui e
4832 nos apercebemos disso, felizmente, discutimos um tempão tentando buscar soluções
4833 para determinadas questões que são absolutamente internas, administrativas que dizem
4834 respeito à administração interna da Polícia Federal e da perícia como parte dela.
4835 Felizmente quando nós nos apercebermos: “Olha, não devemos estar tratando de
4836 questões específicas, pontuais”, é só de regramento geral que se aplica a todo mundo,
4837 que sirva para o país todo, que se possa tratar em todas as unidades da Federação por
4838 todas as instituições e atendendo substancialmente aquilo que é de interesse geral e
4839 coletivo. E não de questões pontuais. Se não vamos ficar tratando de matérias de
4840 natureza corporativista ou até tem uma conotação sindicalista, o que é pior, longe,
4841 completamente longe, dissociado do interesse público, daquilo que é o que nós
4842 deveríamos efetivamente tratar. Acho que até a definição dessas temáticas, presidente,
4843 precisamos definir critérios para isso. Porque o risco é muito grande de nós entrarmos
4844 outra vez por falta desses critérios, por falta dessa visão geral em discussões que são
4845 restritivas, extremamente específicas e, às vezes, voltadas só para interesse corporativo
4846 ou sindical. Eu acho que isso temerário. O Conasp não pode, com a dimensão que ele
4847 tem, com o valor que ele tem, com a expressão que ele pretende ter de tratar de Política
4848 Nacional de Segurança Pública é perder tempo e se dedicar a essas questões que são
4849 pontuais. Eu acho, presidente, que o nosso referencial é o interesse público. O que não
4850 puder ser trabalhado de maneira geral e igualitária por todas as instituições não deve
4851 ser objeto de tema para o Conasp. Que daí estamos interferindo outra vez no interesse
4852 corporativo ou no interesse classista ou sindical. E não é esse o nosso papel. Eu acho
4853 que estamos correndo esse risco novamente. A indicação pura e simplesmente dos
4854 temas sem análise crítica, sem a definição de critérios que permitam ao Conasp fazer a
4855 seleção adequada nos está submetendo a um risco extremamente inconveniente,
4856 considerando a constituição do Conasp. E entre esses critérios, eu entendo que,
4857 primeiro, nós deveríamos definir aqueles que são de interesse geral e não que digam
4858 respeito a questões específicas, que dizem respeito, eventualmente, só a esta ou
4859 aquela instituição, a esta ou aquela corporação. Isso não é tema que o Conasp deva
4860 tratar. Sou contra o trato pelo Conasp de temas corporativos, sindicais ou classistas.
4861 Não é nosso papel. O nosso papel é atender o interesse público. É as questões de
4862 segurança pública do país, a Política Nacional de Segurança Pública. Não temos que
4863 ter a pretensão de resolver aqui os problemas internos que as corporações têm, que os
4864 segmentos e as classes profissionais eventualmente possam ter. Eu sou de antemão
4865 contra temas de natureza classista restrita ao ambiente corporativo. Não acho que isso
4866 seja papel do Conselho Nacional de Segurança Pública, estamos barateando muito a
4867 dimensão que o Conselho Nacional tem e que eu acho que ele merece ter. E outro, o
4868 critério que eu acho de fundamental importância é este relacionado ao interesse público.
4869 A pergunta básica é a seguinte: em que isso que nós vamos discutir atende ou melhora
4870 a qualidade dos serviços de segurança pública ao cidadão. Essa é a questão
4871 fundamental a orientar e balizar os nossos posicionamentos e a posição inclusive de
4872 temas dentro do Conasp.

4873

4874

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):

4875

4876

4877

4878

4879

4880

4881

4882

4883

4884

4885

4886

4887

4888

4889

4890

4891

4892

4893

4894

4895

4896

4897

4898

Bom, em primeiro lugar, eu queria, pegando aqui a fala do companheiro Sá Ribas, dizer que todos nós temos consciência de que nossas instituições de segurança pública alguém já disse na própria audiência passada, que estão todas falidas. Eu diria que se não estão falidas merecem ser olhadas com muito mais atenção porque, de fato, alguma coisa tem que ser mudada. E, por conta disso, alguns temas que, aparentemente, podem ser corporativos influenciam diretamente na política de segurança e, por conseguinte da sociedade. E, em última instância é quem financia, quem paga e para quem deve ser esses serviços prestados de maneira com qualidade. Então, temas como a questão da desmilitarização da polícia não seja um tema apenas de interesse das corporações, é um tema de interesse da sociedade e é um tema de interesse do conselho, por conseguinte, e é um tema de interesse da segurança pública. Ou alguém tem dúvida disso? Eu acho que não. Outra coisa, eu concordo plenamente com as preocupações com relação aos critérios para a gente ter as audiências públicas, mas eu acho em primeiro lugar, qualquer projeto de governo deveria ter dentro da chamada democracia audiências que a população pudesse versar, discutir, dizer o que pensa dos projetos, afinal é ela quem tem o maior interesse sobre isso. Então, acho que todos têm aqui colocado é de interesse público e que, portanto, é de interesse do Conasp. Creio que o que nós aprovamos de que teríamos aqui os temas apresentados o governo, depois o debate, depois a câmara técnica, e, por conseguinte, uma resolução do Conasp a partir do que foi apresentado pela câmara técnica. Se nós temos necessidade de em alguns temas, além de ter essa dinâmica, ter audiências públicas que, no afinal das contas, vai reforçar todo esse nosso interesse que é comum...

4899

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):

4900

4901

Tião, só para ver a sequência. Qual foi a sequência que você deu?

4902

4903

O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):

4904

4905

4906

4907

4908

4909

4910

4911

4912

4913

4914

4915

4916

4917

Nós tivemos aqui, apresenta-se os temas, debate-se os temas em plenário, é encaminhado à câmara técnica, aberto à participação de outros conselheiros, e depois resolução para trazer de volta ao plenário. Se temos a necessidade de ouvir e de ter uma audiência pública de temas que são de extremo interesse, por exemplo, do crack, por que não se ter? Então, eu acho que devemos manter os calendários sim e só coloco uma preocupação, além desses temas que nós levantamos aqui, não podemos esquecer que nós também aqui nos comprometemos a fazer audiências públicas nas regiões para discutir, inclusive, os temas da 2ª Conseg. Então, a minha única preocupação é esse, coronel, é da gente ter tempo e capacidade para chegar a essas demandas todas: as nossas reuniões, as nossas audiências internas aqui colocadas hoje e as audiências externas que vamos fazer nas regiões do país para contemplar a preocupação de preparar a 2ª Conseg.

4918

4919

O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da República):

4920

4921

4922

4923

4924

Não estou dizendo que não teria necessidade de audiência pública relacionada ao crack. Estou dizendo que não seria o caso ou a necessidade de postergarmos um pouco mais ou então se permanecendo nessa data, temos que acelerar, por exemplo, a minha câmara técnica tem que acelerar todo esse embate para quando tiver essa

4925 audiência pelo menos todo plenária estará ciente, ou pelo menos com uma informação
4926 ou com informações mais consolidadas até mesmo para efetivar melhor a audiência. De
4927 momento algum eu estou dizendo que não deva ter a audiência, estou dizendo que é o
4928 momento, vai dar tempo nesse um mês para nós amadurecermos a ideia e a trazer a
4929 base e questionar e dar maior efetividade à audiência.

4930

4931 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

4932

4933 O que a mesa está entendendo é que você está achando o tempo apertado, só isso.

4934

4935 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

4936

4937 Eu sugiro que a câmara técnica é quem faça essa avaliação de quem vai chamar,
4938 enfim, o que a câmara pode preparar isso. O que a câmara sentir, por exemplo, a
4939 câmara técnica sentiu de mobilização que não poderia fazer a conferência este ano,
4940 coerentemente propôs para o ano que seguinte. Então, se a câmara técnica tiver
4941 condições uma boa audiência pública para a data prevista, então vamos preparar.

4942

4943 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

4944

4945 Eu gostaria de aparte na sua palavra. Segundo a sua posição, apresentação do tema,
4946 que já foi feito, houve um debate, deve ser encaminhado para a câmara. Depois do
4947 resultado colhido na câmara tem que voltar novamente para debate no plenário. Se o
4948 plenário achar que não foi suficiente as informações poderia ser utilizado qualquer
4949 instrumento, inclusive, audiência pública, é isso?

4950

4951 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

4952

4953 Não. Foi colocado aqui que além dessa dinâmica que nós aprovamos há necessidade
4954 de uma audiência pública. Que só vem reforçar e dar instrumentos...

4955

4956 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

4957

4958 Mas em qual momento ela entraria aí?

4959

4960 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

4961

4962 Uma coisa é dinâmica interna do Conasf. Nós já aprovamos aqui para as nossas
4963 reuniões e deliberações. Outra coisa é uma proposta de audiência pública.

4964

4965 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil):**

4966

4967 Eu não estou entendendo a questão da maturação que o João colocou. Vai a
4968 apresentação, debate, vai para a câmara e volta ao mesmo tempo à plenária.

4969

4970 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

4971

4972 Gente, se nós vamos ter uma audiência pública, a câmara coerentemente ao invés de
4973 colocar um parecer apenas ou a partir de sua própria reunião, vai esperar a audiência
4974 pública. Vai amadurecer mais ainda. Agora, eu acho que é oportuno, acho que a
4975 Câmara Técnica tem que fazer um esforço porque a própria presidente está pedindo:

4976 deem contribuição, é um programa ainda em construção, então, acho que é o momento
4977 da gente dar a nossa contribuição.

4978

4979 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune):**

4980

4981 Eu vou ser rápido. Eu continuo apoiando a ideia de realização das audiências tendo em
4982 vista a importância desse instrumento, agora a preocupação que foi colocada acerca da
4983 participação, sobretudo, a participação da sociedade civil, ela é muito pertinente porque
4984 uma audiência sem a participação da sociedade civil é como se fosse um casamento
4985 sem noiva. No entanto, acho que temos que nós debruçarmos agora a discutir como
4986 promover essa participação. O Governo Federal tem 32 conselhos e em todos esses
4987 conselhos tem a participação da sociedade civil. Então, acho que existe um instrumento
4988 dentro do próprio governo e talvez do Ministério da Justiça de convidar, não os 32,
4989 claro, mas conselhos que tenham a ver com os temas que serão debatidos a enviarem
4990 seus representantes. Ontem nós estávamos numa reunião representando o Conasp que
4991 foi solicitado que indicasse 4 ou 3 conselheiros, estávamos lá o Fórum da Juventude
4992 Negra e a Rede Desarma Brasil, se não me engano. Então, nós temos instrumentos
4993 criativos dentro do próprio para a gente promover uma participação da sociedade civil
4994 nesse processo. Acho que isso não deve inviabilizar a realização de audiência. Temos
4995 que, na verdade, debater como promover essa participação.

4996

4997 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
4998 **Municipais de Segurança Pública):**

4999

5000 Bom, primeiramente, eu gostaria de corroborar com as palavras do coronel Sá Ribas
5001 que eu vejo que foi muito feliz na colocação no sentido de enaltecer aqui o papel do
5002 Conasp em discutir assuntos maiores, genéricos e não coisinhas pequenas que não
5003 influenciam quase nada nas questões de segurança pública. Eu gostaria de deixar
5004 registrado aqui com relação ao primeiro tema da pauta da próxima reunião, que, salvo
5005 engano, é a questão da pena restritiva de liberdade. Gostaria de deixar claro aqui que o
5006 regulamento disciplinar não é para praças, é para os oficiais também. E muitos oficiais
5007 também estão severamente debaixo do regulamento disciplinar. Esse é um ponto que
5008 me deixa muito preocupado porque eu estou representando aqui todas as polícias
5009 militares do Brasil, e corpos de bombeiros militares do Brasil. Isso me deixa muito
5010 preocupado. Eu gostaria que fosse revista essa questão dessa pauta e que isso fosse
5011 discutido na câmara temática, para que depois da discussão na câmara temática isso
5012 viesse para o plenário com uma ideia já mais amadurecida, se não fosse satisfeito o
5013 plenário que retornasse para novas discussões câmara técnica. Porque esse assunto é
5014 muito preocupante e muito delicado. Precisaria que fosse ouvido todos o comandantes-
5015 gerais, todas as entidades de todos os estados no mínimo para que tivesse uma
5016 posição sobre questão da pena restritiva de liberdade.

5017

5018 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5019

5020 Bem, eu acho que fomos muito felizes em cancelar a apresentação do Sinesp. A gente
5021 achava que era uma coisa muito fácil e parece que o consenso está um pouco distante.
5022 Mas, vamos chegar numa solução. *(Intervenção fora do microfone)* Vocês não
5023 perceberam que agora á tarde não interferimos na apresentação de ninguém. Mas sabe
5024 por quê? É porque estávamos com um tempinho mais folgado, a gente só interfere
5025 quando só temos uma hora para decidir tanta gente, é essa a questão. Pode falar, João.

5026

5027 **O Sr. João Francisco da Mota Júnior (Secretaria-Geral da Presidência da**
5028 **República):**

5029

5030 Eu até posso me comprometer para ajudar a Suelen, eu fiz aqui a questão de
5031 conhecermos as legislações, portarias, instruções pertinentes ao Conasp. Tem essa
5032 questão do Sinesp, eu estava lendo a lei, a lei nova de acesso à informação e talvez
5033 seja uma grande aliada deste conselho. Acho que pode ter algumas interpretações na
5034 lei que pode ter obrigatoriedade para o Sinesp. Então, seria uma forma de obrigar os
5035 municípios e os estados na limitação do Sinesp. Eu vou tentar ainda esta semana
5036 encaminhar essa lei de transparência, de informação que aí nós podemos dar uma
5037 analisada para contribuir com que o Ministério nos irá nos apresentar.

5038

5039 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5040 **Militares Estaduais. ANASPRA):**

5041

5042 Eu queria sugerir o seguinte: que a gente esgotasse esse tema e só depois fôssemos
5043 para o intervalo. Por quê? Porque muita gente vai precisar, eu, inclusive daqui a pouco,
5044 às 5 horas senão não vai ter quórum para decidir.

5045

5046 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5047

5048 Então, aí entra a questão do tempo. O tempo precisa ser realmente cumprido para fazer
5049 face a essa questão. Acho que está encerrada com o Marcos Rezende, tem mais
5050 alguém que gostaria? Há uma proposta do conselheiro Elder que seja encerrada essa
5051 discussão ao longo da fala do companheiro Héder, se o conselho consensua sobre
5052 isso? Consensuada.

5053

5054 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5055 **Militares Estaduais – ANASPRA):**

5056

5057 Primeiro, agradecer ao Tião pelo posicionamento porque discutir Política Nacional de
5058 Segurança Pública com o sistema falido ao qual se encontra é continuar na mesmice. E
5059 a gente aqui tem que tomar muito cuidado porque uma palavra mal expressada por uma
5060 praça transforma-se num ato de sidicalismo. Então, enquanto conselheiro, tenho que
5061 me pautar, tomar muito cuidado, buscar serenidade no meu pronunciamento para que
5062 não pareça ou se deixe transparecer qualquer ato de insubordinação, de revanchismo,
5063 mas a proposta da Anaspra é discutir o modelo de polícia que deixe de ser um polícia
5064 opressora do estado contra o cidadão e seja para o cidadão. E a nossa impressão
5065 perpassa por discutir o modelo. Eu não quero aqui em momento algum, até porque esse
5066 conselho tão qualificado quanto é, que o posicionamento da Anaspra seja por todos
5067 referendados. O que eu quero é a possibilidade de discutir. De enfrentar aquilo que
5068 precisa ser enfrentado. Foi-se o tempo que a sociedade civil sequer participava das
5069 discussões da segurança pública. Quem tem 29 anos de polícia como eu, eu sou do
5070 tempo que quem discutia matéria de segurança pública era só os comandantes. E ao
5071 longo desses 29 anos a gente sequer, enquanto categoria e trabalhador, teve a
5072 possibilidade de discutir qualquer gestão, qualquer aperfeiçoamento, qualquer modelo
5073 da segurança pública sob o pressuposto de que nós somos execução. Eu não quero
5074 trazer aqui um posicionamento de praça. Eu quero trazer aqui um posicionamento de
5075 um cidadão, que tem família e que precisa de uma segurança pública eficiente e eficaz.
5076 Então, a discussão não é para saber se a Anaspra vai levar a ideia da desmilitarização,
5077 se vai perder, não se trata disso. É trazer para a sociedade civil, para outro conjunto de
5078 trabalhadores o que pode significar o modelo e quer queira ou não, nós seremos

5079 chamados a essa discussão independentes do tempo. Encontra-se na Câmara dos
5080 Deputados, na verdade, no Senado federal a chamada PEC 102 que possibilita que os
5081 estados criem suas polícias únicas e o conselho será de uma sorte ou de outra instado
5082 a discutir isso e se posicionar. Então, não é posicionamento de sindicalista. Até porque
5083 se fosse eu o faria em outro tom e eu sei fazê-lo. E aí eu preciso, sendo direto e
5084 objetivo, deixar uma palavra ao coronel Vicente Mariano, que a questão das penas
5085 restritivas de liberdade, nunca disse aqui que era só para os praças não. Ela se aplica a
5086 todos os policiais e bombeiros militares. Em Minas Gerais, desde 2002, o regulamento
5087 disciplinar deixou de ser regulamento disciplinar e se chama Código de Ética. E desde
5088 2002 já não existe mais a pena restritiva de liberdade. E nem por isso a disciplina caiu,
5089 nem por isso deixamos de excluir policiais e bombeiros, pelo contrário, então sendo
5090 mais excluídos hoje, que há dentro dele um pressuposto bacilar do estado social e
5091 democrático de direito, que é o exercício da ampla defesa e do direito ao contraditório,
5092 porque no modelo vigente primeiro prende-se depois justifica-se, justificado preso já foi
5093 por infrações administrativas. Não entra no mérito da discussão penal e processual. É
5094 outra história, estamos discutindo penas restritivas de liberdade para o cometimento de
5095 infração administrativa. E essa questão, comandante, talvez o senhor não estivesse
5096 presente, mas ela foi posta na câmara que o senhor faz parte desde abril do ano
5097 passado, e segundo informação do nosso companheiro Gandra, e o Tião pode
5098 corroborar isso, isso já foi apreciado e vem a plenário. Essa é uma questão que é outro
5099 posicionamento que a Anaspra tem com muita clareza. Se ao final dos trabalhos da
5100 câmara técnica, trazida à plenária e a plenária entender que deve permanecer o *status*
5101 *quo* a Anaspra vai acatar com muita tranquilidade. Isso é uma proposta da Anaspra.
5102 Mas, ela irá acatar. E aí nós procuraremos outros meios , assim como já estamos
5103 procurando que é junto à própria secretaria, ao ministro de Estado da Justiça, à
5104 Secretaria de Direitos Humanos, eu vou concluir porque a Anaspra não está aqui como
5105 sindicalista, a Anaspra está aqui representando um conjunto de trabalhadores da ordem
5106 de 700 mil. E eu considero até, para eu concluir, o senhor quer um aparte?

5107

5108 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5109 **Municipais de Segurança Pública):**

5110

5111 Eu não participei na câmara temática. Então, a entidade que eu represento são 800 mil
5112 policiais no país não participou. Isso vai ser levado ao plenário, sem a minha opinião?

5113

5114 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5115 **Militares Estaduais – ANASPRA):**

5116

5117 O senhor terá oportunidade de manifestar

5118

5119 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
5120 **Municipais de Segurança Pública):**

5121

5122 Eu gostaria que isso fosse discutido na câmara temática para depois voltasse. Se for
5123 vencido, que venha, mas pelo menos me dê oportunidade de participar. Porque neste
5124 momento eu não fui ouvido e eu represento 800 mil policiais militares no país.

5125

5126 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5127 **Militares Estaduais – ANASPRA):**

5128

5129 Aí o senhor me permita uma vênia. O senhor é o comandante de 27 unidades que é o
5130 CNCG. Eu não quero polarizar a discussão. Eu preciso concluir só dizendo o seguinte: a

5131 gente precisa, aí é uma questão que precisa ficar muito clara também
5132 procedimentalmente. Precisamos saber se matérias apreciadas pelas câmaras técnicas
5133 em condições de serem postas a discussões na plenária, se por ausência de A, por
5134 quem eu respeito, se ela não mais será apreciada por que ele não pôde participar.
5135 Então, só para eu encerrar as minhas palavras e agradeço até a paciência no tempo
5136 que estendi, é que ontem fora acordado que é o primeiro ponto de pauta e eu gostaria
5137 que fosse mantida essa decisão, que foi ontem deliberada pela plenária, salvo engano o
5138 senhor também estava na plenária presencialmente. Então, foi deliberado isso ontem e
5139 a plenária pode ou não aprovar, é outra história. Mas que fosse mantido aquilo que fora
5140 decidido ontem. Muito obrigado.

5141

5142 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
5143 **Sindapef):**

5144

5145 Durante a discussão dos temas que vão ser postos ali, a manifestação de alguns
5146 conselheiros já pressupõe a necessidade de realmente ser levada essa discussão para
5147 uma audiência pública, ou qualquer outro espaço para dirimir essas questões. Esses
5148 temas que estão sendo colocados fora desse ambiente das reuniões ordinárias, me
5149 parece que eles são postos não só por uma impossibilidade técnica de tempo a ser
5150 discutido aqui. Mas também por uma impossibilidade de compreensão de cada tema.
5151 Quando a gente propôs a discussão do sistema prisional e a gente entende que nas
5152 audiências públicas ou seminários como queiram, a gente precisa focar evidentemente
5153 e que qualquer discussão que pareça a princípio ser uma discussão corporativista é
5154 importante lembrar, e aí eu fico feliz que alguém da sociedade civil lembrou isso, que é
5155 política pública também. O trabalhador trabalha para servir. Bom, neste caso quando a
5156 gente discute o tema do sistema prisional queremos focar nos temas mais polêmicos,
5157 mas a gente não especificou ali porque decidimos na nossa câmara técnica que isso
5158 deveria ser elaborado por nós. Mas eu citaria dois temas aqui que se completam que os
5159 senhores não têm condição hoje e, certamente, não tem opinião própria porque
5160 necessitaria nessas informações que vêm desses eventos. O primeiro que é a
5161 regulamentação do trabalhador penitenciário através de uma PEC que está tramitando
5162 há muito tempo e que tem posicionamento contrário hoje do Ministério da Justiça e
5163 posicionamento anterior àquilo que foi decidido e *ad referendum* popular da Conseg. É
5164 um tema tabu, eu tenho certeza que os senhores não conseguem discutir aqui e que
5165 isso em um primeiro momento assustou a sociedade civil que com tranquilidade e
5166 competência interferiu porque não sabe se isso vai afetar a ela, e eu acho que a
5167 possibilidade de discussão é justamente aqui, nessas audiências. Outro ponto que
5168 causa medo para os trabalhadores nesse segmento, são os órgãos de controle externo,
5169 eu pedindo licença para citar dois que se complementam, causa muito medo, mas que
5170 toda a sociedade civil, quer os órgãos de controle externo e eu falo aqui
5171 especificamente no sistema prisional. Esse debate precisa ser enfrentado. E é
5172 enfrentado de que forma? Quando você traz esses atores para discutir fora desse
5173 ambiente aqui para subsidiar as nossas decisões. Parece-me que a participação ou não
5174 de algum segmento nessas audiências públicas pode ser resolvida sim, se as entidades
5175 não tiverem condição, eu acho que a gente tem que discutir a possibilidade de
5176 participação. Mas não a supressão do debate. O que eu temo é que essas
5177 manifestações possam ser uma estratégia para fugir do debate. Considerando isso, eu
5178 quero aqui também como fez o Elder garantir esse tema prisional que se ele não estava
5179 pautado para uma audiência pública ele há muito está pautado para uma discussão
5180 específica neste conselho.

5181

5182 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC):**

5183

5184 Bem, estamos discutindo umas coisas, fica um pouco de interrogações porque, primeiro
5185 que esse conselho tentou se afirmar, buscando sua identidade, organizando suas
5186 coisas internas, depois o conselho começou a querer a se abrir, e começou a dizer que
5187 o ministério não vem para cá e o ministério começou a vir e dizer das suas políticas e
5188 dentro dessas políticas todos esses temas que estamos tratando são da política do
5189 governo que estamos tentando nos debruçar em cima delas. Não estamos sabendo
5190 direitinho como é, mas a gente está tentando. Ou então, nós nos debruçamos em cima
5191 de coisas que a 1ª Conseg consolidou, que é fundamental, aliás isso era o que a gente
5192 esperava, esperava inclusive que no início da implementação deste conselho, nós
5193 tivéssemos uns 15 dias de capacitação sobre temas importantes da segurança pública
5194 do país e nós não tivemos. E talvez por isso estamos hoje perdendo muito tempo
5195 porque não nos foi dado esse momento de especializar o conselho, não nos
5196 debruçamos em temas polêmicos, por exemplo, desmilitarização. Saiu lá, isso é uma
5197 coisa nacional. Nós não vamos decidir se as polícias brasileiras vão se desmilitarizar.
5198 Então, não precisa dessa preocupação, nós vamos discutir o que é isso, nem as
5199 polícias sabem. E nem a sociedade sabe e nem a gente sabe direito sobre o tema.
5200 Então, eu acho que, na verdade, nós precisamos continuar com esse debate, essa
5201 preocupação de alguns companheiros, principalmente da sociedade civil de que a
5202 sociedade está lá e a gente aqui, e a gente não consegue levar para lá, até tentamos
5203 levar as nossas reuniões para os estados para ver se a sociedade participava, vocês se
5204 lembram? Depois decidimos voltar porque senão a gente ficava sem o ministro, sem a
5205 secretária, quer dizer, nós, nesse tempo, realmente demonstramos um bocado de
5206 preocupação em acertar. Agora, não vamos ficar divagando coisas menos importantes.
5207 Então, eu acho que esse debate, sou a favor que continue buscando essas alternativas
5208 e a alternativa que vai ser a grande alternativa que é a 2ª Conseg que é também uma
5209 decisão do Conselho pensando na segurança pública do país, trazer esse segundo
5210 momento e botando a sociedade para se organizar e para debater o tema. Acho que
5211 vamos ao caminho certo.

5212

5213 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN**
5214 **BRASIL):**

5215

5216 Eu acho que nós estamos aqui há aproximadamente 2 horas, meio rodando em
5217 círculos. Não que não seja importante. Mas estamos fazendo círculos aqui, talvez eu até
5218 mesmo tenha ajudado a começar essa situação. Mas, nos traz de fato um incômodo
5219 com algumas coisas que estão colocadas aqui. Primeiro, essa questão do
5220 corporativismo. No dia 27 eu ouvi da mesa, uma das pessoas que estavam à mesa,
5221 falava assim: a gente vai ficar aqui esperando o consenso o tempo todo? Não porque o
5222 bom sendo diz que a gente não é corporativista; o bom senso diz que o delegado há de
5223 tratar essas coisas sem desrespeitar as pessoas que cuidam...então, por mais que
5224 quem esteja sejam pessoas de bom senso, e nós sabemos que todos que aqui estão
5225 são, o corporativismo existe em qualquer situação. Como é que eu da sociedade civil e
5226 negro não vou ser corporativista com as minhas causas. Está dentro de mim, é meu. É
5227 do meu cotidiano, da minha história. E qualquer um vai ser e dizer que não, é retórica e
5228 hipocrisia. Então, ficar aqui divagando neste campo é muito sonho que o mundo real é
5229 diferente. Na hora quando falar: “A audiência pública sobre o sistema prisional”, vem,
5230 sim, de galera, vai descer aqui a rodo, vai fazer um debate sobre a PEC que está lá,
5231 sobre o PL, sobre um bocado de coisas e a gente vai ficar acreditando que a Secretaria
5232 de Juventude vai mobilizar o Conselho de Juventude e que a Secretaria de Igualdade
5233 Racial..vamos ficar acreditando porque nós já vimos esse filme, porque uma coisa é o
5234 mundo das ideias, outra coisa é o mundo real. Nós já vimos esse filme há um ano,

5235 quando eu colocava lá no Salão Negro uma reunião assim: nós vamos fazer as reuniões
5236 nos estados. Quem vai bancar isso? Perguntava antes de aprovar esses encontros nos
5237 estados, vamos procurar saber da Cenasp quem vai pagar, se vai ter dinheiro, não, na
5238 hora resolve porque o Conasp é autônomo. Não foi isso a resposta? Aprovamos, e o
5239 que foi que deu? Retornamos para cá, com o rabo entre as pernas, suspendemos tudo,
5240 porque entendemos inclusive que o pouco do prestígio político que a gente tinha não
5241 estava tendo mais. Que ficamos inclusive desfalcados do diálogo central da política. Foi
5242 até o Marcos Costa que fez essa colocação trouxe para a gente essa reflexão. Então,
5243 estou colocando isso aqui porque todo mundo aqui tem bom senso, mas, a vida política
5244 é dura, ela não se faz de bom senso não. Se faz de verdade e verdadeiramente, eu
5245 posso fazer essa fala, eu represento aqui não sei quantos milhões de pessoas, mas no
5246 mundo real isso não chega a cinco mil. Não são 5.000 pessoas que me ouvem nas
5247 listas que a gente acessa, então, eu sou uma fração por mais que eu represente o todo.
5248 Então, no mundo real, se nós ficarmos insistindo, é o meu pensamento, claro, em uma
5249 série de elementos que fogem à realidade, nós vamos continuar sendo atropelados pela
5250 agenda do governo porque é isso que o governo tem feito com a gente o tempo todo.
5251 Nós temos que lembrar que nós tínhamos o Conasp com 15 funcionários, eram quantos
5252 funcionários que estavam no Conasp, desde o começo, por favor? Nós aqui que
5253 estávamos há algum tempo, sabemos que já fomos um número grande de pessoas.
5254 Hoje são quantas? Somos 4 pessoas, sendo que das 4, quantos são de fato cargos
5255 comissionados do governo e quantos são contratados, você pode nos dizer, Suelen?

5256

5257 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
5258 **Segurança Pública):**

5259

5260 Então, na verdade, assim, o Conasp não tem cargo nenhum.

5261

5262 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN**
5263 **BRASIL):**

5264

5265 Sim, mas que são cedidos para o Conasp.

5266

5267 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
5268 **Segurança Pública):**

5269

5270 Sim, eu sou um cargo de comissão, e temos a Anita que é uma servidora e uma
5271 terceirizada. Na verdade, na estrutura ministério normalmente é assim que funciona. O
5272 Conasp não está destoando dos outros.

5273

5274 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN**
5275 **BRASIL):**

5276

5277 Então, assim, estou colocando isso para a gente entender um pouco que muitas vezes
5278 a gente está acreditando que a Suelen e Anita e que Cynthia vão fazer um milagre de
5279 mobilizar todo mundo e não vão. Então, o que está acontecendo aqui é que o Conasp
5280 está diminuindo de tamanho, diminuindo de representatividade, percebemos que
5281 pessoas de representação importante não têm mais interesse de vir para as reuniões.
5282 Muitos daqui estão cansados de vir. E essas são as falas laterais. Então, eu acho que
5283 precisamos talvez avançar nessa proposta de falar assim: “Ou aprova um, aprova tudo
5284 ou não aprova nenhuma”, mas fazer algo que esteja lincado com a realidade. O que é a
5285 realidade hoje? Já que o governo não nos passa uma série de processos, se passou o
5286 processo da discussão do crack, que está na pauta do dia, vamos discutir a pauta do

5287 dia do governo? Vamos colar no governo, discute a pauta do dia, até falarem assim:
5288 “Pronto, agora que estamos discutindo o crack, eles estão falando do sistema prisional,
5289 estão falando da questão dos negros e negras”, vamos entrar na pauta do dia e falar
5290 assim: “Olhe, temos um encaminhamento que é esse aqui” se o governo seguir outro,
5291 nós dissemos para a sociedade brasileira que nós, representantes deste Conselho,
5292 tivemos outro olhar e que o governo que tem o direito porque governo é governo seguiu
5293 outro caminho e pronto. Mas o que não dá é a gente querer impor uma pauta nossa,
5294 que, na verdade, não condiz com a realidade da sociedade brasileira e sequer do
5295 Ministério da Justiça, é isso.

5296

5297 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5298

5299 A gente percebeu por todas as participações que apesar de a gente ter achado que
5300 seria fácil o consenso, a gente não conseguiu isso pelas falas. Precisamos encontrar
5301 caminhos para tomar decisão a respeito do que nós estamos tratando. Perguntamos:
5302 um intervalo para refletir? Vamos aprovar agora? Vamos colocar: a ideia que foi
5303 colocado para ter um rumo é de que os temas apresentados, debatidos e encaminhados
5304 para a câmara técnica e a câmara por suas necessidades solicitaria a audiência, é isso?
5305

5306 **O Sr. José Roberto das Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
5307 **Sindapf):**

5308

5309 Não, essa dinâmica já foi aprovada. O que vamos aprovar aqui é se as audiências que
5310 foram propostas vão ser realizadas, é só isso.

5311

5312 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5313

5314 Então, nós estamos aptos para aprovar se as audiências serão necessárias com esses
5315 temas propostos? Quem aprova as audiências? Em bloco, não é só uma proposta? Não
5316 é só uma proposta da realização das audiências públicas com os temas propostos?
5317 Tem outra? (*intervenções fora do microfone*) mas o critério para o crack deveria seguir o
5318 critério para todas. Não tem como. A gente percebeu que não tem consenso, vamos
5319 colocar em votação. Então, a primeira proposta, vamos colocar em votação: se terá
5320 audiências com os temas propostos. Então, em regime de votação. Todo mundo fez a
5321 colocação. Acho eu o tema foi deveras debatido e colocada as posições. Em regime de
5322 votação: realização das audiências com os temas propostos até agosto, essa é a
5323 proposta 1. A proposta 2 é nós aprovarmos somente a próxima audiência e deixar a
5324 decisão das próximas para a próxima reunião. Então, vamos para as duas propostas.
5325

5326 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5327 **Militares Estaduais. ANASPRA):**

5328

5329 Foi aprovado aqui que teria as audiências independentes dos temas. À tarde, nós, os
5330 três, nos consensuamos, até essa questão da ordem ou impossibilitaria se nós
5331 acordássemos da questão do crack ficar por último essa proposta que vem sendo posta
5332 aqui. Isso, gente, foi acordado. Ou a gente aprova isso, as três como um todo ou então,
5333 eu vou encaminhar uma proposta: se tem uma terceira, então que se aprove uma por
5334 uma.
5335

5335

5336 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5337

5338 3 propostas. A terceira dele qual é? Gente, vamos escrever as propostas. Proposta 1 –
5339 aprovação em bloco, proposta 2 – somente o crack, proposta 3 – votação uma a uma.
5340 Eu só queria lembrar que na aprovação em bloco também tem o tema da comunicação
5341 que o conselheiro Elder colocou. Os temas propostas: crack, prisional, desmilitarização,
5342 tema proposto hoje da comunicação e enfrentamento de violência. São 5. Anote aí em
5343 bloco embaixo da proposta 1: crack, sistema penitenciário, desmilitarização,
5344 enfrentamento da violência e comunicação. Dois minutos para Cynthia, e para defesa,
5345 alguém? Questão de ordem para Agadeilton.
5346

5347 **O Sr. Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes (Associação Nacional dos Peritos**
5348 **Criminais Federais – APCF):**
5349

5350 A minha é rápido, eu quero retirar a proposta 3.
5351

5352 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**
5353

5354 Tira a três. Tião vai defender a 1. Cynthia, 2 minutos para defesa.
5355

5356 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia):**
5357

5358 Nós paramos hoje para discutir sobre o plano crack. O governo aqui, no plenário
5359 anterior o Ministro apresentou todas aquelas linhas e os eixos da política de segurança
5360 pública onde o programa de enfrentamento ao crack está contemplado. Nós aquecemos
5361 já o assunto. Houve já uma conversa de emitir algum tipo de nota ou resolução, que
5362 seja pela câmara técnica ou não, então, eu acho que nós devemos dar continuidade
5363 porque esse ponto não vai voltar, ele não volta mais. Ou ele é falado agora ou ele não
5364 volta porque as demandas, eu estou defendendo a proposta 2 para ter audiência agora
5365 sobre o plano cack e aí depois na próxima plenária decide os demais. O que eu não
5366 gostaria é que a votação em bloco vai retirar a possibilidade da audiência. (*intervenções*
5367 *fora do microfone*).
5368

5369 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**
5370

5371 Ela não entendeu.
5372

5373 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN**
5374 **BRASIL):**
5375

5376 Concretamente Cynthia não fez defesa. Nós sabemos disso. Agora nós podemos
5377 atropelar...
5378

5379 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**
5380

5381 Se ela não fez a defesa, eu acho que ela tem o direito de fazer.
5382

5383 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN**
5384 **BRASIL):**
5385

5386 Eu gostaria de fazer a defesa.
5387

5388 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**
5389

5390 É você quem vai fazer? Então, Marcos, faça a defesa.

5391

5392 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN**
5393 **BRASIL):**

5394

5395 Porque eu estou colocando apenas para nós hoje aprovarmos somente uma audiência.
5396 Para justamente nós não ficarmos desfocados das pautas nacionais que podem vir a
5397 ocorrer no campo da segurança pública. A partir de hoje, daqui a um mês e meio, na
5398 próxima reunião, o governo resolve lançar um novo programa que é com relação a
5399 homicídios da juventude negra, a gente vai discutindo aqui, o sistema penitenciário nós
5400 estamos fazendo um debate, enquanto o governo, através do Ministério da Justiça e a
5401 Presidência da República, está fazendo outro debate. Então, eu acredito, como o
5402 governo hoje trouxe essa pauta do crack e a Cynthia já estava tocando nisso, isso está
5403 na ordem do dia, por isso eu aprovo nós discutirmos e aprovarmos nesta audiência
5404 somente a questão do crack. Porque se no futuro surgirem novas propostas, nós
5405 poderemos colocar qualquer dessas demais audiências a depender da agenda do
5406 governo. É somente por isso, não é que a gente não aprove as demais. Mas, para não
5407 ser aprovada em uma ordem que não venha a condizer com a realidade do nosso país.
5408 É somente isso.

5409

5410 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5411

5412 O Conselheiro Hélder quer fazer a defesa. Tião vai fazer a defesa.

5413

5414 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

5415

5416 Antes da defesa, meus dois minutos, nós temos que aprender a respeitar as regras da
5417 mesa. Assim como o companheiro Marcos sentiu que não houve por parte da
5418 companheira Cynthia que teve os dois minutos para defender e não fez a defesa, mas
5419 usou o tempo que era determinado e ele usou a palavra mais uma vez, por exemplo, o
5420 coronel Mariano poderia também na hora que se sentiu ofendido também teria o direito
5421 de recolocar a proposta que o Éder havia colocado. Então, temos que chegar num
5422 consenso de respeitar as regras da mesa. Menos que a gente não sinta contemplado. O
5423 Almir não deixou o coronel falar.

5424

5425 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5426

5427 Ele falou.

5428

5429 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

5430

5431 No tempo que ele pediu não. Não falou.

5432

5433 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5434

5435 Então, foi falha nossa.

5436

5437 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio):**

5438

5439 Para a gente não ter problemas, todos nós estamos no mesmo nível. Com relação à
5440 defesa é o seguinte: primeiro nós já decidimos aqui que o crack é nossa maior urgência.
5441 Então, o crack vai ser a nossa primeira audiência pública já com data marcada. E

5442 vamos lutar e garantir que toda população interessada possa estar presentes. Segundo
5443 que as Câmaras Técnicas vão se reunir para preparar essas audiências públicas, se por
5444 acaso ela perceber que não há uma data possível, viável ou outro problema, ela vai
5445 adiar. Mas temos que sair daqui com um calendário pronto para todo ano.

5446

5447 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5448

5449 Em regime de votação. Primeiro vamos consultar se tem o quórum. Tem 14 pessoas e o
5450 quórum é 16. Bom. O quórum está mantido, então, em regime de votação. Quem for a
5451 favor da primeira proposta, levante a mão: 12. Quem for a favor da segunda proposta,
5452 levante a mão: 3. Abstenção: (*ininteligível*) Aprovada a primeira por 12. E agora vamos
5453 para o *coffee breack* para distensionar um pouco. Depois volta para o encerramento da
5454 nossa reunião, os encaminhamentos e informes.

5455

5456 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5457

5458 Conclusão da nossa reunião. Já foi conversado com relação à data, nós vamos
5459 conversar um pouco sobre a data da primeira audiência, a Suelen vai falar o que foi
5460 pactuado com a Cynthia para poder a gente já ter uma ideia de agendar o auditório, a
5461 sala de reunião da próxima, a gente precisa dessas datas bem definidas. A gente faz o
5462 convite aos conselhos.

5463

5464 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de
5465 Segurança Pública):**

5466

5467 Quem define quem será convidado para as audiências públicas é o Conasp. Então,
5468 quem o pleno do Conasp indicar como convidado da câmara técnica, a Secretaria
5469 Executiva manda o convite. Até como informe, eu até conversei um pouquinho com o
5470 conselheiro Márcio Godoy que ele tinha colocado na reunião que estava sentindo falta
5471 de algumas secretarias do ministério, na audiência e tudo. Elas não foram convidadas a
5472 participar porque em nenhum momento o conselho passou para nós que seria
5473 importante a presença daquelas secretarias. A Secretaria Executiva é administrativa, a
5474 gente cumpre o que o pleno decidir, então, da mesma maneira que se a gente entender
5475 que é importante, quais os conselhos para participar e tudo a gente faz a indicação do
5476 convite e a gente convida.

5477

5478 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra-Fonajune):**

5479

5480 Eu estou colocando essa questão da articulação com os conselhos, o convite da
5481 sociedade civil aos conselhos é justamente por isso, além do Conasp convidar, acho
5482 que o Ministério da Justiça tem que fazer uma articulação política com esses conselhos
5483 para que eles tenham interesse em participar porque a gente sabe que os conselhos
5484 recebem convites para participar de várias coisas e nem de todas elas eles participam,
5485 até porque isso gera custo para os ministérios enviarem seus conselheiros para as
5486 atividades. Então, é necessária também a vontade política e o Ministério da Justiça tem
5487 prestígio dentro do governo para influenciar os demais ministérios para enviarem seus
5488 representantes.

5489

5490 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5491

5492 Eu acho que nós poderíamos já a título de sugestão todos os envolvidos com relação ao
5493 tema deveria ser convidados. A gente não poderia dispensar um convite na área do

5494 Ministério da Justiça as pessoas envolvidas não estão sendo convidadas a participar do
5495 evento do crack. Outra coisa é que eu estava sempre entendendo como audiência
5496 pública que ela é pública, ela tem apenas de torná-la pública. A gente tem torná-la
5497 pública, se a audiência aqui é pública e a população não tem acesso, ela é exclusivista?
5498 O que a gente precisa é torná-la pública. Então, o conselho pode fazer isso por qualquer
5499 meio.

5500

5501 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra-Fonajune):**

5502

5503 Mas, tem um ponto que é o seguinte, inclusive Marcos colocou que é muito bem
5504 colocado: a sociedade civil, via de regra, não tem condições de comparecer aqui na
5505 capital do país. Os conselhos que já têm sociedade civil, se os ministérios são
5506 convidados e enviam essa sociedade civil para a audiência pública, então a gente está
5507 promovendo essa participação, então, estamos, de certa forma, assegurando essa
5508 participação. É justamente, por isso, que estou falando. A Secretaria Nacional de
5509 Juventude tem um Conselho Nacional de Juventude, então vai debater o crack, nós
5510 temos de entrar em contato com o conselho e dizer para eles enviarem xis
5511 representantes da sociedade civil para participar da agenda. Um aparte para ele.

5512

5513 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças
5514 Militares Estaduais. ANASPRA):**

5515

5516 Eu entendo o que o Élder está colocando, é aquilo mais ou menos que aconteceu com o
5517 Fórum Interconselhos. Que a secretaria da Presidência da República patrocinou a que
5518 todos fossem. Então, talvez, a sugestão seja, Élder, que acionássemos a secretaria
5519 para que os demais conselhos que tenham interesse garantam, no mínimo um, ou dois
5520 ou três para que participe. Seria até bom que o Francisco falasse sobre isso, mas ele
5521 não está presente, justamente essa possibilidade pela Secretaria-Geral da Presidência
5522 para fazer essa articulação.

5523

5524 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal):**

5525

5526 Você tem duas modalidades para tentar, por exemplo, o Congresso Nacional faz
5527 audiências públicas ou então reunião de trabalho, estas são fechadas. Eles chamam
5528 alguns notáveis, alguns interessados nos assuntos direta ou indiretamente, mas essas
5529 reuniões se fazem a portas fechadas. Audiências públicas não, elas são realmente
5530 franqueadas a qualquer interesse ou mesmo que não tem interesse, qualquer
5531 transeunte que esteja transitando pela Casa.

5532

5533 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5534

5535 Vamos dizer, é claro o que Elder e o Marcos colocaram sobre a vinda de pessoas, isso
5536 fica inviável a questões materiais, eu vou fazer a divulgação aqui em Brasília em todas
5537 as lojas maçônicas sobre o tema, eles poderão vir como a gente poderia convocar a
5538 sociedade.

5539

5540 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos
5541 Periciais do Brasil):**

5542

5543 Acho, presidente, que no tempo da audiência anterior, acho que quem propôs e outros
5544 conselheiros também devem encaminhar os nomes.

5545

5546 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
5547 **Segurança Pública):**

5548

5549 Eu conversei aqui agora com a conselheira Cynthia para colocarmos o prazo até 16 de
5550 março, sexta-feira, para que todos os conselheiros que tenham interesse em convidar
5551 alguém, que conheça alguém que acha que poderia contribuir, para palestrante,
5552 encaminhar sugestão de palestrantes. A ideia é fazer também a mesa nos moldes que
5553 foi a da audiência pública de segunda-feira, três pessoas no período da manhã, três
5554 pessoas no período da tarde, então, seis debatedores, e também quem gostariam a
5555 participar da audiência. Então, até o dia 16 a gente recebe, vamos consolidar esses
5556 dados e aí sentar com a mesa diretora e junto, no caso a Cynthia, que é quem propôs o
5557 evento para a gente ver quem são os debatedores e claro que isso sempre
5558 encaminhando para a lista para que todos tenham conhecimento das pessoas que
5559 foram indicadas e as sugestões que vieram. Quero saber se a gente pode encaminhar
5560 dessa forma?

5561

5562 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5563

5564 Acho que fica mais fácil.

5565

5566 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
5567 **Segurança Pública):**

5568

5569 Na verdade, a gente não sabe se vai ter reunião da câmara técnica antes. A ideia é que
5570 tenha reunião antes. Vamos constar aqui dos encaminhamentos que tenha reunião da
5571 Câmara Técnica antes da audiência. Nós precisamos definir as datas das reuniões.
5572 Colocar o calendário só para a gente definir as datas. Se puder abrir o calendário
5573 novamente para a gente definir as datas e pedir a reserva do auditório. Em conversa
5574 com a Cynthia, ela propôs que fosse no dia 18, na quarta-feira, audiência pública sobre
5575 o crack. Podemos? Então, dia 18. Do sistema prisional, 13, 14 ou 15? Quarta-feira.
5576 Então, dia 13 de junho. Agosto, temos indicativo de audiência sobre desmilitarização.
5577 Dia 2, é a proposta de Héder.

5578

5579 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5580

5581 O coronel Mariano gostaria de participar, então as quartas ele não pode participar.

5582

5583 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
5584 **Periciais do Brasil):**

5585

5586 Se a gente for olhar o dia que cada um dia pode e ter disponibilidade fica difícil. Vai ficar
5587 pendente. Dia primeiro, reunião, dia 2 audiência e no dia 3 reunião. Aí não é suficiente,
5588 a gente viu aqui o da perícia que foi mais simples. Então, deixa dia primeiro mesmo,
5589 sem problema.

5590

5591 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5592 **Militares Estaduais – ANASPRA):**

5593

5594 Eu deixo aqui registrado desculpas ao conselheiro e companheiro Benedito Mariano,
5595 mas em razão dessas considerações

5596

5597 **O Sr. Luiz Carlos Nóbrega Nelson (Departamento de Polícia Federal):**

5598

5599 Se o Héder acha importante a presença do Mariano por esse tema que é muito
5600 espinhoso, porque é o seguinte, se você também compreende que o formato que a
5601 gente faz é o seguinte: a audiência pública antes porque naquela vai se deliberar sobre
5602 aquele tema, se não fosse o caso da desmilitarização, se não tem a expectativa de na
5603 reunião seguinte deliberar sobre o tema de desmilitarização então eu acho que poderia
5604 ser no último dia, neste caso específico.

5605

5606 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5607 **Militares Estaduais – ANASPRA):**

5608

5609 Eu concordo sim, se não houver por parte dos integrantes do conselho, até porque eu
5610 não tenho a pretensão, a Anaspra não tem a pretensão que haja uma deliberação com
5611 relação a isso. O que precisa é iniciar um processo de discussão do modelo. Eu não
5612 tenho a pretensão que saia uma moção, um parecer, uma recomendação. Às sextas
5613 fica esvaziado. Eu quero aprofundar o debate com todos os conselheiros, na sexta a
5614 gente perde. Aí entre quarta e quinta, então vamos dia primeiro.

5615

5616 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
5617 **Periciais do Brasil):**

5618

5619 Héder, para cada titular tem um suplente.

5620

5621 **O Sr. Heder Martins de Oliveira (Associação Nacional de Entidades de Praças**
5622 **Militares Estaduais – ANASPRA):**

5623

5624 Tudo bem, se a proposta é dia primeiro, vamos colocar dia primeiro.

5625

5626 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
5627 **Segurança Pública):**

5628

5629 Ok. Vamos para o mês de outubro. Esse calendário, a reunião no mês de outubro ficou,
5630 se não me engano, dia 17, 18 e 19, duas semanas depois da eleição. Quem propõe, na
5631 verdade, essa audiência foi indicada pelo conselheiro Tião. De repente, na sexta-feira
5632 porque o conselheiro era um dos grandes defensores da sexta-feira como audiência
5633 pública. Vamos colocar todas as audiências nas quartas-feiras? Ok. Mais alguma
5634 questão das audiências públicas? Ok? Fechamos em todas as quartas-feiras.

5635

5636 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5637

5638 Todas. Em dezembro? Dia 4 de dezembro.

5639

5640 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
5641 **Segurança Pública):**

5642

5643 Pessoal, só dando continuidade àquele trabalho que nós fizemos ontem sobre os
5644 encaminhamentos. Eu vou mais uma vez ali, ler os encaminhamentos da parte da
5645 manhã, os da parte da tarde e peço se alguém se lembrar de alguma coisa e não estiver
5646 aqui, por favor, nos avise para constar. Então, na apresentação da manhã: na
5647 apresentação crack: nós tivemos uma ponderação do conselheiro José Neves, sobre a
5648 questão de ter dentro do plano a previsão sobre o sistema prisional e sobre o
5649 atendimento aos agentes penitenciários que tratam com os dependentes dentro das

5650 penitenciárias. Não, na verdade não foi deliberado. O que estou lendo é só as
5651 contribuições que vieram até para ajudar a gente num processo depois na hora de
5652 formar uma recomendação ou coisa do tipo.

5653

5654 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
5655 **CNMP):**

5656

5657 Talvez até para facilitar o trabalho da secretaria, como já tem a degravação, isso não
5658 entraria talvez, por exemplo, naquela questão dos que foram decididos realmente.

5659

5660 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
5661 **Segurança Pública):**

5662

5663 Na verdade, nós conversamos depois do almoço aqui com os conselheiros e achamos
5664 importante, até porque nós vamos dividir na hora dos encaminhamentos: sobre o plano
5665 do crack. Quais foram as orientações que surgiram por parte do conselho? Essa é que
5666 foi dita aqui no conselho que de repente eu já posso até mandar para os setores.

5667

5668 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público –**
5669 **CNMP):**

5670

5671 Veja bem: não teve uma decisão do plenário sobre esses encaminhamentos. Não
5672 houve, isso vai ser visto pela câmara técnica que vai tratar dessa questão. Porque
5673 senão fica parecendo que houve uma deliberação do conselho e que isso está sendo
5674 encaminhado.

5675

5676 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
5677 **Segurança Pública):**

5678

5679 Então, os encaminhamentos de hoje foram: a questão das audiências públicas de
5680 acontecerem uma audiência pública a cada reunião na quarta-feira que antecede as
5681 reuniões e o ministério convidar os conselhos e foi dado prazo até dia 16 de março para
5682 que todos os conselheiros indiquem os encaminhamentos de convite de palestrante e
5683 convidados para audiência pública do crack. Tem mais alguma questão?

5684

5685 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente) (Rede Desarma Brasil):**

5686

5687 Acho que foi isso. Algum conselheiro gostaria de fazer uso da palavra nos seus
5688 encaminhamentos?

5689

5690 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC):**

5691

5692 Eu gostaria aqui de ler uma nota do meu presidente da Associação Brasileira de
5693 Criminalística, doutor Eliamar, a respeito da audiência Pública que ocorreu na segunda-
5694 feira. E em virtude de algumas situações que ocorreram na audiência e também
5695 estendeu aqui do conselho, ele pediu que a gente fizesse essa leitura em seu nome: “A
5696 Associação Brasileira de Criminalística bem perante os conselheiros do Conasp e, em
5697 especial, aos representantes de delegados de polícia informar diante das manifestações
5698 do período matutino, no caso de ontem, que a ABC e seus componentes têm o maior
5699 respeito pela categoria de delegados e demais segmentos da sociedade. Em nenhum
5700 momento, houve por parte da ABC a intenção de denegrir a imagem de quaisquer dos
5701 profissionais em tela. ABC prima pelo debate ideológico e entende-se que se, alguma

5702 frase foi utilizada de forma inadequada não foi na intenção de atingir a honra pessoal
5703 dos componentes da carreira dos delegados. De forma nenhuma se teve a intenção de
5704 afirmar que há desídia por parte dos dirigentes das Polícias e, sim, que as aplicações de
5705 recursos na perícia não são do montante adequado. Também que alguns problemas
5706 pontuais envolvendo membros de ambas as categorias, não representa o pensamento
5707 da maioria da categoria de todas as unidades da Federação. Assim, apresentamos
5708 nossas escusas aos que sentiram ofendidos e reafirmamos nossa disposição de
5709 continuarmos o diálogo na busca da composição em prol dos interesses mútuos da
5710 sociedade. Iriemar Paulino da Silva, presidente da ABC, nesta data”. Então, são
5711 considerações apenas que a gente está encaminhando ao conselho.

5712

5713 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune):**

5714

5715 Eu queria fazer uma observação aí de um tema do último pronunciamento que foi feito
5716 de maneira preconceituosa o termo denegrir que foi utilizado. Então, denegrir significa
5717 tornar negra, então, se toda vez a gente for falar aqui no conselho que tornar negro é
5718 tornar uma coisa negativa a gente vai ter problema. Então, eu queria solicitar que fosse
5719 retirado do texto aí o termo denegrir neste contexto preconceituoso. O informe é o
5720 seguinte: na Bahia está acontecendo um processo de enfrentamento de uma
5721 comunidade tradicional chamado Quilombo Rios dos Macacos, que existe há vários
5722 anos e que a Marinha está fazendo um processo de enfrentamento a essa comunidade
5723 e está violentando vários direitos dessa comunidade. Como o movimento social negro
5724 do estado está totalmente mobilizado em torno dessa situação que é uma situação que
5725 fere inclusive o Decreto 4887 e eu queria deixar um informe aqui de que nós, enquanto
5726 câmara técnica de combate à discriminação, de ofício aqui iremos acompanhar esse
5727 caso e esperamos que em outra oportunidade a gente possa fazer com que o conselho
5728 discuta não só esse caso, mas outros casos em que o sistema de segurança está em
5729 conflito com as comunidades tradicionais, como as comunidades indígenas, os ciganos
5730 e os quilombos. Na reunião de ontem, com a Presidência da República, a sociedade
5731 civil conseguiu aprovar uma moção de repúdio à atuação da Marinha nesse episódio e
5732 nós estaremos acompanhando enquanto câmara técnica, eu, Marcos, Márcio Marins,
5733 estaremos acompanhando a situação para trazer mais informações a este conselho.
5734 Mas, de antemão, nós pedimos uma atenção ao Ministério da Justiça para com essa
5735 situação que está realmente deixando a Bahia mobilizada e descontente com o que está
5736 acontecendo.

5737

5738 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN
5739 BRASIL):**

5740

5741 Dentro dos informes, na verdade, é uma solicitação à Secretaria Executiva e à
5742 presidência, que são os esclarecimentos sobre o decreto, sobre o texto, como é que vai
5743 ficar a análise da Assessoria Jurídica do Ministério da Justiça sobre o decreto. É
5744 importante talvez que o texto que foi encaminhado da presidência do Conasp à
5745 Assessoria Jurídica do ministério fosse divulgado. Eu acho que não temos esse texto
5746 consolidado.

5747

5748 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de
5749 Segurança Pública):**

5750

5751 Quando nós finalizamos aqui o decreto, ele foi encaminhado para a lista. E aquele
5752 mesmo texto que foi encaminhado para a lista que ficou de consenso aqui foi o que foi
5753 mandado para a Secretaria de Assuntos Legislativos. Nós não tivemos retorno ainda.

5754 Tivemos algumas reuniões para esclarecer o que seria, do que se tratava. Eles estão,
5755 na verdade, buscando pelo que entendi, fazer um parâmetro para os conselhos do
5756 ministério, para não termos conselhos muito diferentes. Então, eles estão fazendo um
5757 trabalho mais amplo, com todos os conselhos do ministério, até perguntaram se eu
5758 conhecia de outros e tal. Então, eu acredito, não foi nem informado por eles, mas que
5759 eles estão tentando fazer um padrão para que siga mais ou menos na mesma linha.
5760

5761 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
5762 **Periciais do Brasil):**
5763

5764 Questão de ordem, Héder, eu concordo com você. Agora como foi discutido já na
5765 reunião de ontem, fica difícil você fazer alteração no texto quando é de autoria dele.
5766 Mas, não está aprovando nada não. Ele está só informando, pedindo desculpas. Eu
5767 estou só colocando, não é por nada, mas a gente discutiu isso na reunião que você não
5768 estava, mas levaremos isso para que ele faça a alteração. Acho que não devemos
5769 alterar porque foi um texto escrito por outra pessoa. Nós já discutimos isso na outra
5770 reunião.
5771

5772 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN-Brasil):**
5773

5774 É porque é assim: esta semana o Brasil viu uma grande polêmica que se estabeleceu
5775 em entre Paulo Henrique Amorim e Eraldo Pereira. E qual foi a polêmica? Paulo
5776 Henrique Amorim chamou Eraldo Pereira, um repórter negro da Globo, de negro de
5777 alma branca. Teve uma polêmica. Aí sem querer também o cara escreve denegrir e tal.
5778 Claro que não teve má intenção. Certamente, Paulo Henrique Amorim também colocou
5779 que não teve má intenção. Porque não tem de fato. Para mim também Paulo Henrique
5780 também não tem. Tanto que o defendi. Mas é importante a gente reiterar essas
5781 questões porque de repente até alguém quando pegar os anais deste texto, alguém do
5782 movimento negro, fala assim: “Vamos meter na Justiça aqui, falar que o cara foi racista
5783 por ter escrito essas tão malfadadas linhas de forma pouco cuidadosa”. Então, é
5784 importante ficar reiterando isso e até colocar também esses dados nos anais para evitar
5785 que isso depois não vire um processo de ordem maior.
5786

5787 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (presidente)(Rede Desarma Brasil):**
5788

5789 Ok. Nós estamos encaminhando para o encerramento, apenas agradecer a produção
5790 da nossa reunião, a presença de todos os conselheiros, agradecer à Suelen pelo
5791 trabalho denodado, ontem a gente já viu o trabalho fluindo, agradecer a presença do
5792 doutor Guilherme Leonarde representando aqui a doutora Regina Miki, agradecer a
5793 todos nós e que possamos voltar para a nossa casa em paz e que possamos continuar
5794 com nosso trabalho. Obrigado. Está encerrada a nossa reunião.